

Manaus, Santarém, Rio Branco, Alamiira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 2.800,00

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 2.200,00 - Ano VII - Nº 71

ANGOLA
As difíceis relações
com Portugal



NICARÁGUA

O PLANO DA INVASÃO

Angola,
terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

A intervenção (outra vez) em marcha

Mais de uma vez a Nicarágua é o assunto de nossa reportagem de capa, porque os últimos acontecimentos tornaram evidente que o Departamento de Estado norte-americano acelerou a escalada de pressões orientadas para justificar uma intervenção militar nesse país centro-americano. A nova ameaça de Ronald Reagan já tem até uma data possível. Seria logo depois da eleição norte-americana, caso até lá o incerto processo de negociação entre governo e guerrilha em El Salvador não chegue a resultados concretos.

No Chile, o dirigente opositorista Anselmo Sule mostra numa entrevista exclusiva como caminha o processo de deterioração do governo de Pinochet e quais as possibilidades para uma união de todas as forças políticas que exigem o retorno da democracia. Na África Austral, surge um novo quadro estratégico depois que o governo angolano conseguiu superar a fase mais dura das ações terroristas promovidas por grupos apoiados pela África do Sul. Ainda neste número, apresentamos um balanço dos dez anos da revolução na Etiópia.

E por falar em aniversário, deixamos aqui os agradecimentos a todos aqueles que enviaram mensagens de felicitações à nossa redação no momento em que completamos dez anos de existência. Nesta edição, reproduzimos algumas das mensagens recebidas, mas por falta de espaço é impossível incluir todas. Por isto, deixamos aqui um sincero muito obrigado a todos os leitores e simpatizantes que prometeram continuar nos apoiando.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett +

Revista Mensal nº 71
Outubro - 1984
Preço de Capa: Cr\$ 2.000,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• Edições em português

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senina
Jessie Jane V. de Souza

Composição
Ronaldo Fonseca

Depto. de Circulação,
Assinaturas e Promoção
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Carnevali Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Josenar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Lavalle 1282 - 1º piso
oficinas 12 y 14
Tel.: 358194
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima 27 - Peru

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guiomar Belo Marques

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200
telex 42720 CTM TE P

Representantes
Angola
Luís Henriques, CP 3593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• Edições em espanhol
MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyacán
México, 21 DF - telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Teléfono: 724-712

• Edições em inglês
ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÓMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Seminario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1478 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GR-RETTANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Seyrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARAGUA:** IMELSA, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paraméña, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijournal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 6th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

cadernos do
terceiro mundo

**Nova promoção
com mais opções
e brindes**

**Saiu
o guia do
terceiro mundo**

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura, ou 1 Guia ou 3 livros da "Estante" do Terceiro Mundo"
3 assinaturas da revista com Guia	1 assinatura + 1 Guia, ou 1 Guia + 3 livros da "Estante"
3 compras de Guia	1 Guia ou 1 assinatura
3 pedidos diferenciados	1 assinatura ou 1 Guia + 2 livros da "Estante"

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

<p>Desejo receber: A - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 21.100,00); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 41.100,00); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão:</p>	<p>em em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Dentro do(s) brinde(s) a que tenho direito, escolho:</p>	<p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP:</p>
<p>Desejo receber: A - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 21.100,00); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 41.100,00); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão:</p>		
<p>Desejo receber: A - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 21.100,00); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 41.100,00); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão:</p>		
<p>Desejo receber: A - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 21.100,00); B - () Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - () Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 41.100,00); D - () Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Profissão:</p>		

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupos 104/105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241 - Tel.: (021)242-1957

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 71, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo:
 estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



A MÁQUINA DE NARCISO

De Muniz Sodré

Trata-se de um livro que, sob o signo da competência semiótica, questiona produtivamente a televisão, o papel do indivíduo e o poder político. A rigor, é um "estudo das funções do narcisismo na sociedade industrial contemporânea, centrada na televisão e em outros dispositivos tecnológicos de produção de imagens ou simulacros". 147 pág.
 E-44 Cr\$ 7.200,00



CONVITE À LEITURA DE GRAMSCI

Org. Pedro Celso Uchôa Cavalcante e Paolo Piccone

A presente coletânea de textos gramscianos reporta-se aos primeiros anos de sua atividade jornalística e editorial: "anos de ferro, fogo e chumbo", em plena década dos 10. O livro mostra um Gramsci que, generosamente, acredita no homem e, criticamente, questiona o conceito de cultura como saber enciclopédico, discutindo, inclusive, o que seria uma escola humanista para o proletariado. 131 pág.
 E-45 Cr\$ 7.500,00



LA-LE-LI-LO-LUTA

(Um Professor Brasileiro na Guiné-Bissau) de Rogério A. Barbosa

"A escola era tudo para eles, pois até poucos anos atrás essa chance lhes era negada. E tinham que aproveitar a oportunidade. Sabiam que o país dependia deles e de seus esforços para, juntos, reconstruírem sua amada pátria". 125 pág.
 E-46 Cr\$ 6.500,00

6 Cartas

12 Panorama Tricontinental

21 Editorial: As províncias financiam o império

25 Matéria de capa – Nicarágua: A opção cirúrgica,
Roberto Remo

América Latina

32 Chile: “Só discutiremos com Pinochet a entrega do poder”,
entrevista com Anselmo Sule, *Roberto Bardini*

38 Peru: As repercussões da destituição do general
Huamán, *Abraham Lama*

41 Costa Rica: As pressões norte-americanas sobre
Monge, *Julián Santos*

África

43 África Austral: Como ajudar a paz, *Neiva Moreira*

48 Etiópia: Dez anos de revolução, *Carlos Castilho*

Ásia

57 Índia: O desafio dos sikhs, *Ash Narain Roy*

61 Filipinas: As areias movediças da dívida
externa, *Antonio Maria Nieva*

Norte/Sul

65 Informática: A hora da ação, *J. M. Pasquini Durán*

Comunicação

69 A “Voz da América” e a guerra radiofônica, *Gregorio Selser*

71 Notas

72 Livros do 3º Mundo

Cultura

75 Omar Cabezas: De guerrilheiro a “best-seller”, *Adrian Soto*

78 Arturo Sandoval e o “jazz” cubano, *Guiomar Belo Marques*

79 Prêmio literário para autores africanos, *Coleen Lowe Morna*

81 Notas

Economia

83 Latino-americanos exigem negociação
política em 85, *Horacio Verbitsky*

88 Notas

Religião

90 Vaticano e Casa Branca: Uma estranha aliança, *Manfred von Conta*

96 Humor: Mariano



Anselmo Sule



O presidente angolano em Madri



A igreja popular

"...Nem tudo está perdido"

As notícias sensacionalistas dadas pelos nossos meios de comunicação me trazem tanta depressão que decidi há algum tempo, não tomar conhecimento delas. Assim, assustada, me esbarrei um dia com *cadernos*. Não quis ler, mas como sou admiradora de Darcy Ribeiro e vi no nº 60 uma reportagem sobre o trabalho dele no Rio, resolvi dar uma olhadinha. Li. Gostei. Gostei da maneira como o assunto foi colocado. Senti algo como que amigo, familiar. Daí fui lendo, um pouquinho aqui, um pouquinho ali, até que resolvi fazer uma assinatura. Agora, não posso deixar de cumprimentá-los pela seriedade e competência com que executam o seu trabalho. Não posso deixar de agradecer-lhes por artigos como "Uma nova concepção dos quadrinhos", (*cadernos* nº 69), onde Ubaldo Ceballos diz coisas como "somente uma ínfima parte dos que aspiram a essa honra, alcança a oportunidade. Para cada lugar a ser preenchido (na tarefa internacionalista) há centenas de pessoas dispostas". Às vezes a gente precisa ouvir isto para sentir que nem tudo está perdido. Nem todos são mau caráter. A dignidade e a solidariedade ainda existem. Gostaria de agradecer a toda equipe dos *cadernos* por nos colocar em contato com os problemas, as lutas e as vitórias dos povos do nosso sofrido Terceiro Mundo. Isso nos traz a esperança de mudanças, mesmo que nos pareçam muitas vezes impossíveis. Flávia C. Luz Nunes — Campinas — SP — Brasil.

Participação através da Filosofia

Estou escrevendo para comunicar que, atendendo ao apelo da revista, passei um abaixo-assinado na escola onde trabalho, e enviei diretamente para o Congresso Nacional Africano, além de ter enviado em meu nome pessoal meu protesto a Mr. Pieter Botha e Mr. Marais Viljoen, pedindo pela vida de Malisela Moloise, no início de julho. Infelizmente não tenho cópia do texto do abaixo-assinado, mas foi lido nas classes do 2º Grau da escola "Prof. Vicente Peixoto", do curso noturno, em Osasco, e colhidas em torno de 250 assinaturas entre professores e alunos. (...) Sou professor de Filosofia do curso noturno da escola, e foi importante a possibilidade que *cadernos* do terceiro mundo nos ofereceu para mostrar que não estamos isolados em nosso trabalho na

sala de aula. Vejo a sala de aula como uma vitrine para o mundo, e não estamos mais dispostos a ver passar os acontecimentos sem nossa participação. É mostrar que a Filosofia tem a ver com o mundo de hoje, aqui e agora. João dos Reis — Osasco — São Paulo — SP — Brasil.

Informática versus gramática

Brilhante a matéria sobre Informática publicada em *cadernos* nº 68, a qual aborda quase todos os ângulos que o assunto envolve. Permito-me acrescentar algo que parece estar passando despercebido por ser, ironicamente, tão evidente. Os informes e dados obtidos dos computadores, em terminais e principalmente em impressos, constituem um grande crime contra o vernáculo desse país. Quero referir-me à acentuação gráfica e à pontuação que, por motivos óbvios, não existem na escrita computadorizada. Ao tempo em que se constata que a penetração cada vez maior da informática em todas as áreas da sociedade — particularmente no ensino — é um fato, não fica difícil de se concluir que, devido ao gradativo condicionamento visual que vai minando a população, teremos — e já estamos tendo — cada vez mais ignorantes na aplicação correta de nossa língua oficial. Carlos Magno Zanella — Erechim — RS — Brasil.

Aos estudantes de Sociologia

Eu gostaria através desse brilhante meio de comunicação, convocar todos os estudantes de Ciências Sociais de todas as Universidades da região sudeste para nos unirmos e criarmos a ARECS (Associação Regional dos Estudantes de Ciências Sociais), que teria o objetivo de troca de informações e serviria também para promover encontros periódicos a fim de debater assuntos de nosso interesse (como o mercado de trabalho do sociólogo, inclusão da sociologia no 2º Grau, etc). Poderemos criar uma comissão pró-ARECS a fim de coordenar provisoriamente a formação dessa entidade, até a reunião regional e a escolha definitiva da comissão executiva regional com representantes de cada instituição de ensino. Quem estiver interessado, escrever para: Julio C. de Freixo Lobo — Rua Oscar Valdetaro, 176/1301 — CEP.: 22.600 — Barra da Tijuca — Rio de Janeiro — RJ.

"Cadernos" nos Estados Unidos

Estamos interessados em completar a nossa coleção de *cadernos*. Gostaríamos de ter um exemplar de cada número e saber o preço das publicações solicitadas, e das assinaturas anuais enviadas por via marítima. Laura Gutiérrez-Witt — Universidade do Texas — Austin — Estados Unidos.

Vereadores contra o armamentismo

Nós, vereadores da Câmara Municipal de Campinas, apresentamos a essa Casa de Leis, uma moção pela Paz e contra a exportação de material bélico pelo Brasil. Para nós é inaceitável que, sob a desculpa de obtermos superávit na balança comercial, o Brasil continue a servir a interesses estrangeiros danosos, tanto ao povo brasileiro como a toda humanidade. Diante disso, conclamamos aos companheiros que se engajem nessa luta, que é a luta por um Brasil livre, forte e com justiça social. Um Brasil do povo brasileiro. Reinaldo Dias — Câmara Municipal de Campinas — SP — Brasil.

Reportagem sobre Geraldo Vandré

Venho através desta solicitar aos *cadernos* que publiquem uma matéria sobre Geraldo Vandré, esse grande compositor e cantor (...) que anda apagado do cenário brasileiro. Dênio M. Marra — Carmo do Cajuru — MG — Brasil.

Intercâmbio editorial

Desde o ano passado, iniciamos a publicação da revista *Hoy es Historia*, que aborda o estudo e a análise de nossa história nacional e ibero-americana, em um esforço para contribuir em difundir e consolidar na consciência de nossos povos a idéia da inadiável necessidade de tornar efetiva a integração das pátrias da Nação Americana. Por considerar os *cadernos* uma excelente publicação profundamente comprometida com as mais caras aspirações de nossos povos, nos dirigimos a vocês para lhes oferecer um intercâmbio permanente de ambas as publicações. O nosso número cinco correspondente ao bimestre agosto/setembro foi dedicado a Salvador Allende. Nelson Rojas — Revista Hoy es Historia — Montevideú — Uruguai.

Intercâmbio

- **Ivair Pasquali**
Santa Cecília — Tapejara — RS
CEP.: 99.950 — Brasil
- **Flávia C. Luz Naves**
Rua Pereira Barreto, 63 — Chácara da Barra — Campinas — SP
CEP.: 13.100 — Brasil
- **Daniel Monteiro de Souza**
Rua Pio X, 731 — Bairro Novo Carmelo — Camarajibe — PE
CEP.: 54.750 — Brasil
- **Antônio Luis**
C. P. 362 — Kuito-Bié — Angola
- **Altair Alberto Fávero**
Marau — RS — CEP.: 99.150 — Brasil
- **Pascoal Martinho Sebastião**
C. P. 3635 — Luanda — Angola
- **Dirceu Casa**
Rua Benjamin Constant — Vila Maria Marau — RS — CEP.: 99.150 — Brasil
- **Arnaldo Alves Bento**
o C. P. 6103 — Luanda — Angola
- **Ailson da Silva**
Rua Aristides Francisco Palumbo, 218 — C. P. 438 — Bairro Dom Bosco — Itajaí — SC — Brasil
- **Claudio dos Santos Silva**
Rua José Higino, 416 — Tijuca — Rio de Janeiro — RJ — CEP.: 20.000 Brasil
- **Olivia Angela Leal**
Rua Ararangaba, 567 — Itanhaém SP — CEP.: 11.740 — Brasil
- **Hermenegildo Gaspar Bernardo**
Posta Restante dos C. T. T. da Precol Luanda — Angola
- **Bruno Mattos e Silva**
A. dos Sombrieros, Q. 15 — L. 13 Caminho das Árvores — Pituba Salvador — BA — Brasil
- **Conceição João Lemos**
Posta Restante C. T. T. da Precol Luanda — Angola
- **Miguel Matias Francisco**
C. P. 1119 — C — Luanda — Angola
- **Otilha Francisco da Silva**
Posta Restante dos C. T. T. da Precol Luanda — Angola
- **Sebastião Samuel Mapange**
Bairro Ingombota — Rua Samuel Bernardo, casa 45, r/c — C. P. 782 Luanda — Angola
- **Cartigo António**
Hospital Central da Beira — Psiquiatria C. P. 1613 — Beira-Sofala Moçambique
- **Francisco de Oliveira Miguel**
Rua Alípio Brandão, casa 90 — Bairro Neves Bendinha — Luanda — Angola
- **João de Brito Pires**
Rua Bento Banha Cardoso, 25 Luanda — Angola

1984 — Outubro — no. 71

10 anos de "cadernos"

Por motivo do nosso 10º aniversário, temos recebido inúmeras cartas, telegramas e mensagens de solidariedade e apoio. Começamos neste número a publicar esses depoimentos dos nossos leitores, muitos deles dirigentes políticos de primeira linha no cenário internacional. Palavras essas que muito agradecemos e que nos fortalecem no desempenho da meta que nos propusemos quando da fundação da revista em 1974: contribuir para a informação objetiva a respeito da luta dos povos do Terceiro Mundo.

A mensagem do marechal Francisco Costa Gomes

O marechal Costa Gomes foi presidente da República Portuguesa após a Revolução do 25 de Abril (setembro de 1974 — junho de 1976).

A Paz é o maior bem na ordem individual e coletiva da humanidade. É uma missão que compete a todos os cidadãos preservar. São muitas e diversas as frentes de combate em que todos os homens e mulheres devem ativamente participar, conscientes de que são o fermento e a garantia da mudança que é necessário e urgente que se opere no mundo, para obter a paz que confira aos povos equidade, bem-estar, felicidade.

Uma das frentes em que é necessário operar é precisamente numa Nova Ordem Informativa Internacional. Com efeito, à semelhança do que ocorre nos outros níveis das relações internacionais — econômico, político, social e cultural — o direito a sermos bem informados encontra-se bloqueado pelo controle monopolista de um pequeno núme-

ro de agências informativas transnacionais.

O relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação — relatório Sean MacBride promovido pela Unesco — é elucidativo quanto ao domínio sobre os mídias exercido por essas agências.

O controle exercido sobre o fluxo noticioso por parte das agências transnacionais resulta na alienação a que é forçada a opinião pública dos países onde estão sediadas, a respeito dos gravíssimos problemas vividos cotidianamente pelos povos do Terceiro Mundo e, em relação a estes últimos, funciona como um processo sutil de neocolonialismo.

O sistema econômico dominante encara a informação como uma mercadoria e não como um bem social, um direito e um fator do processo educativo e formativo dos cidadãos.

A credibilidade da informação oficial e oficiosa decresce de forma notória. E enquanto a nível governamental se debatem e estudam alternativas e se caracterizam projetos por parte dos países do Terceiro Mundo, existem órgãos de informação independentes que, à custa de enormes sacrifícios materiais e humanos, exercem um trabalho cheio de dignidade e qualidade profissionais. Estabelecendo um fluxo informativo que retrata com fidelidade a realidade vivida e sofrida pelos povos subdesenvolvidos, os cadernos são, ao completarem dez anos de existência, a prova evidente de que é possível romper e ultrapassar as barreiras que, por enquanto, impedem que os povos do Terceiro Mundo tenham a informação que merecem e necessitam.

Por isso, considero de elemen-

terceiro mundo - 7

tar justiça prestar a nossa reconhecida homenagem aos operários dos cadernos, no décimo aniversário desta publicação, pelo muito que já fizeram pelos povos mais desprotegidos e abandonados da Humanidade.

O testemunho do general Vasco Gonçalves

O general Vasco Gonçalves foi primeiro-ministro do 29, 39, 49 e 59 governos provisórios de Portugal, após a revolução de 25 de abril de 74, que derrubou o regime de Salazar-Caetano.

A publicação da edição portuguesa de **cadernos do terceiro mundo** constitui um importante acontecimento editorial. Com efeito, ela tem proporcionado, à opinião pública portuguesa e dos países africanos que adotaram o português como língua oficial, o conhecimento da realidade dos países da África, da América Latina, da Ásia e da Oceania, bem como a luta dos povos pela sua libertação política, econômica, social e cultural.

Tem contribuído para a formação da opinião pública acerca da cruel exploração que os países capitalistas mais desenvolvidos exercem sobre esses povos, para o conhecimento dos crimes que são cometidos contra esses povos como, por exemplo, nos dava o tema central da revista nº 68, onde se abordava o problema da droga. Mas, ao mesmo tempo, nos tem mostrado a luta dos povos do Terceiro Mundo pela sua independência política e econômica, por uma Nova Ordem justa nas relações internacionais, seja no campo da economia, seja no da informação, seja contra a ingerência do imperialismo nos assuntos internos dos países em vias de desenvolvimento, seja contra o *apartheid* e a

discriminação racial.

A edição portuguesa da revista **cadernos do terceiro mundo** também tem tratado com particular simpatia a revolução portuguesa do 25 de Abril.

Finalmente temos que destacar a edição portuguesa do **guia do terceiro mundo**, notável trabalho que muito contribui para que a nossa opinião pública disponha de elementos de trabalho corretos, objetivos e atualizados sobre a vida política, sócio-econômica e cultural dos países do Terceiro Mundo.

A solidariedade da Frente Polisario

Por ocasião do 10º aniversário de **cadernos do terceiro mundo**, endereçamos com prazer as nossas felicitações e entusiasmo a todos os jornalistas, colaboradores e empregados pela vossa perseverança e seriedade no trabalho, com o qual deram provas de pretenderem fazer da revista um veículo de informação de caráter internacional.

O valor de uma publicação não se avalia pelo número de anos da sua existência — não é verdade que "o valor de um homem não depende da sua idade"? — mas sim pelo seu conteúdo, credibilidade e objetividade que originam a ética que rege qualquer órgão de informação.

E é, sem dúvida, este tripé sobre o qual se sustentam os **cadernos** que merece atualmente nosso respeito e admiração.

Graças à dedicação dos seus jornalistas — soldados da verdade — tendo por armas a caneta comprometida e a profunda convicção da justiça da causa dos povos oprimidos, **cadernos do terceiro mundo** constitui o crisol no, e através do qual, se reflete e se cristaliza a vontade de inde-

pendência, de paz e de progresso dos povos do Terceiro Mundo.

O crédito da revista e o fato de ela não pertencer a uma instituição de fundamentos motivados por objetivos egoístas ou de um Estado, sendo sim porta-voz de todos os povos do Terceiro Mundo, conferem-lhe ainda uma dimensão internacional objetiva, porque, finalmente, desempenha, através das pesquisas, a sua preocupação em fornecer aos leitores análises concretas sobre situações concretas. O mérito não advém apenas do espírito independentista e meticoloso da revista, mas também se inscreve na atividade dos seus jornalistas, que demonstram o seu profundo conhecimento dos dossiês e a sua seriedade nas análises.

É importante dizer que **cadernos do terceiro mundo** é um instrumento muito comunicativo através do qual os povos do Terceiro Mundo se podem conhecer a si mesmos e através do qual eles podem transmitir ao resto do mundo as suas preocupações, a sua mensagem de paz, de liberdade e de dignidade humanas, como também a sua contribuição inestimável para o equilíbrio internacional, que não é apanágio ou atividade exclusiva — longe disso — das potências imperialistas, como existe a tendência de fazer acreditar nisso, de forma abusiva.

Apesar de jovem e da complexa missão a que se propôs — dar a conhecer e defender as aspirações do Terceiro Mundo — **cadernos do terceiro mundo** faz verdadeiramente inveja a muitos jornais e revistas criados há muitos decênios.

Aproveito esta feliz ocasião para render homenagem merecida a **cadernos do terceiro mundo**, pelo papel dinâmico que repre-

senta na Ordem Internacional da Informação e pelo seu empenhamento total, desinteressado e militante para com os povos em luta — e, em particular, o povo da República Árabe Saarauí Democrática, que lhe reconhece esta vocação e disponibilidade constante. *Mohamed Salem Ould Salek, membro do Birô Político da Frente Polisario e responsável pelo Comitê das Relações Exteriores.*

**Os votos de
êxito de Sean McBride**

Sean McBride, ex-Prêmio Nobel da Paz, presidiu a Comissão da Unesco sobre a Nova Ordem Informativa. Recebeu também o Prêmio Lênin e foi presidente da Comissão da ONU para a Namíbia.

Creio que as revistas **Tercer Mundo**, primeiramente na Argentina e, depois, as publicadas no México, Portugal e Brasil, são uma contribuição valiosa no sentido de despertar a consciência das pessoas comuns sobre sua própria força e da necessidade de organizar-se e seguir uma linha política terceiro-mundista mais ativamente.

É muito importante deixar claro que os verdadeiros terroristas são os responsáveis pela pobreza e a miséria que existem no mundo. Espero que continuem com este valioso trabalho e lhes desejo êxito.

Congratulações da Felap

Nós, que conhecemos de perto a luta dos jornalistas do Terceiro Mundo para romper o silêncio ou a deformação sobre nossas realidades, aspirações e esperanças, não podemos conter nosso prazer e satisfação quando temos que registrar com orgulho

compartilhado, o aniversário de uma publicação que compila com habilidade profissional e profundidade de compromisso, esse drama de nossos países.

Tratando-se, além disso, de um esforço bem sucedido, como **cadernos do terceiro mundo**, nossa satisfação é maior. **cadernos** já é parte fundamental da história dessa luta, e seus editores, redatores e colaboradores, mestres dessa história.

A tragédia dos países do Terceiro Mundo com seu fundo aberrante de colonialismo, exploração, miséria, desculturalização, neocolonialismo e segregação racial, É UMA SÓ, COM OS MESMOS INIMIGOS.

Por isso **cadernos do terceiro mundo** é, também, junto com a Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), com todos os jornalistas alinhados com os povos, uma só expressão de combate. Na libertação por muitos métodos (entre eles a informação) e no caminho dessa libertação, um aniversário como o de **cadernos do terceiro mundo** é uma comemoração familiar, entre irmãos. E essa família é grande, é de milhões em todos os continentes da terra.

Transmito, pois, aqui minha admiração e carinho para **cadernos do terceiro mundo** em nome dos irmãos da Nicarágua e em nome dos 70 mil jornalistas de nossa Federação Latino-Americana. *Danilo Aguirre Solis, secretário-geral da Felap, e candidato a deputado pela FSLN (Nicarágua).*

Salpress saúda "cadernos"

A Agência Salvadorenha de Imprensa (Salpress) saúda a revista **cadernos do terceiro mundo** por motivo de seu décimo

aniversário de trabalho ininterrupto.

Desde setembro de 1974, **cadernos do terceiro mundo** desenvolveu um trabalho de comunicação alternativa valioso para compreender as realidades de nossos países.

No quadro do desenvolvimento de uma Nova Ordem Informativa Internacional, esta revista contribuiu enormemente para a difusão da problemática política, social, econômica e cultural de nossos povos.

Nesses momentos, quando os movimentos de libertação nacional sofrem uma forte investida por parte do governo dos Estados Unidos, o trabalho de **cadernos do terceiro mundo** adquire um nível de primeira ordem, a fim de que a comunidade internacional permaneça informada de fatos tão relevantes.

Em especial, Salpress felicita **cadernos do terceiro mundo** pelo trabalho jornalístico realizado em torno da situação salvadorenha e centro-americana. *Ricardo Gómez, Diretor.*

Os votos de Moçambique

Os **cadernos do terceiro mundo** estão de parabéns de fato por essa iniciativa de criarem um órgão de informação como este. Acho que o trabalho que a equipe de **cadernos** realiza ajuda a esclarecer de fato aquilo que é a luta do Terceiro Mundo: uma luta que muitas vezes é esquecida e, se não é esquecida, ignorada. Vocês estão realizando um trabalho importantíssimo. E também quero dizer que estão de parabéns os leitores, todos os leitores de **cadernos**.

Tenho acompanhado o vosso trabalho. Sou um assíduo leitor e tenho sentido a preocupação

dos leitores em conseguir um determinado tipo de informação que normalmente não se consegue nos meios de comunicação que aqui existem. Como sabem, também a imprensa internacional sofre a sua conjuntura, por causa do monopólio existente. Tenho visto leitores portugueses, brasileiros, angolanos, que se preocupam, por exemplo, com os problemas específicos da República Popular de Moçambique, assim como leitores moçambicanos que se preocupam com problemas particulares de Portugal, Brasil, Guiné-Bissau, América Latina etc.

Formulo votos para que a penetração de **cadernos** não apenas se dê a nível do Terceiro Mundo, mas também a nível mundial e que seja cada vez mais forte. *João Baptista Cosme, embaixador de Moçambique em Portugal.*

O apoio da revista "Estratégia"

No contexto de crise geral do capitalismo, no qual a belicosidade imperialista se exacerba pela defesa de seus interesses mediante a agressão contra nossos povos em todas as esferas que compõem a sociedade, pressões de índole econômica, política ou cultural, aguçam a problemática que vivemos, já em si difícil, de países subdesenvolvidos e dependentes que somos.

O imperialismo, sobretudo o norte-americano, em seu afã de justificar sua belicosidade, anti-comunismo e intransigência, lança mão inescrupulosamente da mentira, da tergiversação, da manipulação política e ideológica, através dos meios de comunicação e, ainda, do crime, para imiscuir-se nos assuntos internos de nossos países, erigindo-se como o *gendarme* de "nossos" interes-

ses e "bem-estar". Mentiras que justificam sua intervenção em Granada, as que se depreendem do "Livro Branco" de El Salvador e Nicarágua, aquelas referentes ao suposto eixo Moscou-Havana-Nicarágua, que avalizam sua intervenção militar em Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica; as mentiras sobre a "defesa" da liberdade e sua segurança nacional que ocultam as minas e a agressão mercenária à Nicarágua, o bloqueio a Cuba, a presença de aviões espiões como o sul-coreano, a tergiversação dos fatos e problemas que se vivem no Afeganistão, Polônia, Palestina, Angola e todos os nossos povos, são só uma amostra do papel político que exerce hoje a informação em benefício ou contra a verdadeira realidade de nossas lutas.

O trabalho que durante 10 anos **cadernos do terceiro mundo** realizou, se reveste de uma indiscutível importância política, já que nos permite conhecer através da informação verídica, da análise política classista, a serviço das lutas de nossos povos, a situação real de cada um deles, a opressão de que são vítimas e os avanços, retrocessos e solidariedade com que contam em sua luta pela libertação nacional, anti-imperialista e pela paz.

O trabalho que **cadernos** realiza é uma arma a mais dos trabalhadores no terreno da luta teórica, ideológica e política que, a partir do conhecimento da realidade concreta, nos permite impugnar as posições revisionistas, reacionárias e imperialistas, que são uma das melhores armas para confundir e deter os nossos povos.

Uma saudação fraternal e solidária pelo trabalho realizado

nestes 10 anos e nossos desejos de que continuem no mesmo caminho.

Atenciosamente, *Diretoria Coletiva da Revista "Estratégia". (México).*

A voz do Terceiro Mundo

Felicidades a **cadernos** pelos 10 anos de existência.

Se a voz do Terceiro Mundo necessita de algo é de uma revista como **cadernos**. Porque nela podemos escutar a voz dos que foram traídos por governos anti-sociais, corruptos. É a voz do necessitado, explorado, dos que sofrem em carne e osso a dor de serem colônias dilaceradas pelas garras imperialistas e do capitalismo.

Estamos nos aproximando do século 21 mas enquanto houver colônias, povos escravos, se necessitará de **cadernos** e muitas outras publicações que levem ao mundo a luta emancipadora dos povos. Adiante **cadernos!** Que a luta está encaminhada. Que vivam os povos do mundo sem o capitalismo e o imperialismo!

Boa sorte e saudações a todos. Cordialmente, *Lydia Callazo, Porto Rico.*

Profundidade e objetividade

Por ocasião da comemoração do décimo aniversário dos **cadernos**, publicação dedicada a divulgar com profundidade e objetividade os problemas dos países do Terceiro Mundo, queremos transmitir nossas mais sinceras felicitações e exortá-los a perseverar em seu trabalho em benefício de nossos povos. *Juan Ducoudray, diretor de "Política: teoría y acción", órgão teórico do Partido da Libertação Dominicana (PLD).*

Parabéns da Grécia

Antes de mais nada, gostaria de lhes desejar "Feliz Aniversário" e agradecer pelo espaço que proporcionam para que eu expresse minha opinião.

Tenho grande apreço por sua revista **cadernos do terceiro mundo** e considero-a única entre as publicações importantes. Para mim, que tenho constante interesse pelos assuntos do Terceiro Mundo e, particularmente pelos relacionados à América Latina, essa revista é uma importante leitura. Ela fornece, em primeira mão, informação sobre assuntos que costumam aparecer distorcidos propositalmente pelos meios de comunicação ocidentais.

Todos sabem que a informação é eficientemente manipulada por umas três agências de notícias européias e norte-americanas que operam com o respaldo capitalista. Eis porque o Terceiro Mundo é sempre mencionado em ocasiões dramáticas (golpes de estado, dívida externa etc., etc.) para nos aliviar um pouco a consciência.

Por outro lado, as revistas internacionais que tratam do mesmo tema são insuportáveis na medida em que se apegam a um ponto de vista meramente tecnocrático e se mantêm em uma distância "lógica" para parecerem "objetivas" e obterem credibilidade.

Para preencher essa lacuna, existem os **cadernos** que operam em base diferente, numa atitude *free-lancer*, e vão direto ao cerne do problema. Vocês enfocam uma variedade de assuntos vitais e sérios, que vão da política à cultura, dos assuntos econômicos aos sociais, com uma forte base ideológica, de modo radical e acurado, qualidades que, de

acordo com a minha opinião, conferem uma marca especial a todas as suas análises.

Estas são algumas das muitas razões que me fazem apreciar **cadernos** e usá-los como fonte de referência tanto para meus estudos como para o desenvolvimento pessoal.

Obrigada pelo espaço que me cedem e espero que continuem sempre com sucesso.

Respeitosamente, *Maria Kas-trisianaki, 2 Davaki st, Athens, 16346, Greece.*

A palavra chega longe

É justo e necessário reconhecer o excelente trabalho que a revista **cadernos do terceiro mundo** desempenha.

Em um mundo onde nós, os terceiro-mundistas, permanecemos incomunicáveis pelos bem montados aparelhos de desinformação próprios do imperialismo *yankee*, depararmos com uma revista como **cadernos** é satisfatório e proveitoso.

Apesar dos atropelos de que são vítimas os colaboradores, esta revista mantém sua objetividade e qualidade informativa; cito o caso de Mário Augusto Jakobskind expulso pela ditadura uruguaia, entre muitos outros.

Não se pode deixar de mencionar as ilustrações (fotografias) assim como o nível profissional dos repórteres, já que tornam a informação uma leitura agradável e com o olhar voltado para um amanhã melhor.

São condenáveis as censuras de que esta revista é vítima, mas está subentendido que, se as ditaduras não fizessem essas censuras, atuariam de maneira "antipatriótica". Sabemos que as censuras poderão impedir ou retardar a verdade, mas nunca destruí-

la. Parodiando Eduardo Galeano: *De mil maneiras, às vezes misteriosas, a palavra se abre e multiplica caminhos, salta muros, burla alfândegas e chega longe.*

Dizer tudo que significa **cadernos** seria interminável. Nós (os leitores) esperamos continuar recebendo esta revista.

Sem mais, me resta felicitá-los, dar-lhes esse incentivo solidário para que continuem aticando esta chama libertária que dia-dia se propaga por nosso heróico Terceiro Mundo. *Roberto Quesada, Honduras.*

A saudação dos independentistas portorriquenhos

Desejamos estender nossas mais calorosas felicitações a todos os companheiros que colaboraram na publicação de **cadernos do terceiro mundo**, neste 10º aniversário de sua fundação. É, para nós, um imenso prazer saber que contamos com tão distinto esforço na luta para abrir o caminho da informação que diariamente os grandes monopólios noticiosos se empenham em entorpecer. O trabalho que vocês realizam é de uma importância essencial para todos nós que lutamos para alcançar um futuro mais esperançoso para nossos povos.

Recebam, pois, novamente nosso agradecimento e esperamos poder continuar recebendo de vocês a informação que com tanto sacrifício nos remetem mensalmente. A luta é também pelo direito de estar devidamente informados dos acontecimentos diários e nessa luta vocês são a vanguarda.

Respeitosamente, *Dra. Nydza Correa de Jesús e Dr. Ramón Nenadich Deglan's, San Juan, Puerto Rico.*

Chade: a retirada de tropas não garante a paz

□ A primeira vez que o governo de Hissène Habré soube da retirada conjunta das tropas francesas e líbias do país foi através do noticiário da rádio *France Inter*. Somente dias depois é que chegou a N'Djamena o texto oficial do acordo entre França e Líbia prevendo a saída de todas as tropas estrangeiras que estão no Chade desde 1982. O fato de ter ficado à margem das negociações mostrou o grau de isolamento a que foi relegado Hissène Habré, cuja autoridade não é reconhecida por Gukuni Ueddei, dirigente do Governo Transitório de União Nacional (Gunt).

As forças líbias, num total de aproximadamente três mil sol-

dados, apóiam o Gunt, que se instalou no norte do Chade, depois que Habré, com a ajuda francesa, derrubou o governo de Ueddei, em junho de 1982. Desde então o país ficou virtualmente dividido em dois. Na parte sul, Habré passou a contar com o apoio de dois mil soldados do Zaire, três mil e quinhentos membros da legião estrangeira francesa, assessores militares israelenses e até sul-africanos. A guerra civil no Chade levou a Organização da Unidade Africana (OUA) a um impasse já que, em duas oportunidades, as divergências em torno da representatividade de Habré ou Ueddei impediram a realização da assembléia geral anual.



A saída das tropas francesas foi anunciada ao Chade pela rádio

O envolvimento francês na guerra gerou descontentamento interno e dificuldades para o presidente François Mitterrand, ao mesmo tempo em que o governo da Líbia passou a buscar uma solução do caso do Chade dentro de uma estratégia diplomática de recomposição de alianças na área do Maghreb. Depois da aproximação entre Líbia e Marrocos, cresceram os indícios de que tanto Mitterrand quanto o coronel Muammar Kadhafi estariam interessados em acabar com o impasse chadiano.

A rapidez do acordo franco-líbio surpreendeu a maioria dos diplomatas africanos, sem falar no próprio Hissène Habré. O começo da retirada foi marcado para o dia 25 de setembro e deveria ser completado num prazo de 50 dias, findos os quais haveria o início de conversações formais de paz visando à reunificação do Chade. Mas apesar do entendimento entre Paris e Trípoli, as profundas desconfianças entre as facções rivais do Chade, onde existem quase 11 grupos diferentes em luta pelo poder, lançaram uma série de dúvidas sobre o desarmamento efetivo.

Habré disse que, logo após a retirada das tropas líbias, mandaria suas forças ocuparem a parte norte, especialmente a cidade de Faya Largeau, controlada há um ano pelas forças do Gunt. Gukuni Ueddei, por seu lado, disse que após a saída dos franceses iria atacar a capital, N'Djamena. A guerra psicológica dos dois lados tumultuou os passos iniciais da retirada franco-líbia lançando muitas incertezas sobre a pacificação definitiva desse país centro-africano, que está em guerra civil desde a independência há 20 anos.

A parte do desfecho do jogo de pressões deflagrado a partir do dia 25 de setembro, o certo é que os quatro milhões e meio de habitantes do Chade, divididos em mais de 400 grupos étnicos distintos, sofrem no momento uma tragédia ainda maior do que a guerra. Trata-se de uma prolongada estiagem que já obrigou mais de 300 mil camponeses a abandonar suas terras. A maioria deles percorre sem rumo as regiões desérticas do Chade em busca de água e comida, principalmente no norte do país. Nos últimos dez meses, cerca de 60 mil toneladas de alimentos foram enviadas para o Chade por organismos internacionais, mas a existência de numerosos grupos armados, a falta de estradas e a incapacidade do governo Habré de garantir a distribuição da ajuda alimentar fizeram com que a maior parte dos donativos apodrecesse nos armazéns de N'Djamena.

Um dos fatores que dificultou o andamento da retirada foi a resistência de Habré em aceitar a chegada de uma comissão formada por representantes dos governos do Senegal e Benin para observar a saída das tropas estrangeiras. O delegado senegalês foi aceito sem problemas, mas o representante do Benin enfrentou uma oposição cerrada por causa do apoio dado por esse país à causa de Ueddei. O certo é que na data marcada não estavam em N'Djamena os observadores internacionais, o que deflagrou uma campanha de pressões da parte da França para que Habré aceitasse a comissão do Senegal e Benin.

Mas se as dúvidas sobre a saída das tropas francesas e dos contingentes estrangeiros que apóiam Ueddei são muitas, maiores ainda são as incertezas a respeito da futura conferência de paz destinada a reunificar o Chade e apontar uma saída para o impasse entre o Gunt e o regime de Hissène Habré.

Honduras: o continuísmo de Suazo Córdoba

Ganhou corpo, nas últimas semanas, a campanha movida por setores políticos de direita a favor da prorrogação do mandato do presidente Roberto Suazo Córdoba, que deverá entregar o poder no dia 29 de janeiro de 1986. Entre os que apóiam o continuísmo, estão vários ministros, deputados da Assembleia Nacional, políticos e, inclusive, o presidente da Corte Suprema de Justiça, Carlos Arita.

O presidente Córdoba negou em agosto que estivesse interessado em continuar no poder, mas apesar do desmentido, políticos muito chegados ao governo continuam insistindo na idéia, o que dá a entender que contam, no mínimo, com a tolerância do presidente hondurenho. Segundo versões correntes em Tegucigalpa, a prorrogação seria de dois anos e estaria destinada a evitar uma violenta luta pelo poder a ser deflagrada caso a Constituição seja obedecida.

A Constituição de Honduras não só proíbe o continuísmo como também estipula sanções bastante duras para quem quiser ultrapassar o mandato legal de quatro anos. Entre as punições, estão a demissão sumária de quem defender a prorrogação de mandato, e também a cassação dos direitos políticos do acusado por dez anos. Mas nenhuma das sanções parece ter desestimulado os defensores do continuísmo, nem mesmo o presidente da Corte Suprema de Justiça, que, pelas leis vigentes, deveria ser o primeiro a defender a manutenção do texto constitucional.

O debate sobre o continuísmo ocorre simultaneamente ao aumento dos rumores sobre conspirações golpistas. Em meados de setembro, o ministro da

presidência, Urodoro Iraheta, disse que já estava em andamento um processo golpista, mas não quis identificar quem seriam os seus articuladores, embora existam rumores de que seriam militares de extrema direita. De qualquer maneira, existem fortes dúvidas sobre a realização do processo eleitoral que deve culminar em novembro de 85 com a escolha de um novo presidente.

As incertezas sobre a sucessão de Suazo Córdoba apenas reforçam uma velha tradição política de Honduras, a de que raramente um presidente transmite o cargo normalmente. Nos últimos 30 anos, não houve nenhuma cerimônia de transmissão da faixa presidencial. A última cerimônia do gênero aconteceu em 1933, quando o liberal Vicente Mejía Colindres passou o cargo de presidente para o nacionalista Tiburcio Carias, que, por sua vez, resolveu governar por 16 anos, até ser derrubado, a exemplo do que aconteceu com 17 civis e militares que exerceram a presidência do país.

Além da grave crise econômica que afeta Honduras, o país vive uma situação política extremamente delicada devido à presença em seu território de nada mais nada menos do que quatro exércitos diferentes. (Ver matéria na seção "América Latina", nesta edição). Além do exército hondurenho, estão no país tropas norte-americanas, salvadoreñas e os grupos militares contra-revolucionários que atacam a Nicarágua. Dentro do exército hondurenho, existem grupos de oficiais insatisfeitos com essa situação e que acusam as cúpulas militares de corrupção e favoritismo político.

Colômbia: a ofensiva da direita

□ Grupos de extrema direita, apoiados por associações de fazendeiros, organizações paramilitares e oficiais da ativa do exército estão por trás de uma campanha deflagrada em meados de setembro contra o acordo assinado entre o governo do presidente Belisario Betancur e os movimentos guerrilheiros da Colômbia. A campanha envolve, além de acusações, denúncias, atentados terroristas e assassinatos, a organização de planos golpistas.

As ações dos adversários do acordo criaram um clima de grande tensão no país inteiro, principalmente depois da sucessão de atentados que deixou um saldo de quase 40 mortes em pouco mais de duas semanas em diversos pontos do país. Em geral os ataques foram atribuídos a guerrilheiros pela imprensa conservadora, mas dados divulgados pela própria polícia deixaram claro que na sua maioria foram ações promovidas por provocadores.

Os fazendeiros dos departamentos de Huila e Córdoba chegaram ao ponto de anunciar que poderiam criar exércitos particulares caso as forças armadas abandonassem posições estratégicas na zona montanhosa da Colômbia, conforme ficou acertado no acordo com três dos quatro principais movimentos guerrilheiros, que há 20 anos atuam na área rural do país. Pelo acordo, entrou em vigor uma trégua: os rebeldes entregariam suas armas, enquanto o exército abandonaria as áreas de conflito, cedendo lugar a uma comissão nacional verificadora. O passo seguinte seria o início de um amplo diálogo político visando à reconciliação nacional e reformas políticas.



Belisario Betancur

A oposição de extrema direita acusa o governo de ter feito concessões exageradas aos guerrilheiros, ignorar a Constituição e tornar o país vulnerável à ação de grupos de esquerda. O presidente Betancur foi eleito por meio de uma aliança entre conservadores e liberais, os dois maiores partidos políticos da Colômbia, mas sua iniciativa de dialogar com os guerrilheiros fez com que os setores mais reacionários dos dois partidos acabassem se rebelando contra o chefe do governo. Até mesmo alguns setores da hierarquia católica aderiram à campanha.

Embora o governo não tenha revelado quem são os participantes das articulações golpistas, o jornal comunista "A Voz" denunciou que, entre os conspiradores, estão os generais Hernando Sanmiguel, comandante da Terceira Divisão do exército, Yusef Arias, comandante da Terceira Brigada, e Víctor Mallarino, diretor geral da Polícia. Um

jornal espanhol falou também que a maior parte dos militares da ativa envolvidos no golpe são coronéis.

Por seu lado, o movimento Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) denunciou que setores de extrema direita estão pressionando o exército a não sair das áreas militarizadas com o objetivo de impedir que os guerrilheiros entreguem suas armas. As Farc afirmaram que enquanto o exército não deixar departamentos como o de Tolima, não haverá a entrega de armamento porque, sem ele, os guerrilheiros temem ser pura e simplesmente exterminados.

Nas cidades, a campanha de aterrorização vem sendo desenvolvida por grupos paramilitares com objetivos claros de desestabilizar o governo. Escolas têm sido invadidas por mascarados, transeuntes já morreram em tiroteios fortuitos, além de, nas duas últimas semanas de setembro, terem aumentado os ataques contra instalações militares sem no entanto causar grandes danos. O principal objetivo das ações é criar o clima de insegurança.

Pesticidas do Ocidente envenenam Terceiro Mundo

Dez mil pessoas morrem por ano, ficando outras 400 mil envenenadas, em consequência da utilização de pesticidas exportados pelos países industrializados para o Terceiro Mundo. Segundo um grupo de cientistas que realizou investigações no estado brasileiro de São Paulo, em cada mil operários, dez sofrem de efeitos de envenenamento, verificando-se que, além do Brasil, se registram epidemias frequentes derivadas do emprego de pesticidas perigosos e proibidos nos países que os exportam, na Colômbia, México e Jamaica.

Argentina: o Relatório Sábato

□ No dia 20 de setembro, a Plaza de Mayo, no centro de Buenos Aires, se encheu de políticos, estudantes, trabalhadores, funcionários e mulheres para assistir a entrega ao presidente Raúl Alfonsín de um pesado documento com cerca de 50 mil páginas. A manifestação foi silenciosa e durante toda a sua duração esteve sempre carregada de um alto conteúdo dramático.

Afinal, nas 50 mil páginas datilografadas entregues a Alfonsín estavam as provas sobre a eliminação de 8.961 argentinos por militares do exército, marinha e aeronáutica no período entre 1976 e 1983. Os casos reproduzidos no chamado Relatório Sábato são apenas aqueles comprovados com depoimentos e testemunhas, porque o número total de pessoas desaparecidas durante o período da repressão mais sangrenta pode chegar aos 30 mil, segundo admitem os próprios membros da comissão que investigou o massacre.

O escritor Ernesto Sábato, um veterano na luta pelos direitos humanos na Argentina, foi o presidente da comissão de oito membros que durante 280 dias mergulhou num dos períodos mais negros da história do país. Além das provas da violência militar, a comissão organizou uma lista de 1.300 oficiais e soldados das três armas e que também foi entregue ao presidente argentino. Mas a relação dos responsáveis pela tortura, assassinato e chacina de presos políticos não será divulgada atendendo a um pedido do próprio presidente argentino.

"O que nós recolhemos é apenas uma parte do drama" — admitiu Sábato, para quem o trabalho de investigar as atrocida-

des cometidas em nome da luta contra o terrorismo foi "a pior e mais traumática experiência a que um ser humano poderia se submeter". Para Sábato, foi o "mesmo que mergulhar no âmago da barbárie cometida por indivíduos que jamais poderiam ser classificados como pertencentes ao gênero humano".



Alfonsín e os militares: uma convivência difícil

Todos os partidos políticos, organizações humanitárias, sindicatos, movimentos civis e associações religiosas elogiaram o conteúdo do Relatório Sábato, a mais exaustiva investigação já feita na Argentina sobre um episódio político-criminal. Mas as *madres de Mayo*, as viúvas, mães e avós de presos-desaparecidos acham que apesar das provas, o governo não parece interessado em punir os responsáveis. Depois de fazerem vigílias durante vários anos na Praça de Maio (em frente à sede do governo), as *madres* não foram ao ato do dia 20 de setembro. Elas afirmam que o caso dos desaparecidos só estará encerrado

quando os responsáveis estiverem presos.

Este é justamente o grande problema do presidente Alfonsín. Ele quer que os responsáveis pelo assassinato de presos políticos sejam julgados pelos próprios militares. Mas o Tribunal Superior das forças armadas se recusou a processar os colegas de farda acusados pelo massacre de opositores, o que tornou necessárias negociações políticas muito delicadas.

A complexa situação envol-

vendo o governo civil e as forças armadas, se somou à questão de Beagle. O anúncio de um acordo com o Chile não agradou a vários setores do exército e da marinha, que não concordam com a proposta mediadora feita pelo papa João Paulo 2º, e aceita tanto pelo governo da Argentina como pelo do Chile. O presidente Alfonsín decidiu submeter a questão de Beagle a um plebiscito, para buscar apoio popular, mas isso não elimina os focos de atrito na área militar. A tensão deve continuar, porque o Relatório Sábato será uma ameaça ao sono dos políticos enquanto os punidos pelas torturas não forem condenados.

Militares pedem o fim da doutrina de segurança nacional

Trinta militares latino-americanos pediram na Argentina o abandono da "doutrina de segurança nacional" criada pelos Estados Unidos e difundida entre os exércitos latino-americanos a partir da década de 60. Entre os militares reunidos durante quatro dias na capital argentina, estão os generais peruanos Miguel Angel de la Flor Valle e Jorge Fernández Maldonado, ambos ex-ministros no governo de Velasco Alvarado, além do ex-presidente português Francisco da Costa Gomes.

O documento aprovado no fi-

nal do encontro pede que seja criada nos vários países do continente uma "doutrina de defesa nacional, popular, não-alinhada e terceiro-mundista". A reunião foi organizada pela Unidade Argentina e Latino-Americana (Uala), cujo documento final assinala: "O mecanismo de dominação existente dentro do sistema latino-americano, incluindo as relações militares, tem sido a ferramenta através da qual foram alterados os conceitos de pátria, soberania, desenvolvimento e segurança, desvirtuando também o papel das forças armadas lati-

no-americanas, criadas no calor das lutas pela independência, e cuja virtude fundamental sempre foi a de subordinar sua ação à vontade soberana dos povos".

Em outro trecho, o documento afirma: "Hoje, certas cúpulas militares, associadas a oligarquias nativas, transformaram as forças armadas de grande parte da América Latina em elementos reacionários que tentam frear a independência completa, ao mesmo tempo que passaram a ser braços armados dos setores dominantes, ou ainda, em alguns casos, verdadeiros exércitos de ocupação de seus próprios países". Os militares reunidos em Buenos Aires apóiam também as justas posições de governos que exigem uma renegociação da dívida externa "em condições tais que não limitem o desenvolvimento dos países da região".

Enrique Erro: 1912-1984

Aos 72 anos de idade e vítima de leucemia incurável desde 1980, morreu no dia 1º de outubro, em Paris, um dos mais importantes políticos socialistas do Uruguai. Além de político, Enrique Erro foi também um jornalista que durante toda a sua vida batalhou pela liberdade e pela justiça em seu país. Fundou mais de dez jornais ao longo de sua carreira, que incluiu também passagens pelo Parlamento como deputado e senador, pelo governo como ministro da Indústria e, finalmente, como um crítico intransigente da ditadura militar que assumiu o poder no Uruguai em 1973.

Erro começou na política como membro do Partido Nacional (*Blanco*) tendo sido reeleito, durante 15 anos como deputado, graças a sua honestidade, coerência política e profunda identi-



Enrique Erro

cação com os setores trabalhadores de seu país. Em 1959, rompeu com os *blancos* acusando-os de defenderem os interesses da oligarquia latifundiária, e

criou junto com o Partido Socialista, a Unidade Popular. Em 1971, foi eleito senador pela Frente Ampla liderada pelo general Líber Seregni. Depois do golpe, foi para Buenos Aires como exilado e, em 74, foi preso pelos militares argentinos que o submeteram a toda sorte de torturas em diversas prisões. Em 1976, foi libertado graças à pressão internacional e foi viver na França, onde conservou o estilo simples de vida que sempre o caracterizou. Enquanto era senador, deputado ou ministro nunca usou carros oficiais, preferindo ir para o trabalho de ônibus.

Sua morte frustrou, no entanto, um grande sonho alimentado durante 11 anos de exílio: voltar a Montevideu, onde seus amigos já se preparavam para recebê-lo como um dos heróis da democracia uruguaia.

Socialistas condenam racismo e juros altos

Com a presença de delegações de mais de 50 países — partidos europeus no governo e na oposição, movimentos de libertação e outras organizações — realizou-se no Rio de Janeiro, nos dias 1 e 2 de outubro, a reunião da Internacional Socialista (IS), transformando a cidade numa espécie de capital do socialismo a nível mundial.

Três assuntos dominaram o centro dos debates: a crise na América Central e Caribe, o problema da África Austral e a dívida externa do Terceiro Mundo, tendo o primeiro adquirido maior atenção dos delegados socialistas e da imprensa internacional face às ameaças de invasão norte-americana na região. As presenças na reunião do comandante sandinista Bayardo Arce, que veio como convidado especial, e de uma delegação da Coordenadora Democrática, chefiada por Arturo Cruz (que esclareceu ter vindo não como convidado, mas em caráter pessoal), permitiram negociações importantes que, no entanto, não levaram a nenhum acordo, em vista da intransigência de Cruz e do seu admitido "pouco poder de negociação".

No caso da África Austral, considerou-se importante as declarações feitas pelo delegado francês, Leonel Jospin, no sentido de que "o movimento socialista não pode se resignar à idéia de perpetuação do *apartheid*", motivo pelo qual, os governos e partidos filiados à IS vão intensificar a sua ajuda política e econômica aos países agredidos pela África do Sul e aos dois movimentos de libertação, o ANC (sul-africano) e a Swapo, da Namíbia.

Em relação à dívida externa, o discurso de Willy Brandt na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a saudação que o governador Leonel Brizola fez aos convencionais na abertura dos trabalhos, deram a tônica. Em geral, quase todos os delegados foram unânimes em criticar os países ricos como responsáveis pela crise atual do Terceiro Mundo. O documento final da reunião expressa essa preocupação e põe ênfase no "nível excessivamente elevado das taxas de juros", cujas causas são o déficit fiscal dos Estados Unidos que, por sua vez, é originado nos elevados gastos armamentistas do governo Reagan.



Plenário da Conferência da IS no Rio de Janeiro

A crise mexicana

Um relatório da Bolsa de Valores do México revelou nas primeiras semanas de outubro que nada menos do que 93 grandes conglomerados empresariais estão à beira do colapso total devido a dívidas acumuladas no valor de quase 11 bilhões de dólares. A empresa mais ameaçada é a cervejaria Moctezuma, uma das três maiores do México, e que já se encontra sob intervenção estatal, depois de se comprometer a pagar seus cre-

dores no prazo de três anos. Mas, mesmo assim, a empresa continua à beira do fechamento completo, porque o maior credor, o *Chase Manhattan Bank*, pressiona o pagamento de débitos no valor de 154 milhões de dólares.

Segundo a Bolsa de Valores, as 93 grandes empresas, de um total de 114, poderiam precipitar uma espécie de corrida financeira provocada por acionistas interessados em se desfazer de seus investimentos. Entre os conglome-

merados à beira da falência se encontram 12 empresas *holding*, com débitos acumulados de cinco bilhões de dólares. Dois consórcios da área extrativa mineral devem um bilhão; sete construtoras, 642 milhões; seis armazéns gerais têm que pagar 1,7 bilhão de dólares e 60 indústrias de transformação acumularam dívidas de cinco bilhões de dólares.

Segundo o governo mexicano, as empresas privadas devem um total de 18 bilhões de dólares, do total da dívida externa do país, atualmente calculada em cerca de 95 bilhões de dólares.

Botsuana: mantido o veto a acordo com o "apartheid"

□ A vitória obtida pelo partido governista nas eleições gerais em Botsuana reforçou a posição do presidente Quett Masire de rejeitar um pacto de não agressão que vem sendo exigido pela África do Sul desde o começo deste ano. O partido de Masire, o Partido Democrático de Botsuana (BDP) obteve 29 das 34 cadeiras do Parlamento escolhidas por votação direta.

Pouco antes das eleições, o presidente de Botsuana advertiu que a assinatura de um acordo de não agressão com o regime do *apartheid* poderia provocar a anulação de todos os esforços feitos por esse pequeno país encravado na África Austral em favor da independência econômica e da igualdade racial. Masire alegou que não existe a necessidade de um pacto semelhante ao assinado entre Moçambique e África

do Sul, afirmando que o Botsuana nunca teve uma política agressiva em relação ao governo de Pretória.

O resultado eleitoral deve agora provocar um aguçamento das pressões sul-africanas usando basicamente a arma econômica, já que a maior parte das exportações e importações do Botsuana passa através de ferrovias e portos sul-africanos. Mas o presidente disse que de maneira nenhuma cederá às pressões externas.

Apesar de manter uma confortável maioria no Parlamento, o BDP perdeu algumas posições importantes para os partidos de oposição. A Frente Nacional do Botsuana (BNF) agora tem quatro deputados em vez de dois, e o Partido Popular do Botsuana (BPP) conservou o seu único deputado. Os avanços mais impor-

tantes da oposição aconteceram na região norte e nas grandes cidades, o que foi encarado como um sintoma do descontentamento dos sindicatos e trabalhadores mais pobres em relação à política econômica do governo. A inflação de 12% está provocando uma acentuada queda do poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos e dos mineiros do norte do Botsuana.

Apesar da oposição ter recolhido dividendos políticos ao concentrar seus ataques na política econômica, a Frente Nacional perdeu credibilidade na medida em que defendeu o pacto de não agressão com a África do Sul. Dois ministros do governo não foram eleitos, e, em consequência, deixaram seus postos, embora continuem no Parlamento como deputados escolhidos por via indireta. Entre eles, está o ministro do Exterior, Archibald Mogwe, que foi substituído pela única mulher eleita para o Parlamento, a senhora Gaositwe Chiepe.

Moçambique: a perigosa estrada do milho

□ A estrada de 620km que liga o Malawi ao Zimbábue, através da província moçambicana do Tete, se transformou recentemente na mais importante e também na mais perigosa rodovia do sul da África. A mais importante, porque através dela trafegam 150 mil toneladas de milho destinadas a alimentar populações do Zimbábue que estão morrendo de fome em consequência da seca de três anos que atinge o país.

E a mais perigosa, porque a estrada se transformou num dos principais alvos do movimento terrorista Resistência Nacional Moçambicana (RNM), que procura impedir o fluxo de cami-

nhões e mercadorias pela região, com o objetivo de desestabilizar tanto a economia de Moçambique como a do Zimbábue. O RNM é apoiado militar e financeiramente pela África do Sul.

Atualmente, a cada passagem de comboios com cinco ou seis caminhões, repetem-se combates entre forças militares de Moçambique e Zimbábue contra os terroristas. Mais de 40 emboscadas já aconteceram ao longo da estrada nos últimos três meses. Os comboios percorrem a estrada três vezes por semana protegidos por blindados e veículos militares. O trajeto é feito apenas de dia e a continuidade do tráfico é considerada essencial para

a sobrevivência de populações que já não têm mais nada para comer devido à escassez de chuva. No final de setembro, a seca diminuiu e alguns cultivos foram reiniciados, mas a população só terá condições de colher o seu próprio alimento daqui a quatro ou cinco meses.

Existe uma estrada alternativa através da Zâmbia, mas esse percurso não vem sendo usado porque é mil quilômetros mais longo e os caminhões são obrigados a pagar impostos muito altos pela passagem por território zambiano, onde as exigências alfandegárias são também muito mais complicadas. Os caminhoneiros e empresas de transporte que operam na região do Tete afirmam que somente um acordo aduaneiro entre Zâmbia, Moçambique e Zimbábue poderá resolver o problema.

Zimbábue: governo prepara eleições



A Zanu quer aumentar a vantagem eleitoral obtida em 1980

As proibições para a realização de manifestações públicas organizadas pelo partido opositor Zapu foram suspensas a partir de outubro como parte do plano de governo do primeiro-ministro Robert Mugabe para normalizar a situação política do país até as eleições gerais previstas para o começo do ano que vem. A Zapu estava proibida de fazer comícios e passeatas desde junho deste ano, quando seus simpatizantes atacaram prédios e funcionários do governo.

A decisão foi anunciada de

pois que a Zanu, o partido no governo, manifestou a sua decisão de criar todas as condições para que a primeira eleição geral a ter lugar após a independência seja a "mais livre e democrática possível". A Zanu mobilizou todos os seus adeptos desde a realização de seu congresso no começo de agosto, quando foi aprovada a criação de um partido único em Zimbábue como forma de acelerar a luta pela transformação total das estruturas sócio-econômicas do país.

Anteriormente o governo já havia suspenso o toque de re-

colher em vigor na província de Matabeleland, onde dissidentes políticos ligados à Zapu e apoiados pela África do Sul vinham desenvolvendo atos de terrorismo contra adeptos do governo e instalações agrícolas de colonos brancos, que continuaram no país após a independência. Apesar de ter travado a guerra da independência em aliança com a Zanu, a Zapu sofreu um acentuado desgaste político em consequência do personalismo de seu líder, Joshua Nkomo, e de sua vinculação com os grupos terroristas.

Três mil militantes da Zapu já passaram para a Zanu nos últimos meses, incluindo-se entre eles um ministro de Estado e vários dirigentes políticos provinciais. Atualmente, importantes líderes da Zapu vêm fazendo declarações contrárias aos dissidentes, ao mesmo tempo em que procuram se desvincular da liderança de Joshua Nkomo. O isolamento do fundador da Zapu e seu desprestígio junto à maior parte da direção do partido abrem possibilidades para que a Zanu obtenha nas próximas eleições uma maioria esmagadora que lhe dará o virtual controle total do próximo Parlamento. Atualmente, o partido de Mugabe já tem a maioria simples e se alcançar mais de 80% dos votos poderá levar adiante o projeto do partido único.

Inglêses criam força de intervenção na África

O Ministério da Defesa da Inglaterra já colocou em andamento o plano de criar uma força de deslocamento rápido capaz de intervir em qualquer país da África ou do Caribe. A nova unidade é uma cópia de uma força semelhante criada há três anos

pelos Estados Unidos cobrindo especialmente o Oriente Médio, golfo Árabe e América Central.

A força britânica de intervenção será composta por soldados do corpo de fuzileiros navais e pára-quedistas, comandados por um estado-maior de 480 oficiais. Ao dar a notícia da formação da unidade, o jornal *Sunday Times* disse que o alto comando inglês decidiu criá-la depois da guerra

das Malvinas, quando ficou evidente a dificuldade do exército inglês para intervir em locais distantes. A força de deslocamento rápido será integrada por dez mil homens e somente entrará em ação caso algum país pedir ajuda, segundo revelou o *Times*. A tropa britânica não atuará no Oriente Médio, pois esta área já é considerada cativa dos Estados Unidos.

Bangladesh: depois da enchente, a fome



□ O governo do Bangladesh já está fazendo apelos antecipados de ajuda na certeza de que em outubro e novembro o país será atingido por uma nova calamidade em sua conturbada história. Depois das piores inundações dos últimos trinta anos, quando morreram nove mil pessoas, Bangladesh espera uma escassez de comida também sem precedentes, em

consequência da destruição de 63 mil quilômetros quadrados de plantações e de 68 mil cabeças de gado.

As enchentes que vêm atingindo o país periodicamente desde o começo do ano obrigaram o governo a aumentar a importação de grãos para garantir um mínimo de abastecimento para a população. Até agora já foram comprados mais de dois milhões de toneladas de cereais e o total pode chegar até três milhões, dependendo das necessidades nos próximos meses. Mas de qualquer maneira, os observadores das Nações Unidas acreditam que os alimentos não serão suficientes nem para a metade dos desabrigados.

A sucessão de catástrofes naturais está sendo utilizada

pelo governo com fins políticos, já que para outubro estão marcadas eleições. O presidente *de facto*, general Ershad, um militar de direita, está percorrendo as regiões atingidas pelas inundações para participar pessoalmente da distribuição de comida. Em cada aldeia visitada, ele promove ao mesmo tempo comícios eleitorais em favor do partido Janadal, atualmente no poder. O militar trava uma verdadeira corrida contra o tempo, uma vez que o seu prestígio político ficará ainda mais abalado quando a fome adquirir proporções maciças, o que não deve demorar, segundo previsões de organismos internacionais de ajuda.

Os centros de socorro estão sendo organizados pelo aparelho do partido do governo e toda a ajuda está sendo encaminhada segundo critérios políticos. As aldeias mais simpáticas ao governo recebem mais, enquanto as outras são relegadas a um segundo plano.

Butão se prepara para o futuro

□ O Butão, pequeno reino budista situado no Himalaia, saiu há pouco tempo de seu isolamento medieval e se prepara para enfrentar os desafios do futuro. "Não queremos ter problemas dentro de 10 ou 15 anos", afirmou o rei Jigme Singye Wangchuck, de 28 anos de idade. Entre os problemas que o preocupam figuram o desemprego, a pressão demográfica sobre a pouca terra cultivável e a manutenção do delicado equilíbrio ecológico, situações semelhantes às que afligem também os países vizinhos.

Os habitantes do Butão estão conscientes das dificuldades causadas pela explosão demográfica na Índia e pela des-

truição do meio-ambiente no Nepal. O país é um dos menos povoados da Ásia, embora não se disponha de cifras exatas. Em 1981, houve um censo cujos resultados não foram concluídos. O rei acredita que muitos de seus súditos possam ter respondido com evasivas temendo novos impostos ou trabalhos forçados.

De qualquer modo, o censo acusa que a população é de um milhão e 160 mil habitantes, com um crescimento demográfico de 2,2% e uma densidade de 25 pessoas por quilômetro quadrado.

Além dessas cifras, existem outros fatores que, em conjunto, configuram um panorama

sombrio. Setenta por cento da superfície do país, de 46.500 quilômetros quadrados, está coberta de bosques, 21% corresponde a montanhas agrestes e só 9% é cultivável. Por outro lado, cerca de dois-terços da população têm menos de 30 anos de idade, o que sugere que poderia aumentar a projeção de habitantes que haverá no final do século, atualmente estabelecida em um milhão e 700 mil habitantes. Embora o Butão tenha 18 distritos, cerca da metade da população se concentra em quatro deles, fronteiriços com a Índia. De acordo com Thujee Younten, diretor dos serviços de saúde, o índice de crescimento demográfico ultrapassa os 8% nessa área. (*Sundanda Datta-Ray - Especial da revista People*)

As províncias financiam o império

A hegemonia dos Estados Unidos sobre a economia mundial se projetou nos dois últimos anos de modo aparentemente paradoxal: capitais de todo o mundo, inclusive dos países mais pobres, fluem para a superpotência, financiam seu déficit fiscal, a expansão do consumo de seus habitantes e os novos investimentos de suas empresas.

"As províncias financiam o império" ou "os pobres concedem crédito aos ricos", são algumas das expressões utilizadas para sintetizar esse fenômeno. Outra observação importante a propósito desse processo indica que os Estados Unidos, outrora o maior exportador de capitais, se converteu agora em claro importador de capitais, uma tendência carregada de consequências para a economia do planeta.

Com muita frequência, se tem afirmado que essa sucção de capitais é o resultado simples e direto da vigorosa recuperação pós-recessiva dos EUA. Que isso tenha influído é certo, mas limitar a explicação a esse fator implica desconhecer que Washington aplicou uma política deliberadamente orientada no sentido de atrair capitais estrangeiros. Cabe também mencionar que um dos elementos-chave da recuperação norte-americana foi o crescimento do gasto público e que este aumentou o déficit federal. Isso, por sua vez, provocou a alta dos juros bancários e constituiu um estímulo para os investidores estrangeiros.

As taxas de juros oscilaram ao longo da recessão do início desta década, mas mantendo-se constantemente em níveis elevados. Elas explicam, em grande parte a corrida de capitais para os

EUA. Os peritos nos indicam que um japonês que investisse seu dinheiro em bônus do Tesouro norte-americano obteria seis pontos acima da percentagem de juros que receberia se os colocasse em um banco japonês. Algo semelhante acontece no resto dos países, e é por isso que esta chuva de capitais sobre o solo norte-americano tem uma dimensão mundial.

A 17 de setembro passado, o Departamento do Tesouro norte-americano lançou uma oferta de bônus no valor de 13,2 bilhões de dólares. É óbvio que os próprios investidores norte-americanos adquirem a maior parte desses títulos, mas está fora de dúvida que a Casa Branca deseja que uma parte não pequena de seu déficit seja financiada do exterior. A fim de consegui-lo, Reagan assinou, a 18 de julho último, um decreto que isenta os estrangeiros do pagamento de impostos sobre os juros gerados pelos bônus do Tesouro norte-americano, que antes dessa medida chegavam a 30%. Na primeira semana de setembro, duas delegações de altos funcionários percorreram a Europa e o Japão a fim de informar banqueiros e empresários sobre os mecanismos e as vantagens dos títulos.

Curiosamente, esse comportamento não provocou o enérgico protesto que se poderia esperar, embora tenha sido malvisto pelos governos visitados.

É verdade que essa política deu bons frutos: segundo a financeira *Merrill Lynch*, cerca de 15% dos títulos do Tesouro — um mercado cifrado em 90 bilhões de dólares — está em poder de estrangeiros. Os principais compradores são

os japoneses, que atualmente adquirem uma média de um bilhão de dólares por mês, segundo uma firma especializada de Londres.

A participação de capitais externos no déficit fiscal parece destinada a crescer na opinião dos peritos. Isso significa um alívio e um reforço para o setor público norte-americano e para o prosseguimento da corrida armamentista e espacial incentivada por Reagan. Por sua vez, o déficit continuará a cotas elevadas e isso pressagia altas taxas de juros no futuro imediato, com nefastas consequências para o Terceiro Mundo e sobretudo para os países mais endividados.

A afluência de massas monetárias vultuosas para ações e empresas norte-americanas é um aspecto menos destacado pela imprensa. Visto que as ações oferecem bons dividendos, competem com os bônus na captação do capital estrangeiro.

Um axioma econômico diz que as altas taxas de juros desestimulam os investimentos, pois quando o dinheiro é caro, as empresas adiam a solicitação de créditos bancários. Mas o governo Reagan introduziu um mecanismo de isenção de impostos que compensam o pagamento de juros, de maneira que as empresas norte-americanas — ao contrário das de outros países — não ficam afetadas pelas elevadas taxas de juros.

Já a teoria do ciclo econômico ensina que a saída da recessão consta de duas etapas. Na primeira, já verificada nos EUA, as empresas investem na reposição de estoques e na contratação de mão-de-obra para satisfazer o aumento da demanda, mas não ampliam sua capacidade instalada. Na segunda fase, por sua vez, as empresas investem no crescimento de sua capacidade produtiva. Esta é a verdadeira expansão econômica e, se se estabelece, pode dar lugar a uma recuperação prolongada da economia.

Embora os indicadores da economia norte-americana sejam contraditórios e uma previsão nesse assunto não seja possível, alguns dos pré-requisitos da fase expansiva estão se

comprovando, e entre eles figura em primeiro lugar o aumento dos investimentos empresariais. Entre estes, aparece a contribuição multimilionária de investidores estrangeiros que tiram capitais da indústria de seus países para transferi-los para os Estados Unidos.

Não se pense que na análise realizada até aqui tenham-se introduzido valorações subjetivas. O insuspeitável Paul Volcker, presidente da Reserva Federal (Banco Central) dos Estados Unidos, resumiu o processo em uma audiência no Senado com estas palavras:

“O crescente déficit orçamentário nos permitiu consumir, investir e desfrutar de serviços públicos numa quantidade maior do que teria sido possível com base no aumento do Produto Nacional Bruto (PNB). A afluência de capitais externos incrementou a economia interna em quase 25%, permitindo-nos assim financiar o déficit do orçamento federal, enquanto o consumo e os investimentos internos também cresciam rapidamente”.

A tendência, pois, está clara, assim como os benefícios que ela proporciona aos Estados Unidos. Agora vejamos quais são as suas projeções internas.

A tese oficial norte-americana (reiteradamente exposta e que, em fins de setembro, tinha sido empregada pelo secretário do Tesouro, Donald Regan, para responder a seus numerosos críticos durante as sessões da Assembléia do Fundo Monetário Internacional) é simples, talvez demasiado simples.

A tese afirma que a recuperação norte-americana incentiva a recuperação do resto dos países e que se manifesta em um aumento substancial das importações norte-americanas provenientes dos mesmos países que atacam Washington pelos altos juros e o dólar super-valorizado.

Tais argumentos foram empregados por Reagan para reduzir as disponibilidades financeiras do Fundo, contrariando as petições dos países

do Terceiro Mundo e alguns da Europa Ocidental em favor de mais créditos para compensar os efeitos da dívida e da crise que sofrem as nações subdesenvolvidas.

Vejam-se o raciocínio anterior é pertinente e, para isso, faremos uma distinção entre a situação no Terceiro Mundo e no Norte industrializado. Salvo uma clara exceção, o Japão, que empreendeu por sua conta a recuperação e que, auxiliado pela alta do dólar, consegue um admirável aumento de suas exportações para os Estados Unidos, o quadro não é nítido nos demais países industrializados. Estes expandiram a colocação de seus produtos, de altas margens de lucro e tecnologia sofisticada, nos Estados Unidos. Mas o dólar encarecido eleva os preços das importações pagas nessa divisa. De maneira que podem receber um benefício relativo aquelas nações que exportam para os Estados Unidos em proporção superior à de suas importações em dólares, o que acontece só em alguns casos. Por outro lado, a captação de capitais que, investidos nas economias de origem, as ajudaria a sair da recessão em que ainda se encontram — com poucas exceções —, só pode ser vista como um efeito negativo. Daí os protestos europeus diante de uma política econômica que elevou o dólar e os juros bancários a níveis inusitados.

Em relação ao Terceiro Mundo, não há diferenças. E a repetição da argumentação oficial por parte das autoridades norte-americanas não corresponde à realidade do comércio mundial. Segundo indica a Unctad, só uma quinta parte das exportações dos países subdesenvolvidos se dirige ao grande mercado norte-americano. Seu efeito compensatório é, pois, mais que insuficiente em relação aos males que a política norte-americana causa. Ao mesmo tempo, a Casa Branca mantém cotas limitativas e está introduzindo novas restrições para as importações de diversos produtos do Sul, particularmente no setor têxtil.

Embora não se disponha de cifras sobre a

drenagem de capitais dos países subdesenvolvidos para a América do Norte, o fenômeno também se registra aqui e seus danos são proporcionalmente muito superiores. De fato, esses países necessitam imperiosamente de capitais para saírem do subdesenvolvimento e acontece exatamente o contrário, uma patética carência de investimentos internos.

O incremento monumental da dívida externa do Terceiro Mundo, que se aproxima dos 800 bilhões de dólares, é uma consequência direta das altas de todas as taxas de juros norte-americanas, já que a maior parte desses créditos provém do sistema bancário privado e está, portanto, sujeita a taxas variáveis.

Calculou-se que cada ponto de aumento custa quatro bilhões de dólares aos devedores e, entre janeiro e setembro deste ano, as taxas de juros subiram 2%. Isso significa que, ao mesmo tempo que os Estados Unidos marchavam para a recuperação econômica, os problemas do Terceiro Mundo se agravavam.

Os países subdesenvolvidos só tiveram uma participação passiva na crise recessiva desta década, a mais profunda e prolongada desde o pós-guerra.

A recessão partiu do centro do sistema capitalista, os Estados Unidos, e os métodos para enfrentá-la foram aplicados pelo governo Reagan de modo unilateral e tomando em consideração somente seus próprios interesses. O peso maior da crise foi descarregado sobre as economias mais frágeis. O mesmo vale para a fase de recuperação. Os Estados Unidos estão impondo uma política orientada para o seu reforço em relação ao resto do mundo e se negam a conceder paliativos para moderar a crise gerada e projetada pela superpotência sobre o Terceiro Mundo. O governo norte-americano assumiu, pois, a grave responsabilidade de acentuar as desigualdades e as tensões entre o Norte e o Sul do planeta, que, já antes desta década, eram dramáticas e constituíam o maior escândalo contemporâneo.

RIO, capital do cinema

A magia fantástica de luzes e cores do Rio, aliada a uma paisagem deslumbrante, à beleza de sua juventude, ao verde de suas florestas, ao azul de seus mares, será a partir de 18 de novembro o cenário ideal que reunirá os maiores nomes do Cinema, Televisão e Vídeo do mundo inteiro, durante nove dias, no Centro de Convenções do Hotel Nacional, em São Conrado.

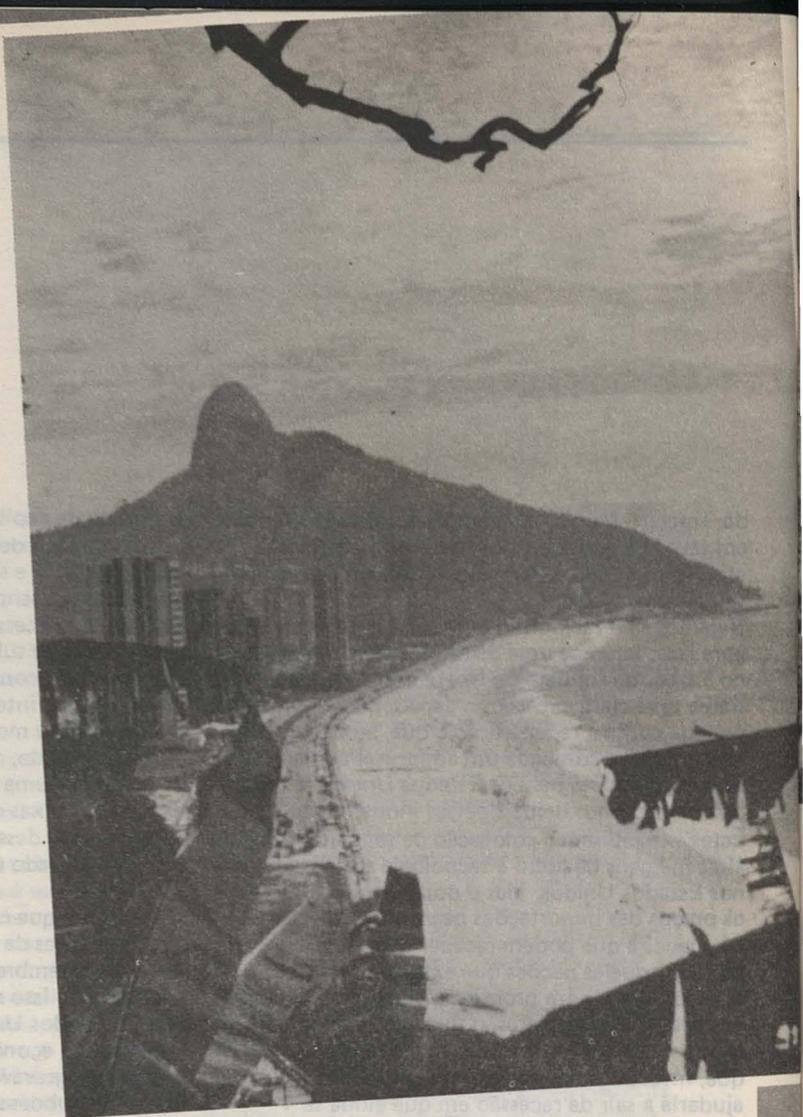
Patrocinado pela Riotur e pela Flumitur, o Festival Internacional de Cinema, Televisão e Vídeo será o grande evento com que o Governo do Estado do Rio de Janeiro encerrará a série de magníficas promoções turísticas deste ano de 1984, que teve,

como ponto de partida, a inauguração, em fevereiro, da Passarela do Samba. Entre outras atrações, o Festival terá um Bureau Turístico, com um completo serviço de atendimento aos que aqui vierem partilhar conosco, não só desta festa do cinema, como também das nossas praias, da nossa vida noturna e do nosso samba. Venha ao Rio e seja também um astro, participando do Festival Internacional de Cinema.

Empresa de Turismo do
Município do Rio de Janeiro S.A.

RIOTUR

Rua São José, 90/8º andar Tel. 232-4320 ddd. 021 cep 20010
Endereço telegráfico Rioturismo - Rio de Janeiro - RJ - Brasil





A “opção cirúrgica”

Evitar a solução pacífica seria uma das metas da administração Reagan, confiante nas pesquisas que demonstram que a invasão não prejudicaria a popularidade do presidente norte-americano

Roberto Remo

Em Nova Iorque, uma agência de pesquisas anuncia que a vantagem eleitoral de Reagan diminui em alguns décimos de pontos quando os noticiários televisivos falam da América Central. No Peru, os bispos divulgam um documento que interpreta as posições do Vaticano como uma censura a certos extremismos, mas não como uma condenação à Teologia da Libertação. No Rio de Janeiro, a revista “Senhor” diz que Felipe González e Olof Palme deixaram de comparecer à reunião da Internacional Socialista por pressões da chancelaria brasileira. Moçambique e África do Sul assinam um acordo pelo qual se comprometem a que seus territórios não sejam usados

como base das forças regulares que lutam contra seus respectivos governos.

São fatos isolados do fluxo informativo cotidiano para a maioria dos leitores. Na Nicarágua, no entanto, todos eles são analisados e avaliados com um mesmo e único critério: favorecem ou debilitam os planos norte-americanos de invasão?

Não se trata de uma obsessão paranóica. Os *nicas* sabem que o *establishment* republicano norte-americano, já há vários anos, desprezou a ótica de Carter ao considerar os sandinistas como crianças rebeldes que deviam ser domesticadas, para considerá-los delinquentes perigosos, um câncer a ser extirpado antes que se propague por toda a Améri-

ca Latina. Segundo esse diagnóstico, a única opção é a cirurgia. O comandante Daniel Ortega não exagerou quando denunciou, perante a Assembléia Geral da ONU, a iminente invasão da Nicarágua por tropas norte-americanas: "Os ventos que estão soprando agora sobre a América Central pressagiam um holocausto para nossos povos". Também não mentem os porta-vozes da Casa Branca que dizem que essa medida extrema ainda não foi decidida. A decisão final será tomada meio minuto antes de abrir fogo. Mas todas as resoluções intermediárias estão sendo inexoravelmente executadas. Passo a passo, a diplomacia norte-americana vai retirando do caminho todos os obstáculos que possam impedir a agressão direta, atrasá-la ou aumentar seu preço político.

"Nós não acreditamos que a agressão se intensifique. Estamos certos disso", comentou no Rio o comandante Bayardo Arce, da direção da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). "Estamos nos preparando para o pior. Na Nicarágua já não existem armas guardadas. Todas estão nas mãos do povo."

Cada homem conhece seu posto de combate (e, na Nicarágua, todos os que chegaram à puberdade são combatentes em potencial); cada mulher sabe se deverá atender feridos, preparar comida ou cuidar dos velhos; cada criança sabe para onde ir se a invasão a surpreender na escola ou em seu bairro. "Manágua parece um queijo, tantos são os buracos", comenta um jornalista europeu. São trincheiras e refúgios antiaéreos nos jardins, praças e terrenos baldios. Por todo o interior do país, caixas secretas guardam armas, munições e víveres para, numa segunda etapa da invasão, continuar a resistência em forma de guerrilha.

A certeza de que o preço em vidas seria enorme, diante de tanta determinação, e a inevitabilidade da propagação do conflito a toda a região estimulam os esforços de paz. Nem mesmo os mediadores mais frios e experientes podem deixar de transmitir um sentido de urgência e dramaticidade.

Os pretextos

Contra o que se possa pensar, não há nenhum motivo para uma guerra entre a Nicarágua e os Estados Unidos. Ambos os países têm relações diplomáticas normais, os norte-americanos não precisam de visto para entrar no país (embora a recíproca não seja verdadeira), a Nicarágua não nacionalizou interesses econômicos estrangeiros (a *Coca-Cola*, empresa símbolo, opera normalmente no país), não deixou de pagar a sua dívida externa, não tem conflitos territoriais (os atóis e ilhotas caribenhas que a Nicarágua reivindicava dos Estados Unidos foram transferidos por Washington para a Colômbia em 1979), nem representa ameaça possível à

segurança nacional da principal potência militar do planeta.

Em cumprimento ao determinado pela Corte Internacional de Justiça em Haia (Holanda), os Estados Unidos deveriam suspender a colocação de minas nos portos nicaraguenses, mas a Casa Branca nunca admitiu sua responsabilidade na operação, atribuída aos *contras* nicaraguenses. Como não há motivos para o conflito, não há espaço para mediações, e sim apenas conversações bilaterais, como as que ambos os países vêm desenvolvendo em território mexicano. "Ambas as partes se comprometem a não revelar nada do que se discute", explicou-nos um alto funcionário nicaraguense, "e não seremos nós a faltar com a palavra".

A intervenção norte-americana se daria então indiretamente, em forma de aliança com Honduras, El Salvador ou Costa Rica, se algum desses países entrar em guerra com a Nicarágua, ou "a pedido de uma das partes", numa guerra civil.

Este é, exatamente, o plano denunciado por Ortega perante as Nações Unidas: os contra-revolucionários da Frente Democrática Nicaraguense (FDN), ex-guardas somozistas que operam a partir de Honduras com o apoio confesso da CIA, e da Aliança Revolucionária Democrática (Arde), que atacam a partir da Costa Rica, intensificariam suas ações, "libertarian" alguns povoados do norte do país e instalariam neles um "governo", provavelmente presidido por Adolfo Calero Portocarrero.

Como atividades de "primeira etapa", o coordenador da Junta de Governo mencionou a intensificação de vôos norte-americanos de espionagem e da atividade naval militar desse país no golfo de Fonseca, a oito milhas das costas da Nicarágua, concentração de forças anti-sandinistas em Honduras e Costa Rica (onde Edén Pastora anunciou sua "volta ao combate" depois do atentado que o feriu há alguns meses) e intensa atividade do Comando Sul norte-americano com sede no Panamá.

A Costa Rica está sendo pressionada a solicitar ajuda norte-americana para "cuidar de sua fronteira" (ver matéria nessa edição: "As pressões norte-americanas sobre Monge") e já há milhares de "boinas-verdes" em Honduras, como parte de "manobras" que se prolongam indefinidamente. Nessas circunstâncias, qualquer incidente entre a guarda de fronteiras sandinista e forças regulares dos Estados Unidos pode servir de pretexto para desencadear o conflito.

A Ata de Contadora

As eventuais causas de guerra entre os países centro-americanos já foram claramente identificadas pelos chanceleres do Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) que, desde janeiro de 1983, se esforça em evitar o conflito

to. O Documento de Objetivos foi aprovado em setembro de 1983, por consenso, entre os cinco países centro-americanos e os quatro de Contadora. Nele se detalham, em 21 pontos, os princípios e normas de convivência pacífica na região, entre os quais se destacam a não-ingerência nos assuntos internos dos vizinhos, o não-apoio à subversão ou guerras irregulares (semelhante ao aprovado na África Austral), a saída de todas as forças extra-regionais e a limitação da corrida armamentista.

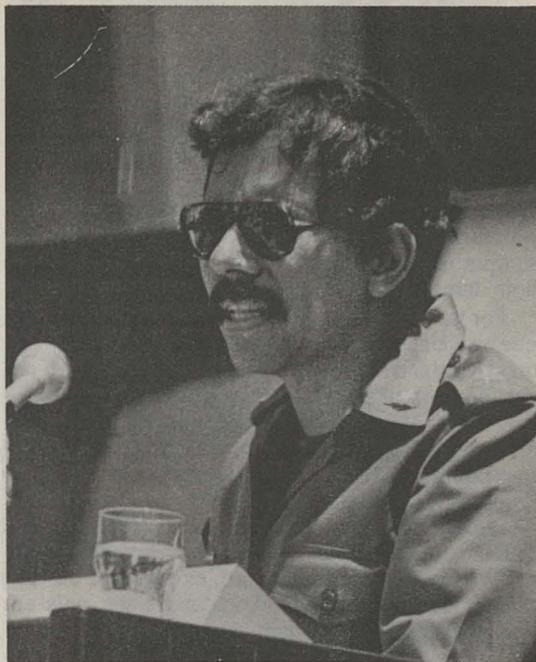
Um ano e uma infinidade de reuniões depois, esses pontos se tornaram o rascunho da *Ata de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central*, um documento ainda secreto de 60 páginas que reflete os consensos (75% da Ata, segundo declarou a *cadernos do terceiro mundo* um dos negociadores de Contadora) e propõe fórmulas de conciliação onde subsistem controvérsias. Depois de incorporadas as observações, no próximo mês de novembro seria assinado o Tratado.

Segundo diversas fontes oficiais, pudemos saber que a Ata prevê critérios detalhados (em função da população, da superfície, do PNB e outros indicadores de cada país) para limitar as armas, estabelece prazos precisos (de poucas semanas) para a retirada de assessores militares e tropas estrangeiras, proíbe as manobras militares internacionais, prevê a suspensão de todo apoio a forças irregulares ou grupos armados nos países vizinhos (não apenas militar mas também político ou financeiro), recomenda normas de política interna que garantam os direitos humanos e a democracia política pluralista em cada país e — o mais importante — estabelece mecanismos exatos de controle de tudo anteriormente citado.

Todos os países do hemisfério, desde Cuba até os Estados Unidos, Europa Ocidental, o Movimento dos Países Não-Alinhados, o Grupo dos 77 e as Nações Unidas expressaram seu apoio a Contadora, numa unanimidade poucas vezes vista.

Divulgado o segundo rascunho da Ata de Contadora, os chanceleres da Guatemala e Costa Rica comunicaram que o apoiariam sem novas objeções. A 19 de setembro, o chanceler hondurenho, Paz Barnica, afirmou em nota oficial seu “reconhecimento pela perseverante gestão pacificadora” de Contadora e, embora tenha dado a entender que poderia propor alguma mudança, expressou que “corresponde agora à vontade política dos governos centro-americanos dar alcance jurídico aos compromissos (...) e adotar as formas de conciliação”. Três dias depois, no Panamá, o presidente salvadoreño, José Napoleón Duarte, anunciou que a 15 de outubro “teremos assinado a ata com vontade férrea e firme de cumprir todos e cada um dos seus pontos”.

Só faltava a Nicarágua. E o mundo inteiro pôde respirar aliviado quando o comandante Daniel Or-



Daniel Ortega: “perigo de um novo holocausto”

tega, na sua condição de chefe de estado, anunciou publicamente e solenemente que seu país assinará a Ata, sem propor nenhuma mudança.

“A posição nicaraguense surpreendeu os Estados Unidos”, comentou-nos Nils Castro, assessor do presidente panamenho, de destacado papel no processo negociador. Era a expressão mais explícita e de mais alto nível, até o momento, de apoio à Ata. Em lugar, porém, de acelerar a sua aprovação, a declaração teve o efeito contrário. Um portavoz do Departamento de Estado norte-americano qualificou de “hipócrita” a posição nicaraguense e disse estar convencido de que esse país não cumpriria o pacto. De imediato, os governos de Honduras e El Salvador aderiram a essa posição, repetindo o argumento com palavras quase idênticas.

Ainda não havia secado a tinta com que os cinco países centro-americanos, os quatro de Contadora, os dez da Comunidade Econômica Européia (CEE), Portugal e Espanha tinham assinado em San José da Costa Rica, o compromisso de apoiar Contadora, quando o presidente salvadoreño Duarte declarou que algumas propostas da Ata eram “absurdas” e o chanceler hondurenho disse que “não confia” na Nicarágua e que esse país seria “o funil para uma solução pacífica”.

“É um argumento absurdo”, comentou-nos Nils Castro, “pressupor a má-fé de quem negocia. Logo depois da assinatura de um tratado, pode-se verificar seu cumprimento. Existem razões para se crer que muitos não pensaram nunca em assiná-lo”.

O papel de Arturo Cruz

A ajuda financeira e militar dos Estados Unidos aos *contras* na Nicarágua é aprovada pelo Congresso baseado no argumento de que ela não se destina a derrubar o governo nicaraguense, mas sim a evitar o fluxo de armas *nicas* aos revolucionários salvadorenhos. Um fluxo que a Nicarágua e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) sempre negaram e que a Casa Branca não pôde até hoje demonstrar suficientemente.

Por seu lado, também os *contras* não aceitam que seu papel seja o de polícia de fronteira. Seu objetivo declarado é expulsar os sandinistas do poder, embora não tenham uma proposta comum sobre o tipo de regime que eles implantariam. Para efeitos propagandísticos, no entanto, declararam que poderiam depor as armas se houvesse "eleições livres" na Nicarágua.

Presente em San José enquanto se realizava a reunião dos centro-americanos e europeus, o doutor Arturo Cruz, ex-banqueiro, ex-membro da Junta nicaraguense e ex-embaixador de seu país em Washington, disse a quem quisesse ouvi-lo que só ele poderia levar a paz à Nicarágua. Cruz é o candidato presidencial da Coordenadora Democrática, uma coalizão de partidos de direita, organizações empresariais e centrais sindicais oposicionistas. Quando o entrevistamos em Manágua em 1980, Cruz nos assegurou que a sua presença na Junta de Governo era a garantia "da vontade política da revolução de manter o pluralismo" e nos confessou *off the record* que muitos "amigos" o pressionavam a abandonar o cargo.

Quando finalmente ele tomou essa atitude, os

sandinistas reafirmaram sua linha de pluralismo político e econômico (o Estado participa com menos de um-terço do produto interno, uma cifra semelhante à do Brasil e inferior à de muitos países da Europa Ocidental), em vez de "se radicalizarem". Agora Cruz insiste em seu autoproclamado papel de "garante", desta vez, de que as eleições serão limpas.

Assim, quando o comandante Arce soube da presença de Cruz no Rio de Janeiro, durante a reunião do Birô da Internacional Socialista, nos primeiros dias de outubro, tomou a iniciativa de chamá-lo para conversar — com testemunhas — sobre as razões de sua negativa em formalizar sua candidatura. Faltavam poucas horas para que vencesse o prazo da quinta prorrogação concedida pelo Tribunal Eleitoral para as inscrições.

Diante do ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez e do deputado social-democrata alemão Hans-Juergen Wischnewski, Cruz exigiu anistia para todos os somozistas presos por crimes de guerra, apoio à livre empresa, condenação a Cuba e à União Soviética, liberdade de imprensa e uma série de garantias eleitorais. "Logo ficou claro — nos explicou Arce — que a primeira lista era apenas uma forma de pressão. Como em uma transação comercial, pedia mais para conseguir menos".

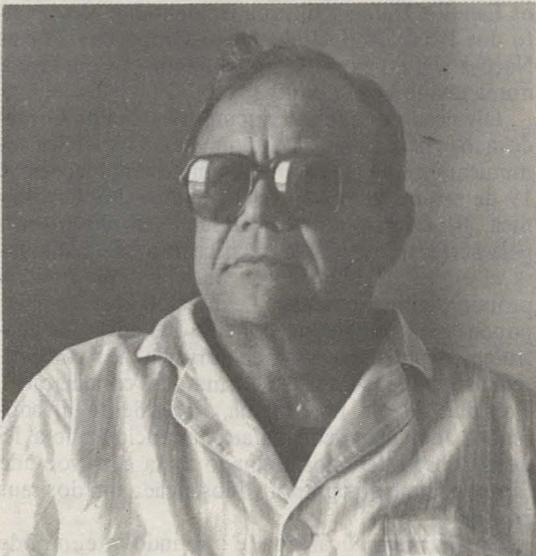
Obviamente, as medidas de política externa ou econômica são temas para um programa eleitoral, que o povo pode aprovar ou não, e não condições prévias às eleições. As exigências de Cruz foram descartadas.

As questões claramente eleitorais foram sintetizadas em 20 pontos. "Quinze deles — comentou Bayardo Arce — já são leis que favorecem os sete

Carlos Pinto Santos



Carlos Pinto Santos



Bayardo Arce (à esq.) fez novas concessões, mas Arturo Cruz (à dir.) insistiu na obstrução

partidos inscritos. Os outros nós fomos aprovando um a um (e eu recebi amplos poderes para negociar), para que a CDN ficasse sem pretextos". O dirigente sandinista ofereceu forças policiais para garantir os atos dos membros da CDN, que em algumas ocasiões foram agredidos por nicaraguenses furiosos que vêm na coalizão uma expressão política dos contra-revolucionários; ofereceu o triplo do espaço gratuito na rádio e televisão que os outros partidos recebem, para compensar a demora da Coordenadora em iniciar sua campanha eleitoral; e todo tipo de garantias.

A CDN insistiu em que fossem adiadas as eleições, marcadas para 4 de novembro, dois dias antes das norte-americanas.

"A colheita de algodão, café e açúcar, nossos principais produtos de exportação, é feita entre novembro e fevereiro. Milhares de cidadãos se deslocam para longe de suas residências nessas datas, o que naturalmente complica realizar as eleições nesse período. Por outro lado, estas foram antecipadas (estavam previstas inicialmente para 1985) a pedido de nossos amigos europeus e latino-americanos, que alegavam ser necessário legitimar rapidamente o governo na Nicarágua para deixar sem pretextos os ataques norte-americanos. Tampouco é atitude séria brincar com as instituições e mudar as datas à vontade. E, finalmente, a agressão armada está se intensificando, com o objetivo de impedir as eleições no norte do país", declarou Bayardo Arce.

De todos esses motivos, o militar é o mais importante. Como Cruz havia dito que os *contras* deporiam as armas se a CDN participasse das eleições, o comandante Arce lhe propôs que formalizasse sua candidatura. Se antes de 25 de outubro uma parte significativa dos rebeldes tivesse aceito a anistia em vigor ou tivesse abandonado o país (se aceitava, inclusive, que algum grupo menor continuasse lutando), as eleições seriam adiadas. Caso contrário, Cruz poderia retirar sua candidatura, com amplas garantias de que não haveria represálias a seus seguidores e com um reconhecimento público do mérito de seus esforços pela paz.

Fracassa a negociação

Quando o acordo parecia iminente, o dirigente opositorista argumentou que não podia falar em nome dos contra-revolucionários e nem assumir nenhum compromisso sem antes consultar suas bases em Manágua. Na capital nicaraguense, enquanto isso, em vez de inscrever seus candidatos, a CDN solicitava uma nova prorrogação, sem se comprometer em nada. O pedido foi negado, as eleições serão realizadas em 4 de novembro sem a CDN. O pluralismo está garantido pela participação de sete partidos.



O risco da invasão fez o governo acelerar a resistência popular

("Três deles estão à direita da Frente Sandinista e três à esquerda", nos comentou o comandante Jaime Wheelock. "Todas as tendências políticas — conservadores, liberais, social-cristãos, comunistas, socialistas e trotsquistas — estão representadas".)

Uma última tentativa de mediação será realizada em Manágua pelo presidente da Internacional Socialista, o ex-chanceler alemão Willy Brandt, mas sem muitas esperanças de êxito. Carlos Andrés Pérez saiu da reunião do Rio de Janeiro visivelmente preocupado com a perspectiva de uma escalada na agressão contra a Nicarágua.

O fracasso da negociação no Rio, as críticas de última hora à Ata de Contadora, os episódios menores porém expressivos, como a pressão norte-americana sobre os europeus presentes em San José para que cortassem toda cooperação com a Nicarágua e a ausência não explicada na reunião da IS no Brasil de dois notórios amigos dos sandinistas, como Felipe González e Olof Palme, levam muitos analistas a acreditar que a partir de Washington todos os fios estão sendo mexidos de maneira a evitar uma solução pacífica. Uma estratégia que só se explica se já está tomada a decisão a fa-

vor da "opção cirúrgica" ou, pelo menos, se se quer deixar esta opção em aberto.

Neste contexto, preocupa os centro-americanos que ainda acreditam na paz, a debilidade da candidatura Walter Mondale.

"Há inclusive na administração republicana — nos disse um diplomata do Grupo de Contadora — aqueles que acreditam que uma intervenção na Nicarágua antes das eleições favorecerá a candidatura de Reagan em vez de prejudicá-la".

Se o fator eleitoral fosse o único em jogo, a invasão seria então inevitável depois de 6 de novembro, quando Reagan pode conseguir, além da reeleição, maioria no Congresso. Por sorte, também pesam a unânime oposição das igrejas norte-americanas — inclusive a católica, que sempre apoiou a intervenção no Vietnã — a rejeição dos europeus ocidentais e o pano de fundo da tensão Leste-Oeste, que se agravaria, chegando a limites extremos com um desembarque de *marines* na América Central.

Com armas pouco convencionais, os nicaraguenses já estão lutando contra a invasão antes que ela aconteça.

Pacifistas norte-americanos se revezam dia e noite para fazer uma barreira humana desarmada na fronteira entre a Nicarágua e Honduras. No caso de invasão, os tanques deveriam passar por cima de seus cadáveres.

Intelectuais e artistas do mundo todo estão se mudando para Manágua, onde se oferecem como vítimas de um eventual bombardeio.

"Reagan sabe que em uma invasão à Nicarágua, eles não poderiam demorar mais de duas semanas para controlar todo o país", nos comenta um especialista italiano em *mass media*. "Não importa que três ou quatro mil *marines* morram em um ataque relâmpago, se este tiver êxito. Mas o público não aguenta programas monótonos e de enredo complicado. A batalha da opinião é travada na televisão e mais de duas semanas de noticiários, com seu saldo cotidiano de baixas e resultados pouco espetaculares, tornariam imediatamente impopular essa guerra".

Os ataques de somozistas
criam o clima para a intervenção



Ortega e Sergio Ramírez
são os favoritos na eleição nicaraguense

Ronald Reagan colocou o *show business* e as *public relations* no lugar que antes ocupavam as ciências jurídicas. Assim, não basta que os sandinistas desmontem os motivos reais ou imaginários da agressão. Têm que oferecer ao mundo uma imagem impecável. Ninguém invadirá o Brasil por não realizar eleições diretas para presidente, mas a Nicarágua tem que fazer, em um país que jamais soube o que era a democracia, eleições mais limpas do que as da Suíça. Foi em El Salvador que assassinaram o arcebispo em plena missa, mas é a Nicarágua que tem que pedir desculpas ao Vaticano por manter recluso em um convento um padre preso em flagrante quando recebia armas e explosivos dos contra-revolucionários. A África do Sul é felicitada por seus "progressos" ao deixar os indianos e mestiços votarem (não, obviamente, a maioria negra), mas é a Nicarágua que é pressionada para que aceite um candidato ao qual ninguém atribui mais de 10% dos votos. Em tempos de paz, os Estados Unidos proíbem que se divulguem informações sobre as atividades da CIA, mas é a Nicarágua que não pode, em plena guerra contra 10 mil invasores, censurar as informações militares.

Tudo isso, pelo pecado de mostrar que sem paradedão, com liberdade política e pluralismo econômico é possível juntar cristãos e marxistas, sob a bandeira do nacionalismo para fazer uma revolução do povo, pelo povo e para o povo, parafraseando um grande presidente republicano.

A NEGOCIAÇÃO DUARTE-FMLN: UMA MUDANÇA NO PANORAMA POLÍTICO-DIPLOMÁTICO

□ O início de negociações entre o presidente salvadorenho José Napoleón Duarte e as forças insurgentes da FMLN-FDR é uma pedra no caminho dos que querem a todo custo uma solução militar na América Central (que só seria possível com a intervenção direta de tropas norte-americanas).

No fechamento desta edição, ainda era muito cedo para determinar se se trata de uma proposta séria de Duarte, atendendo a suas promessas eleitorais de diálogo e às pressões da Comunidade Econômica Européia nesse sentido, ou de uma mera manobra propagandística. Em todo caso, só o fato de iniciar as negociações, em território salvadorenho e com mediação internacional do presidente colombiano, Belisario Betancur, muda o panorama político-diplomático.

Numa comparação simplista, a administração Reagan sempre procurou equiparar os revolucionários salvadorenhos aos *contras* nicaraguenses, justificando seu declarado fluxo de centenas de milhões de dólares a esses últimos, pelo suposto apoio de Manágua aos primeiros.

Já há vários anos, contudo, a França e o México reconheceram a FMLN-FDR como "parte envolvida" no conflito, no que foram seguidos pela maioria dos países do Terceiro Mundo e pela Internacional Socialista, que tem, entre seus vice-presidentes, o presidente da FDR, Guillermo Ungo.

Sem controle e sem poder

Se nos ativermos a uma história não tão antiga, o diálogo entre Duarte e os revolucionários poderia se assemelhar a um encontro entre velhos correligionários. De fato, foi com o apoio do MNR de Ungo e dos comunistas salvadorenhos (hoje integrados à FMLN) que Duarte ganhou as eleições presidenciais de 1972. Nessa oportunidade, uma fraude o impediu de assumir o poder, e, depois de levar uma surra, o dirigente democrata-cristão foi deportado para a Guatemala.

Em 1979, o PDC, os social-democratas de Ungo e os comunistas voltaram a unir-se em apoio à Junta de jovens oficiais que tirou a ultradireita militar do poder. Mas quando ficou claro que esse governo não tinha controle sobre o exér-

cito nem poder para iniciar a prometida reforma agrária, Duarte ficou só. Todas as restantes forças democráticas e grande parte dos militantes de seu próprio partido se aliaram às organizações político-militares que compõem a FMLN. Entre os dissidentes democrata-cristãos estava Rubén Zamora, outro dos porta-vozes da oposição na mesa de negociações.

Pouco antes de anunciar, perante a Assembléia Geral da ONU, sua intenção de diálogo, Duarte havia declarado que não controla o exército e que o centro de decisões militares está em Washington e não em San Salvador. Terá então poderes para negociar medidas que não sejam do agrado da administração Reagan ou da ultradireita local, encabeçada pelo major D'Aubuisson?

Da resposta a essa pergunta depende o futuro das conversações. Para os revolucionários, a proposta de depor armas em troca de uma anistia é inaceitável. Não há quem possa dar-lhes garantias de que, desarmados, poderão apresentar ao povo o seu programa de governo para que seja votado.

A experiência colombiana

O presidente colombiano Belisario Betancur poderá contribuir com sua própria experiência de negociador com grupos guerrilheiros. Carecendo de comando unificado e com muito menos peso político e poder de fogo do que os salvadorenhos da FMLN, os combatentes colombianos obtiveram amplas garantias para sua futura participação política, sem que lhes obrigassem a depor as armas, mas apenas a não usá-las.

A proposta negociadora dos revolucionários salvadorenhos é conhecida desde janeiro deste ano e passa pela formação de um Governo Provisório de Ampla Participação, no qual tomariam parte (ver cadernos do terceiro mundo nº 65/ Documento).

A convocação do presidente Duarte para negociar em território salvadorenho e com ambos os exércitos a uma distância prudente é um reconhecimento implícito da existência de um estado de beligerância. Paradoxalmente, ao admitir que existe guerra (e não "agressões subversivas organizadas do exterior"), dá-se um primeiro passo para a paz. E, a curto prazo, inviabiliza politicamente uma intervenção norte-americana direta na região, ao mesmo tempo que fortalece as posições negociadoras do Grupo de Contadora. Isso porque o principal argumento de Reagan para a invasão é "deter o fluxo de armas" para os rebeldes salvadorenhos. Agora, a questão pode ser resolvida pelos caminhos do diálogo.

América Latina

CHILE

“Só discutiremos com Pinochet a entrega do poder”

O primeiro secretário do Partido Radical e vice-presidente da Internacional Socialista, Anselmo Sule, apela à unidade da oposição e analisa os últimos acontecimentos no país

Roberto Bardini

Sule — de 50 anos, advogado e docente universitário, nascido em Santiago — era senador e presidente do Partido Radical no momento do golpe de estado de 11 de setembro de 1973. Nesse ano foi detido e mantido incomunicável durante 70 dias na Escola Militar. Posteriormente, foi enviado para a ilha Dawson e para vários campos de concentração. Em fevereiro de 1975, foi expulso do Chile com destino a Caracas e daí foi para o México, onde reside atualmente, exercendo também o cargo de vice-presidente da Copppal (Conferência Permanente de Par-

tidos Políticos da América Latina).

Em fevereiro deste ano, foi-lhe permitido regressar por oito dias a seu país, fato que causou grande comoção no Chile: Anselmo Sule é praticamente um dos poucos políticos chilenos que têm acesso a diferentes níveis e instâncias internacionais, e todas as suas ações no exterior são comentadas em sua pátria.

Precisamente em fevereiro deste ano, os presidentes reunidos em Caracas por ocasião da posse de Jaime Lusinchi assinaram dois documentos: em primeiro lugar, o respaldo às ges-

tões pacificadoras do Grupo de Contadora na América Central; em segundo lugar, uma carta dirigida ao general Augusto Pinochet destacando o direito de Anselmo Sule de viver no Chile.

cadernos do terceiro mundo dialogou com o dirigente do Partido Radical sobre os últimos acontecimentos ocorridos em sua pátria, a permanência de Pinochet no poder e o papel da administração de Ronald Reagan nesse país sul-americano.

Como o senhor interpreta os últimos acontecimentos relacionados com o crescente descontentamento popular e os atos de repressão que se seguiram?

— Creio que esses acontecimentos — que no Chile ocorrem todos os dias — vão delimitando os campos. Cada vez fica mais claro que as forças contrárias ao general Augusto Pinochet são amplamente majoritárias e que o regime se encontra em uma encruzilhada, na qual — mais a curto do que a longo prazo — não há outra saída senão acatar as exigências dos setores democráticos.

Nas últimas jornadas de protesto e nos diferentes atos de mobilização de massas, foi se conseguindo a unidade de ação das forças que lutam pelo restabelecimento democrático pleno.



Anselmo Sule: “as forças opositoras são amplamente majoritárias”

Frente a isso, o regime reagiu intensificando a repressão, o que aguça o conflito com as grandes maiorias que resistiram a ele desde o início, criando-lhe problemas com outros setores sociais.

Entre esses setores encontra-se a igreja? Qual é a posição de alguns grupos que apoiaram o golpe de estado de setembro de 1973 contra o presidente Salvador Allende?

— As dificuldades do ditador com a Igreja adquiriram outras dimensões. Quando alguns bispos decidiram não realizar o tradicional *Te Deum* de datas nacionais, o governo emitiu um comunicado oficial no qual assinou que “corresponde à autoridade política definir, em nome de toda a nação, a forma como expressará religiosamente sua ação de graças ao Todo Poderoso, de quem em definitivo recebe sua autoridade e perante quem é responsável”.

Esse parágrafo que citei é mais do que eloquente. Se a ditadura supõe que seu poder emana de Deus e que responde perante ele, é porque algo muito sério está se passando no exercício desse poder. E o que acontece é que continuam se abrindo brechas. Apesar de seus esforços para recuperar os setores que a apoiaram no início, estes se situam cada vez mais nitidamente na oposição.

Basta um exemplo: há algumas semanas, dois elementos que tiveram uma participação muito grande no golpe militar, emitiram declarações que confirmam o que digo. León Vilarín, dirigente dos caminhoneiros, disse que Pinochet liderava uma “revolução fraudada”. E embora nunca tenha sido uma revolução — salvo se o termo for usado se referindo a uma mudança para retroceder — suas palavras indicam uma tomada de posição. Da mesma maneira, Orlando Sáenz, que em 1973 presidia a Sociedade de Fomento Fabril,



“O ditador aumentou a repressão e ameaça com outro 11 de Setembro”

que reúne os industriais, declarou que Pinochet encabeça “o governo mais nefasto de nossa história”.

Tudo isso é indicativo do amplo espectro contrário à ditadura. Não é um conjunto homogêneo quanto a concepções políticas, porém o importante é a influência na ação dos partidos políticos, das organizações de trabalhadores, dos organismos sociais e de massas e da própria igreja, que participa da reivindicação pela democratização do país.

Apesar de tudo Pinochet insiste em manter-se no poder. Nas suas últimas declarações, ameaçou usar um pulso mais forte ainda. Qual é a margem que resta para essas ações?

— O ditador aumentou a repressão e ameaça com outro 11 de Setembro. Ainda que possa fazê-lo — porque ainda dispõe das armas —, os acontecimentos indicam que a força é cada vez menos eficaz. A estas alturas o regime não está em condições internas nem externas de levar adiante uma ação de guerra como a que realizou em 1973.

Mas e se ele decidisse acioná-la?

— Não faria mais do que acelerar a sua própria queda. Isso não quer dizer necessariamente que aconteça o término do regime, mas implicaria o começo da mudança. São eles que estão em um beco-sem-saída e a nós corresponde atuar de maneira que só possam sair da situação em que se encontram restabelecendo a democracia de forma autêntica e plena, sem restrições de nenhuma natureza.

Pinochet: um aliado confiável dos Estados Unidos

Por que Pinochet se mantém no poder?

— Eu diria que são três os elementos que convergem. O primeiro é que continua contando com o respaldo das forças armadas. O segundo, o apoio que ainda lhe dão o governo dos Estados Unidos e as empresas transnacionais. E o terceiro, que nos falta consolidar a unidade para agir contra a ditadura. Se as forças políticas democráticas conseguissem superar as diferenças e chegar a um acordo de ação comum, como o que se registra nas bases, nem as forças armadas, nem o governo dos Estados Unidos, nem as empresas transnacionais poderiam continuar sustentando Pinochet.

Então Pinochet, apesar das características de sua ditadura, continua sendo "viável" ou "funcional" para Washington?

— Com maior ou menor entusiasmo, todos os governos que se sucederam nos Estados Unidos desde que Richard Nixon endossou o golpe de setembro de 1973, apoiaram Pinochet. Isso não é de estranhar, porque de todos os ditadores que os norte-americanos ajudaram a chegar ao poder na década dos 70, é o que melhor serviu a seus interesses. A atual administração norte-americana avaliza o projeto político de Pinochet, que está contido em sua constituição, a primeira de linha fascista ditada no mundo desde o término da 2ª guerra mundial.

Contudo o governo de Ronald Reagan se manifesta partidário — ao menos nas suas declarações — de processos eleitorais como transição para a democracia. Os exemplos em alguns países centro-americanos — onde ocorreram eleições condicionadas ou fraudulentas — são eloquentes. Como se aplica esta posição no caso chileno?

— A ingerência norte-americana nos assuntos internos chilenos é aberta. No curso deste ano, várias delegações governamentais dos Estados Unidos visitaram o Chile e todos os seus componentes expressaram os mesmos pontos de vista: apóiam o fracassado modelo econômico de livre empresa e o programa político de Pinochet, a respeito do qual só sugeriram algumas modificações no calendário.

A administração Reagan é partidária da manutenção do atual regime — se possível com Pinochet à frente — mas quer antecipar algumas instâncias do simulacro de democracia que deve entrar em funcionamento em 1989. As declarações oficiais — inclusive as do Departamento de Estado norte-americano depois dos protestos de setembro últi-

mo — são nesse sentido.

Mas isso não significa que estejam pleiteando, para agora, a saída de Pinochet. Querem que se instale um Parlamento com uma oposição consentida e conveniente, com a idéia de que assim evitarão que a situação se radicalize. Em suma, desejam — e as gestões que o embaixador norte-americano realiza em Santiago têm esse propósito — que a oposição se integre no projeto de Pinochet. Nesse contexto é que devem ser interpretadas as razões que levaram o ministro do Interior, Onofre Jarpa, a dialogar com um setor opositorista.

Volto à minha pergunta anterior, então: é possível prever que Pinochet continuará sendo viável para a Casa Branca?

— Isso dependerá das circunstâncias. Na medida em que nós, as forças democráticas, deixemos o regime sem capacidade de manobra, o ditador — que não quer abandonar o poder de bom grado — deixará de ser funcional para seus defensores, porque estará colocando o país ante a iminência de uma explosão violenta.

O fracasso de um projeto autoritário

Qual é a situação dentro do exército? Fala-se insistentemente a respeito de supostas divergências...

— Até o momento — apesar de algumas divergências entre a junta militar e o próprio Pinochet — as forças armadas continuam sendo o principal suporte interno da ditadura. Penso, contudo, que a realidade já está lhes mostrando que não poderão continuar indefinidamente nessa posição.

É verdade que durante esse período os membros das forças armadas, especialmente os de graduação mais elevada, alcançaram privilégios de toda a ordem, tanto do ponto de vista econômico como social. Mas isso foi à

custa da miséria e da opressão de um povo que os enfrenta na rua desarmado. Se a isso acrescentarmos os negócios escusos em que estão envolvidos oficiais de mais alto nível — como o próprio Pinochet — é evidente que não estão em uma situação muito cômoda.

O senhor considera que alguns altos representantes das forças armadas, devido a desacordos menores com Pinochet, poderiam facilitar um caminho, outra opção, uma saída tipo Argentina ou Uruguai, que conduza ao restabelecimento gradual da democracia no Chile?

— As opções que os militares têm são muito claras. Podem continuar sendo o suporte da ditadura e recrudescer ainda mais a repressão, mas isso aguçarà o confronto que já existe. O outro caminho que têm é o de facilitar o restabelecimento da democracia e espero que resolvam percorrê-lo. Já uma vez menosprezaram a vocação democrática das grandes maiorias e agora estão vendo e vivendo o fracasso de seu projeto autoritário. Em algum momento, não muito distante, terão que compreender que eles também fazem parte do povo e que o povo tem direito de expressar-se soberanamente. Nem sequer o medo da vingança pelo que ocorreu durante esses anos poderia justificar uma atitude diferente. As democracias aplicam a Justiça, não a lei do Talião.

Fome e armamentos

Falemos agora um pouco da situação econômica...

— Bem, além das múltiplas mudanças de ministros da Fazenda e da Economia, a situação econômica é um desastre. Antes, com os *Chicago boys*, agora sem eles. A essência do modelo econômico não se modificou: só foram feitas algumas variações destinadas a recuperar para o regi-

me o apoio dos setores empresariais, o que tampouco se obteve, pelo menos na medida em que esperavam.

Pode dar algumas cifras ou dados concretos?

— O aparelho produtivo do país está destruído e 30% da população economicamente ativa estão desempregados. Há um milhão e meio de chefes de família sem emprego, o que significa que se ninguém mais tem trabalho nesse núcleo familiar, seis milhões — de uma população total de dez milhões de habitantes — careceriam de rendas. Alguns deles trabalham no Programa de Emprego Mínimo, criado para disfarçar o desemprego, mas isso não implica que recebam um salário que lhes permita subsistir, porque aí se paga o equivalente a uns 30 dólares mensais.

A isso deve-se acrescentar, no caso dos que têm trabalho, a enorme perda do poder aquisitivo. Entre junho de 1981 e junho de 1984, os salários dos empregados de empresas médias e grandes diminuiu em 22%, o que, somado à perda de poder aquisitivo registrada desde o golpe militar, indica que perderam dois anos completos de salário. Se já é grave a situação desses setores de classe média, entre os operários e camponeses é pior. Informações recentes assinalam que nos subúrbios de Santiago as pessoas comem só uma vez por dia.

Os índices de nutrição se deterioraram de forma dramática nos últimos dez anos. O consumo de calorias se reduziu em 20% e o de proteínas em 29%. O déficit alimentar afeta 60% da população e uma quinta parte dos chilenos vive em extrema pobreza. A esse respeito quero lembrar que durante o governo do presidente Salvador Allende o desemprego se reduziu a 3,5%, o que, de acordo com os indicadores econômicos internacio-

nais, implicava que se havia erradicado a extrema pobreza.

O problema da dívida externa

Em que situação se encontra o Chile a respeito da sua dívida externa?

— A dívida externa — que em 1973 era da ordem dos quatro bilhões e 500 milhões de dólares — se elevou a 20 bilhões. E se Pinochet chegasse, como pretende, até 1989, se elevaria a 35 bilhões de dólares. Aqui é preciso especificar que em relação ao total de habitantes, a do Chile é uma das dívidas externas mais altas do mundo.

trário, os bancos perderam 150 milhões de dólares nos primeiros cinco meses do ano. As reservas do Banco Central diminuirão pelo menos em 225 milhões de dólares este ano, segundo admitiu o próprio ministro da Fazenda. De acordo com este mesmo funcionário, todo o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) que se poderia registrar daqui a 1989 só dará para pagar os juros da dívida externa.

A dependência alimentar, que era de 17% em 1973, havia aumentado para 35% em 1983. Isso é uma consequência do modelo de livre empresa e da desati-



A queda dos preços do cobre agravou a crise financeira do Chile

Em meio a esse desastre, o atual ministro da Fazenda anunciou que, nos próximos cinco anos, os trabalhadores receberão ajustes salariais menores do que a inflação para “propiciar o desenvolvimento dos agentes econômicos do país”. Difícil saber a que se refere, porque a economia não registra nenhum tipo de desenvolvimento e ele já tem vários meses de gestão. Pelo con-

vação da reforma agrária. Dos dez milhões de hectares expropriados até o governo do presidente Allende, mais de 70% foram devolvidos a seus antigos proprietários, o que aumentou o desemprego no campo. O único setor que se desenvolveu sob a ditadura foi a indústria de armamentos, como as bombas de fragmentação vendidas aos regimes militares centro-americanos.

terceiro mundo - 35

Como se pode notar, em matéria econômica, será preciso partir de zero quando for restabelecida a democracia.

A unidade, objetivo número um

Que nível de acordos e alianças as forças oposicionistas alcançaram? Existe uma estratégia política de ação comum?

— Na grande mobilização de massas — que constitui o método de luta que o povo elegeu contra a ditadura — observa-se uma situação a meu ver lamentável, porque retarda a queda do regime. Refiro-me à falta de um acordo formal entre as forças políticas, que neste momento se encontram divididas em dois blocos: a Aliança Democrática — que inclui o meu partido, o Radical, e a Democracia Cristã, o Bloco Socialista e a Direita Republicana — e o Movimento Democrático Popular, no qual confluem o Partido Socialista, o Comunista e o Movimento de Esquerda Revolucionária. Há, além disso, partidos da direita tradicional que se declararam a favor do estabelecimento de um sistema democrático, mas que não definiram com precisão se querem o restabelecimento de uma democracia plena ou se se contentam com algumas concessões parciais do regime. Por isso, só considero em minha análise os dois agrupamentos que se pronunciaram claramente pelo fim da ditadura.

Se há coincidência nesses pronunciamentos, por que existem dois agrupamentos?

— Com essa divisão não se está interpretando o sentimento majoritário do povo que se mobiliza, como vimos, sem fazer exclusões nem distinções. Desde que fui expulso do Chile em 1975, sustentei sempre que é imprescindível a unidade de todas as forças democráticas, exatamente para recuperar a democracia.

É muito difícil o processo de unidade entre estas correntes oposicionistas? Esse fato não enfraquece a luta?

— Eu disse, também, que se trata da unidade na diversidade, já que somos partidos com diferenças ideológicas. Isso que dizer que nenhum perde seus perfis e sua identidade, mas que devemos chegar a um entendimento — pelo menos de ação — para devolver ao povo sua soberania.

Essas idéias, expostas em numerosas intervenções minhas em diferentes foros políticos, estão contidas também no *Apelo à Comunidade Nacional* que formulei em nome de meu partido em dezembro de 1982, colocando a necessidade de se chegar a um consenso.

A lógica indica que o que temos de conseguir é um acordo metodológico e de ação para lutar todos juntos contra Pinochet. E este acordo deve ser sobre bases concretas e práticas, porque do contrário vamos nos enredar em discussões sem fim que vão nos dividir e subdividir para satisfação e proveito de Pinochet.

Para esse acordo devem concorrer todos os democratas. Não se deve excluir ninguém nem condenar *a priori* nenhuma atitude. Não participarão os inimigos da democracia e os que se auto-excluem, mas não podemos destruir-nos, a nós próprios, desqualificando — às vezes por motivos de natureza mesquinha — forças que neste momento se somam a favor do restabelecimento democrático.

Por motivos que seriam válidos em outras circunstâncias, vários partidos da esquerda chilena se dividiram, o que contribuiu para a dissolução da Unidade Popular e nos impediu de exercer o papel que, como conjunto, deveríamos estar desempenhando na atual conjuntura. Infelizmente, as mesmas causas que determinaram essas divisões estão interferindo na unidade de ação

daqueles que aspiram derrubar a ditadura.

Nisso também é preciso sermos claros. Há setores, como alguns agrupamentos de direita e de centro-direita, que se conformariam com um simulacro de democracia, na qual lhes seja permitido fazer uma oposição apenas formal e não real ao regime de Pinochet. Nós não queremos ser a oposição de Pinochet. Nós queremos o fim da ditadura para que impere no Chile um sistema autenticamente democrático e nisso somos e seremos intransigentes. O único ponto que se poderia discutir com o regime é a entrega do poder.

Nas últimas semanas se falou de um pacto nacional ou constitucional. Representantes do regime, inclusive Pinochet, disseram que estão a favor de uma saída democrática. O que é que isso implica?

— Isso não faz mais do que confirmar a urgência de se chegar a um acordo. É óbvio que nosso conceito de democracia não é o mesmo da ditadura. Por isso, o acordo deve ser concreto e exato.

Se nos sentarmos para discutir um pacto nacional ou pacto constitucional, no qual se estabeleça como vai ser governado o país nos quatro ou cinco anos seguintes à queda da ditadura, corremos alguns riscos. O primeiro é de que nos mergulhemos em uma discussão sem fim, porque somos forças ideologicamente distintas, em um quadro que abrange desde a direita até a esquerda, passando por diversos matizes centristas.

O segundo risco é, a meu ver, mais grave ainda. Estaríamos elaborando um acordo na superestrutura política, num momento em que o povo não está em condições de opinar livremente acerca dele. Consequentemente, estaríamos lhe impondo um caminho, não estaríamos reconhecendo o seu direito de escolher en-

tre as alternativas que se apresentem. Isso não é democrático.

O que todos temos de nos comprometer é a atuar com ética e com responsabilidade política, assim como com um profundo sentido nacional que evite ingerências estrangeiras e torne impossível a repetição dos erros do passado.

Os três pilares do socialismo democrático

Qual é a alternativa que o Partido Radical propõe?

— Nós postulamos o socialismo democrático. Isto é, uma democracia integral que se expressa no político, econômico e social, assim como no internacional. Para nós, democracia e socialismo são sinônimos. Se usamos os dois termos juntos não é por redundância, mas porque queremos ressaltar esse fato diante da ação desvirtuadora daqueles que têm a pretensão de dizer que se trata de conceitos antagônicos.

Esta democracia integral a que aspiramos é participativa, garante o livre exercício dos direitos humanos e torna possível o princípio de governo das maiorias e o respeito pelas minorias. Ela se diferencia fundamentalmente da democracia liberal que, em definitivo, levou à liquidação da democracia porque é um sistema formal que limita a manifestação da soberania popular.

Por isso deve-se alcançar também a democracia econômica; a sociedade deve garantir a igualdade de oportunidades e um nível de vida digno a todos os seus componentes: moradia adequada, alimentação, saúde, vestimenta, educação, segurança social e recreação. A sociedade tem a obrigação de assegurar a seus membros o direito ao trabalho e o produto desse trabalho deve destinar-se a satisfazer às necessidades de cada um e à acumulação social, não individual.



Allende e a democracia continuam lembrados em todo o Chile

Nós desejamos erradicar o sistema capitalista, e substituí-lo pelo socialismo. Esta distribuição diferente do produto do trabalho impede a exploração do homem pelo homem e requer, para ser levada à prática, um planejamento com critérios de interesse geral, ou seja, que o interesse público prevaleça sobre o privado.

Nós acreditamos que a propriedade privada deve existir, mas que nem ela nem o setor estatal devem gerar uma acumulação excessiva ou exploração. Em consequência, no socialismo democrático devem existir diferentes formas de propriedade: privada, pública, cooperativa, autogestionada ou mista. E reivindicamos o papel decisivo do Estado no desenvolvimento econômico-social.

O terceiro aspecto é o da democracia social, que se consegue através da realização plena do ser humano, do seu desenvolvimento espiritual e do estímulo à sua capacidade criativa num meio sem opressões nem angústias.

Esses são os três pilares que, no âmbito nacional, dão forma e conteúdo ao nosso socialismo democrático.

Também acreditamos na democracia internacional, que se baseia na relação igualitária e respeitosa entre as nações. Para que essa relação exista devem ter plena vigência o direito à autodeterminação dos povos e o princípio da não-intervenção. Isso torna necessário erradicar as formas capitalistas e imperialistas de relação, porque estas transferem para o plano mundial as mesmas injustiças e desigualdades que combatemos dentro dos nossos países. Por isso, sustentamos que a interdependência deve ter um sentido positivo, não pode ser usada para que um país desenvolvido domine ou explore outro que está em condições inferiores.

Por isso, reivindicamos uma nova ordem em todos os planos das relações internacionais — o político, econômico e social — porque só democratizando essas relações haverá desenvolvimento e paz. E refutamos o esquema bipolar da confrontação Leste-Oeste, porque atenta contra o direito de nossos países de levar à prática os projetos nacionais que representam as legítimas aspirações de nossos povos. Essa é a alternativa que o Partido Radical chileno postula. ●

As repercussões da destituição do general Huamán

As forças políticas defendem o general que encarou a luta contra o "Sendero Luminoso" como uma questão também social e política e não meramente militar

A destituição do chefe da área de emergência do departamento peruano de Ayacucho, general Adrián Huamán Centeno, por ter responsabilizado o governo constitucional liderado pelo presidente Belaúnde Terry pelo fracasso na luta contra os rebeldes do "Sendero Luminoso" provocou agitação nos meios políticos de Lima. Os líderes parlamentares dos partidos de oposição deploraram a destituição de Huamán e um deles declarou que

"sua substituição reforçará a linha de repressão indiscriminada e de eliminação completa dos direitos humanos na área de emergência".

O general Huamán foi destituído depois de uma reunião do presidente Fernando Belaúnde Terry com os comandantes gerais do exército, marinha e aviação.

A área de emergência é uma região que inclui províncias de quatro departamentos da serra

centro-sul, onde, desde março de 1982, as guerrilhas maoístas do "Sendero Luminoso" estão em combate com forças da polícia, exército e infantaria da marinha. O chefe militar destituído concedeu em finais de agosto uma entrevista coletiva em Ayacucho, na qual suas declarações mantiveram a mesma linha que seguiu desde que lhe foi atribuído, a 1º de janeiro deste ano, o comando político-militar da área de emergência: "a luta contra-insurgente não pode ser apenas militar, mas também política e social", afirmou.

Mas, nessa oportunidade, o general Huamán responsabilizou a burocracia do governo constitucional pelo fracasso da luta contra-insurgente. "Não se trata de matar gente... Porque se fosse somente um assunto militar seria preciso exterminar a população. Posso destruir a cidade de Ayacucho em meia hora... Mas essa não é a solução", disse o general, acrescentando: "A luta contra as guerrilhas maoístas não poderá ser ganha se não se contar com o respaldo ativo da população rural". E afirmou depois: "O governo atual, como os anteriores, não dá nada aos camponeses indígenas".

"Eles são a doença"

Além de criticar o emprego do dinheiro em obras públicas urbanas, mantendo os camponeses indígenas em sua secular situação de marginalização e miséria, o general Huamán desqualificou virtualmente as possibilidades do atual governo de remediar os problemas agrários peruanos. "O que podemos fazer, se estamos com as mesmas pessoas que permitiram a subversão? Acaso acreditamos que vão curar, se são eles a doença?", declarou o general Huamán, em um dos parágrafos que, aparentemente, provocaram a irritação do presidente Belaúnde. Como se deve lembrar, Belaúnde Terry



"A insurreição é uma corrente cujo primeiro elo é a injustiça social, que mantém os camponeses indígenas na miséria"

foi derrubado em 1968 pelo general Velasco Alvarado, justamente por sua gestão entreguista e sua falta de interesse no desenvolvimento das zonas andinas. Tendo voltado ao poder em 1981, também neste novo mandato ele nada propõe para essas zonas marginalizadas.

O senador Rolando Brena, da Esquerda Unida (IU), declarou: "Em lugar de substituir o general Huamán, o que o governo devia fazer é tomar consciência de que três anos usando o método puramente repressivo não deu nenhum resultado positivo".

O deputado do Partido Apris-

ta (partido que aparece em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais) Javier Valle Riestra opinou: "A saída do general Huamán indica que o governo não vai mudar sua política e que vamos continuar vendo execuções extrajudiciais, cadáveres e a mesma arrogante afirmação de que o exército resolverá o problema".

"A verdade não desestabiliza a democracia"

Por seu lado, o prefeito de Lima, Alfonso Barrantes Lingán, presidente da Esquerda Unida, declarou: "A verdade não deses-

tabiliza a democracia, somente a mentira pode desestabilizá-la... Estou de acordo com o que disse o general Huamán".

Luis Morales, correspondente em Ayacucho do matutino *El Diario de Marka*, disse em um de seus artigos que Huamán tentou inutilmente evitar os exageros repressivos. "Assegura-se — escreve Morales — que o general Huamán havia sido privado ultimamente do controle da infantaria da marinha e da polícia em Ayacucho, precisamente os corpos anti-subversivos que seriam os autores dos últimos acontecimentos que emocionaram o Peru e o mun-

SURGE UM NOVO GRUPO GUERRILHEIRO

Um novo grupo insurgente, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) apareceu publicamente no Peru assumindo a responsabilidade de um ataque armado contra um quartel de polícia a 9 de setembro passado. Em um comunicado de imprensa, o grupo desmentiu que a polícia tivesse capturado alguns dos militantes que participaram da ação bélica.

O símbolo do novo grupo guerrilheiro é o rosto de Tupac Amaru, — um índio que lutou contra a dominação colonial espanhola no século 18 — entre uma metralhadora e um garrote inca de combate.

Junto com o manifesto, distribuído por correio aos jornais, emissoras de rádio e agências noticiosas, está incluída uma nota informativa intitulada "Inventário de ações", na qual o MRTA assume várias operações que eram atribuídas à organização maoísta "Sendero Luminoso", que iniciou a luta armada em março de 1982.

Em seu "Inventário de ações", o MRTA informa que seu primeiro ataque ocorreu a 6 de novembro do ano passado com a colocação de artefatos explosivos em uma residência ocupada por membros da infantaria da marinha norte-americana, "para castigá-los e denunciar sua presença no Peru".

Ao que tudo indica, nesse domingo (9 de setembro passado), o MRTA decidiu vir oficialmente à tona e, além do ataque contra o quartel policial de Villa Maria del Triunfo, grupos de militan-

tes colocaram bandeiras em diversos locais do centro da cidade (uma delas na sede de um pequeno partido político, cujo balcão dá para a praça central de San Martín) e distribuiu pelo correio seus manifestos.

No extenso documento, é possível estabelecer, de imediato, várias diferenças substanciais com relação ao "Sendero Luminoso". Em primeiro lugar se percebe no MRTA uma intensa preocupação propagandística. Ao contrário, o "Sendero Luminoso" parece ignorar a opinião dos setores políticos e não assume operações nem desmente as versões da polícia quando esta lhe atribui crimes em massa. Não o fez nem mesmo quando o ministro do Interior lhe atribuiu a morte de 47 camponeses em uma festa de casamento em Soccos, departamento de Ayacucho. Posteriormente, se descobriu que a matança fora efetuada por um destacamento de policiais bêbados, os quais agora estão sendo processados.

Outra diferença é de caráter doutrinário: no manifesto do MRTA, não se encontra nenhuma alusão a uma provável base marxista e se refere a heróis nacionais como paradigmas de sua ação, enquanto que o "Sendero Luminoso" se declara maoísta e sustenta que o seu líder, Abimael Guzmán, é a "quarta espada" depois de Karl Marx, Lênin e Mao Zedong.

Além disso, apesar de sua profusão de símbolos indígenas, o MRTA parece ter vocação urbana e composição unicamente estudantil, enquanto que o "Sendero" recruta seus militantes entre as empobrecidas comunidades indígenas do campo, para as quais não coloca reivindicações classistas mas sim a construção de uma nova sociedade, supostamente baseada nos moldes do sistema incaico.

do". O jornalista se refere ao desaparecimento do seu confrade Jaime Ayala Sulca, a matança de seis fiéis de uma igreja protestante (retirados de um templo) e o descobrimento de um cemitério clandestino, onde foram encontrados 49 cadáveres nus e com sinais de tortura.

Os comandos militares peruanos guardaram reserva sobre os acontecimentos. O único a comentar a crise foi o general Mercado Jarrín, um dos poucos altos oficiais do passado governo revolucionário do general Velasco Alvarado (1968-1975) que mantém atividade política através de sua atuação no Instituto de Estudos Geopolíticos e Estratégicos, criado por sua iniciativa. (Ver cadernos do terceiro mundo nº 64)

Injustiça social

Mercado Jarrín declarou que a violência guerrilheira que con-

vulsiona a Serra Central, onde vivem os setores sociais mais pobres do Peru, é "parte de uma corrente, cujo primeiro elo é a injustiça social". "O segundo elo vem a ser o que está sucedendo com o 'Sendero Luminoso'. E o terceiro, a intervenção obrigada das forças policiais e militares para acabar com esse estado de coisas". O ex-primeiro-ministro acrescentou que "a grande reflexão é, então, uma só: é preciso terminar com esse primeiro elo, a injustiça social. Isso é o que quis dizer o general Huamán".

Em declarações à imprensa, Mercado Jarrín propôs um plano de ação militar para liquidar com a insurreição guerrilheira. A iniciativa inclui a criação de seções especiais da força armada que atuariam como administradoras do desenvolvimento social e econômico das zonas atingidas pela atuação da guerrilha. Também prognosticou a evacuação das pequenas aldeias e comunidades in-

dígenas isoladas e a concentração de seus habitantes em zonas que possam ser protegidas pelas forças armadas. Mercado propôs ainda substituir a tropa dos corpos militares originária das zonas da costa, que não se identificam com os camponeses indígenas, por companhias com pessoal da própria região em conflito.

Finalmente, reivindicou recursos financeiros suficientes para as forças armadas, que lhes permitam levar adiante um plano de desenvolvimento social e econômico.

Por outro lado, o militar reformado, que foi chanceler do Peru entre 1968 e 1970 e também primeiro-ministro, condenou as condições econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e sua política de reajustes no endividamento externo. "A política do FMI é perniciosa, cria uma situação perigosa e grande inquietação social", concluiu. (Abraham Lama) ●



As pressões norte-americanas sobre Monge

As recentes mudanças na política interna são apenas algumas das consequências da ação da administração Reagan sobre um país chave para a sua estratégia regional

Julián Santos

Com a aproximação das eleições na Nicarágua, as pressões por parte do governo dos Estados Unidos sobre o presidente Alberto Monge se intensificaram. A Costa Rica é um país chave na estratégia norte-americana de isolar o governo sandinista e obrigá-lo a negociar com os seus adversários.

A administração norte-americana, através do seu embaixador em San José (a capital costarriquenha), Curtin Winsor, buscou a aliança do setor privado nacional, ao mesmo tempo em que se valia de instituições financeiras, tais como o FMI e a AID, como instrumentos de pressão.

Nesse contexto, deu-se a renúncia do gabinete, a 11 de agosto passado. Fortemente pressionado pelos empresários e pela embaixada dos Estados Unidos, o presidente Monge substituiu quatro ministros: Fernando Berrocal e Manuel Carballo, respectivamente, ministro e vice-ministro da Presidência; Edmundo Angel Solano, ministro da Segurança Pública; e Francisco Morales, da Agricultura.

A campanha pela destituição dos ministros — principalmente contra Berrocal e Solano — foi

aberta, tanto por parte da classe empresarial quanto pela administração norte-americana.

O próprio Curtin Winsor declarou que a ajuda à Costa Rica, principalmente em questões de segurança, seria suspensa se os ministros citados fossem mantidos em seus cargos.

A oposição desses membros do gabinete a qualquer confronto com a Nicarágua e a sua defesa intransigente da neutralidade da Costa Rica desagradavam o

governo norte-americano. Pouco antes de ser substituído no cargo, o ex-ministro da Segurança, Angel Solano, tinha desbaratado toda uma rede de comunicações montada por Edén Pastora, quando este era dirigente da Aliança Revolucionária Democrática (Arde) e impediu que diversos grupos da Frente Democrática Nicaraguense (FDN) realizassem treinamento militar no norte do país, área de fronteira com a Nicarágua. Por essa época, o ministro também denunciou que a região estava sendo utilizada como rota do tráfico de armas, "com destino desconhecido".

E ainda mais: contrariando os setores empresariais e a ala mais reacionária do Partido Libertação Nacional (PLN), governista, o ministro da Segurança se recusava a conceder espaço político aos contra-revolucionários nicaraguenses por considerar a sua atuação na Costa Rica como de natureza eminentemente militar.

Greves e inquietação social

As pressões sobre Monge para substituir os ministros não se destinavam, porém, apenas a forçar a mudança nas relações com o regime sandinista.



Cresce o descontentamento popular com as novas medidas do governo



A direita exige o apoio de Monge aos "contras" da Nicarágua

Em matéria de política interna, o setor privado não via com bons olhos a defesa por parte de Edmundo Solano, Fernando Berrocal e Manuel Carballo do programa social do governo. Por outro lado, em tom cada vez mais forte, vinham exigindo que o governo tomasse "atitudes mais enérgicas" e agisse com "mão dura" diante dos conflitos sociais que ocorrem no país.

De fato, o quadro de crise econômica¹ tem originado inúmeras manifestações de descontentamento popular. Por quase dois meses (julho e agosto), 2.800 trabalhadores paralisaram as plantações de banana de uma subsidiária da transnacional *United Brands*, localizadas no sul do país. A greve deixou um saldo de dois trabalhadores mortos e terminou sem que a reivindicação básica por melhores salários tivesse sido atendida. Os professores também entraram em greve, durante 15 dias, no mês de julho. Apesar do compromisso oficial de não mover ações judiciais contra os grevistas, mais de 90 estão respondendo a processo.

Em meio a isso, o governo costarrriquenho se vê às voltas com o aumento do número de invasões de terra, fenômeno cada

¹A dívida externa da Costa Rica chega a quatro bilhões de dólares, uma das mais altas do mundo, em relação à sua pequena população.

vez mais frequente num país onde 7,3% dos proprietários concentram em suas mãos 67% da terra.

O ultimato

A 18 de julho passado, representantes do setor privado deram um ultimato ao presidente Monge. Segundo foi publicado na imprensa, os empresários fizeram uma série de exigências ao chefe de estado: pediram investigações sobre os funcionários públicos "que tiveram vinculação com as agressões sandinistas e com o plano de desestabilização" e sua demissão, "mesmo quando só haja suspeita"; defenderam a não-negociação com os sindicatos em greve por motivos trabalhistas, enquanto estes mantivessem a paralisação; exigiram sanções aos que promovem greves ilegais e aos dirigentes ou funcionários públicos que "promovam invasões de terras".

Os empresários pediram também que se negue ao Conselho de Segurança ou Conselho de Governo a prerrogativa de decidir se concede "o que se tem chamado de espaço político". Eles entendem que "existe legislação clara e terminante, apoiada por uma longa tradição, que garante a liberdade de expressão e de asilo político".

Do ponto de vista militar, segundo eles, deve-se aceitar a as-

sistência de países amigos em aspectos de segurança, numa alusão às ofertas do general norte-americano Paul Gorman e do embaixador Curtin Winsor. Em termos financeiros, defenderam que o Banco Central deve atuar com critério eminentemente técnico e não ter influência política, numa referência implícita às resistências do governo em aceitar as diretrizes do FMI e da AID. Reivindicaram ainda o estabelecimento de um sistema bancário misto e o arquivamento de projetos tendentes a nacionalizar o comércio externo e que atentem contra o que eles definem como a "livre iniciativa".

O ultimato surtiu efeito. Menos de um mês depois, em lugar de Angel Solano, foi nomeado Benjamin Pizza para o Ministério da Segurança. Pizza é tido como estreitamente vinculado ao empresariado conservador e acusado frequentemente de ultradireitista. Para a presidência do Banco Central, em substituição a Marcos López, foi designado o economista Eduardo Lizaro, seguidor da escola neoliberal.

Graças às modificações no primeiro escalão do governo, o presidente Monge conseguiu que, no início de setembro, a AID liberasse para a Costa Rica um crédito no valor de 23 milhões de dólares e que o Banco Mundial aprovasse um crédito de 300 milhões de dólares para financiar projetos de desenvolvimento.

Temporariamente, Luis Alberto Monge conseguiu também frear os ímpetos golpistas dos setores mais conservadores do seu partido e do empresariado nacional. Nada garante, contudo, que a estabilidade desejada por Monge seja atingida a médio prazo. O custo político e social da receita fundo-monetarista tem sido historicamente muito alto. A exemplo de outros países, a outrora tranquila e pacata Costa Rica poderá ser sacudida por graves conflitos trabalhistas e sociais nos próximos meses. ●

África

ÁFRICA AUSTRAL

Como ajudar a paz

As relações de Portugal com Angola, os reais objetivos do MPLA e da Frelimo e a situação na Namíbia analisados na recente reunião da Internacional Socialista

Neiva Moreira

Lisboa converteu-se num centro de atividades contra a revolução angolana. Numa capital onde se concentram remanescentes do regime deposto pela Revolução de Abril, colonialistas que ainda não absorveram a derrota na África e centenas de milhares de repatriados, o que menos falta é ambiente para a ação contra-revolucionária. Mas, quando se acrescenta a esses fatores, a equivocada posição de políticos de raízes progressistas, então se pode avaliar a importância do lobby antiangolano montado em Portugal.

Esses fatos estão se refletindo de maneira negativa nas relações entre Angola e a ex-metrópole e não há sinais à vista de que essa situação melhore. Em Luanda, onde estive há pouco, ouvi muitas pessoas sobre esse problema, inclusive numerosos portugueses, dos milhares que ali estão dando a sua leal cooperação ao governo. Todos manifestavam suas apreensões quanto ao desenvolvimento dessas relações.

O fato de que o presidente José Eduardo dos Santos não tenha ido a Lisboa, na sua visita à Europa, ficando do outro lado da fronteira (a viagem incluiu uma visita oficial à Espanha), teve uma repercussão ampla na opinião pública angolana, aqui incluídos os portugueses que trabalham em Angola. Dados os laços de entendimento entre os dois países, só mesmo razões de



O presidente Dos Santos e o primeiro-ministro espanhol Felipe González, durante uma conferência de imprensa, em Madri

Estado muito poderosas poderiam ter determinado a atitude do presidente Dos Santos.

Portugueses em Luanda com quem falei consideram que a correta posição do presidente do seu país, Ramalho Eanes, no problema, enviando a Madri, para uma missão informativa o coronel Melo Antunes, mostrou aos angolanos que a tolerância e o apoio que a Unita recebe em Lisboa encontram resistência mesmo a nível do Poder. E esse é um dado significativo em favor de uma perspectiva futura de bom entendimento entre os dois governos.

No Rio de Janeiro, durante a reunião da Internacional Socialista, o primeiro-ministro portu-

guês Mário Soares foi evasivo quando o jornalista Carlos Pinto Santos, da equipe de **cadernos do terceiro mundo**, lhe fez uma pergunta abordando esse assunto. O chefe do governo português disse que as relações entre os dois países nunca foram melhores, invocando em favor de sua tese os resultados do intercâmbio comercial no último ano.

Quando o nosso colega tentou voltar à carga pedindo maiores precisões sobre os desentendimentos com Luanda e a viagem do presidente José Eduardo dos Santos, Soares ladeou o tema, com uma habilidade de diálogo que os jornalistas nele reconhecem.

Sobre a ação da Unita em Lis-

boa, limitou-se a esta explicação: "Se é certo que tem havido críticas de dirigentes angolanos acerca de declarações feitas na nossa imprensa por elementos da oposição angolana, eles têm que compreender que nossa imprensa é livre, nosso sistema é pluralista, de liberdade total".

Aparentemente, o fato é assim. Mas só aparentemente. A ação dos grupos contra-revolucionários angolanos em Lisboa é bem mais ampla do que expedir comunicados ou dar entrevistas a órgãos de imprensa sabidamente direitistas e anti-MPLA. Esse grupo tem ali, segundo dados que o próprio governo português não desconhece, uma implantação sólida que atua não apenas na informação e nas articulações políticas como na preparação de ações armadas em Angola.

Imagine-se se a União Corsa montasse na Baixa ou no Estoril um aparelho dessa natureza, como agiria o governo português? E, pelo menos que se saiba, os corsos fazem sua guerra ao governo da França por conta própria, reivindicando um estatuto nacional ao qual se consideram com direitos históricos. Não são

instrumentos de um governo estrangeiro como é o caso da Unita em relação à África do Sul.

O sr. Jonas Savimbi, líder da Unita, faz questão de ressaltar a comodidade com que atua em Portugal. Recentemente, ele deu uma entrevista ao jornal "Expresso" de Lisboa em que declara peremptoriamente: "Mário Soares nos entende melhor. Preferimos passar as nossas mensagens ao Partido Socialista Português porque achamos que são mais sérios: afirmam que não podem fazer nada pela Unita, mas não nos desencorajam".

Nada disso se parece com o simples uso da liberdade de imprensa embora também nesse caso, tratando-se de estrangeiros, as limitações sejam conhecidas. Como asilado, assinei termos de compromisso em vários países de não me intrometer na política interna nem fazer declarações que comprometessem as relações do país com outros com os quais o anfitrião mantinha relações.

Muitos dirigentes portugueses de hoje foram os asilados de ontem e conhecem essa regra, tanto mais estrita quando se trata de grupos armados. A explicação

não foi, assim, a que se esperava nem deve ter contribuído para melhorar as relações com Angola.

Um erro de avaliação

Ocorre que, não apenas em Lisboa, mas em Paris e Londres e, sobretudo Washington, está sendo feita uma avaliação equivocada ou parcial sobre a situação na África Austral. E é essa avaliação que orienta os novos rumos da diplomacia ocidental nessa região conflitiva.

Primeiro, insinua-se que há uma mudança importante na atitude do governo de Pretória, o que não é verdade. Pressionado pela crise interna, que resulta em grande parte da guerra com os seus vizinhos e das dificuldades de intercâmbio econômico com a maioria dos países do Terceiro Mundo, o sr. Pieter Botha, primeiro-ministro sul-africano, aparentou flexibilizar a ação do seu governo e andou pela Europa prometendo uma espécie de abertura política.

Na prática, o que houve foi uma mudança de tática. Em vez de fazer a guerra com o próprio exército sul-africano — como ocorria em Angola e, em certa medida, em Moçambique —, passou a atuar por intermédio de fantoches, como a Unita e a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana).

Em Angola, as agressões na fronteira se reduziram ou cessaram em algumas áreas mas os compromissos de evacuação total das áreas ocupadas não foram cumpridos (ver Quadro).

O que o general Magnus Malan, comandante do exército de Pretória, fez foi apertar o botão da infiltração. Lançou dezenas de grupos armados sobre Angola, com pessoal treinado, armado e transportado pelos sul-africanos. Para a diplomacia européia, a África do Sul aparentava estar cumprindo as promessas de paz pois se retirava de parte das áreas

DIP/MPLA



Cratera de obus (Cahama): sequelas dos atentados da Unita

ocupadas — as quais, diga-se de passagem, deixava totalmente devastadas — mas, na prática, fazia a guerra por outros meios.

A esperança de Botha era criar o caos interno e abrir espaços no interior do país. Ele estava seguro de que, tendo Angola convertido suas forças populares em um poderoso exército convencional, não teria como conter a ação guerrilheira. Pieter Botha equivocou-se. No momento atual, há operações militares em várias partes de Angola, mas são, em geral ações armadas isoladas contra objetivos econômicos (pontes, plantações, edifícios públicos etc.), ou atentados contra pessoas (sequestros de cooperantes, assassinatos, bombas em locais públicos como cinemas etc.). “Podem ainda ocorrer alguns atos espetaculares, como esse da sabotagem a barcos no porto de Luanda, mas há um fato incontestável, que o inimigo não desconhece: nossas forças armadas reestruturadas e reequipadas para esse tipo de guerra, já quebraram a espinha dorsal de sua estrutura militar”, nos disse um comandante em Luanda. Antes da batalha de Cahama, a Unita atuava até ao nível de batalhões, mas, agora, o faz com grupos pequenos, disseminados na selva, em regiões de população escassa e de difícil acesso.

Durante muito tempo, os sul-africanos se eximiam de qualquer responsabilidade nessas ações e seus amigos nos Estados Unidos e na Europa se referiam às mesmas como atos de dissidentes ou de “movimentos nacionalistas” inconformados com o caráter socialista do governo do MPLA. Na recente festa nacional em Pretória, Jonas Savimbi foi tirado da gaveta e, pela primeira vez, apareceu em público ao lado de Botha.

Eles consideram que essa “imprudência” de nenhum modo contribuiu para a credibilidade dos propósitos de paz de Pretória. Está claro que se o governo



Destruições da Renamo, em Moçambique: a mesma matriz da Unita

de Botha desejasse a paz não estaria despejando grupos armados, inclusive de helicópteros, para atos de sabotagem no interior de Angola. Em torno de uma ponte em uma província mediterrânea, poupada graças à intervenção do exército nacional, foram encontradas quatro toneladas de explosivos que jamais poderiam ter sido levados àquele lugar em burros ou nas costas de soldados. A operação antibarco na baía de Luanda foi feita por mergulhadores altamente treinados. Nos meios diplomáticos em Angola, era frequente ouvirem-se referências ao envolvimento da CIA ou dos serviços secretos sul-africanos nessa ação.

A busca da paz

Mas esse quadro não deve excluir, naturalmente, a busca da paz que não seria encontrada em conversações com os autores diretos das sabotagens senão com quem os cria, alimenta e arma, ou seja, o governo sul-africano.

Esses esforços de paz partiram sempre de duas premissas básicas: a primeira é que foi ao MPLA e à Frelimo que os povos de Moçambique e de Angola conferiram o poder de governar. São os dois partidos forjados nos grandes movimentos de libertação que levaram à independência que devem continuar no poder. A segunda é que ambos os governos, mesmo à custa de esforços e sacrifícios, em menor ou maior tempo derrotarão militarmente a guerrilha.

Um dirigente da Renamo, o grupo contra-revolucionário que atua em Moçambique sob as ordens do governo de Pretória, disse que só aceita o cessar-fogo se houver garantias de mudança de rumos do governo de Moçambique. Isso nada tem a ver com o entendimento para a suspensão de ações armadas alcançado entre o governo de Maputo e aquela organização, com a intermediação dos sul-africanos. Nem tampouco corresponde à realidade, embora esteja dentro da es-

tratégia global dos Estados Unidos, que no fundo é quem comanda a guerrilha na África Austral.

Enquanto os dirigentes da Renamo faziam aquelas exigências, no Rio de Janeiro e em Manágua, os opositores à Frente Sandinista apresentavam nas negociações com o comandante Bayardo Arce condição semelhante: ruptura de relações da Nicarágua com a URSS e Cuba, libertação dos somozistas presos e inclusão da direita no governo san-

dinista revolucionário. A matriz era a mesma.

Em Angola, a exigência se refere ao que se chama *linkage*, ou seja, condicionar o fim dos atos de sabotagem à retirada dos cubanos, uma condição que nem mesmo os norte-americanos acreditam possa ser atendida e que é frontalmente recusada pelo governo do MPLA. O governo angolano tem dado explicações lógicas e claras de como uma iniciativa não deve nem pode estar ligada à outra.

O fundo do problema

A verdade é que os sul-africanos estão querendo ganhar tempo, não apenas na esperança de que sua grave crise econômica interna se atenuar, como piorem as condições de estabilidade dos governos dos seus países vizinhos. No quadro da atual política belicista de Pretória, será impossível esperar alívio financeiro interno, do mesmo modo como a tendência na região é para a melhoria das condições econômicas e so-

PRESIDENTE DOS SANTOS: "CONTINUEMOS VIGILANTES PARA DEFENDER NOSSA REVOLUÇÃO"

Periodicamente, o governo de Luanda e o presidente José Eduardo dos Santos fazem perante o povo angolano uma avaliação da situação do desenrolar das negociações mantidas com a África do Sul. Transcrevemos a seguir passagens de um discurso do presidente angolano pronunciado num comício em Namibe, capital da província meridional de Moçâmedes:

"Depois das derrotas que o inimigo sofreu, os sul-africanos pediram para discutir a paz conosco. Aceitamos, tentando encontrar soluções para estabelecer a paz. Devo dizer que não tem sido fácil realizar essa tarefa. Várias delegações do nosso governo se têm deslocado ao estrangeiro desde fevereiro último para discutir com os sul-africanos. O objetivo é encontrar a paz para o nosso país. Ainda não resolvemos todos os problemas porque, apesar de tudo, embora o inimigo reconheça que não nos pode derrotar, ainda não está totalmente convencido de que não vai destruir a revolução angolana. Por isso ainda faz manobras. E como é que age?"

"Durante as discussões, a África do Sul aceitou retirar-se do nosso território e, de fato, iniciou, no dia 1º de março último, a retirada das suas forças. Essa retirada devia terminar no dia 30 de março, mas até agora, ainda não terminou. Recuaram, contudo, para o sul de N'Giva. Isto é, estavam a cerca de 200 quilômetros da fronteira e agora estão a 40 quilômetros. Algumas unidades já foram retiradas mas há ainda, pelo menos,

um a dois batalhões do exército sul-africano que se encontram ao sul de N'Giva. Por outro lado, os sul-africanos não deixaram de armar a Unita, continuam a fornecer-lhe armas, continuam a treinar bandidos e a enviá-los para o Moxico, atravessando a fronteira com a Zâmbia, no Kuando-Kubango, tentando chegar à província diamantífera da Lunda para impedir a exploração de diamantes.

"Nós apenas começamos a discutir a via que nos vai levar à paz, que ainda não alcançamos. Por isso, devemos continuar vigilantes. Não podemos abandonar as nossas armas. Temos que continuar a empunhá-las para defender a nossa pátria, para defender a nossa revolução. Portanto, discutir com vigilância.

"Outra manobra que os sul-africanos fazem é não se comprometerem firmemente na concessão da independência ao povo da Namíbia.

"Para não aplicar a Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a África do Sul arranja vários pretextos, várias desculpas, porque todo o mundo condena a sua presença ilegal na Namíbia, exigindo a sua retirada do território e a entrega do poder ao povo namibiano.

"Um desses pretextos é o da presença dos internacionalistas cubanos na República Popular de Angola. Dizem eles que não podem iniciar a aplicação da Resolução 435 sem que os internacionalistas cubanos saiam primeiro de Angola. Evidentemente que isso não passa de uma desculpa. Por que? Porque os sul-africanos querem continuar a dar armas à Unita, querem continuar a treinar bandidos, porque pensam que a Unita vai destruir a revolução angolana, vai destruir o nosso governo para instalar em Angola um governo de amigos da África do Sul. É essa a razão porque fazem manobras. A utilização dessa desculpa serve apenas para atrasar a independência da Namíbia e tentar fortalecer a Unita para destruir a nossa revolução".

ciais dos países que estão dirigidos por governos progressistas e socialistas. Assim, nenhum dos dois objetivos parece fácil de ser alcançado.

O outro fator de urgência que determina a atitude de Pretória é a crise social no país, onde a estrutura sindical tem revelado progressos extraordinários e a resistência armada vem demonstrando que já alcançou um tal grau de auto-sustentação que independe de abastecimentos do exterior.

Embora aparente estar interessado em uma distensão política, o que o governo de Botha faz na prática é apertar os controles e aumentar a repressão, militarizando o regime e acumulando novos elementos de força, como demonstrou o dr. Robert D. A. Henderson, do Lesoto, em recente estudo sobre a estratégia militarista do regime de Pretória.

Seria utópico esperar uma distensão na África Austral sem que se registrem avanços reais em duas frentes de confronto: na política do *apartheid* e na Namíbia. A recente paródia da "eleição" de mulatos e descendentes de indianos para o Parlamento, repudiada por mais de 90% dos eleitores desses grupos sociais, é apenas uma confirmação do princípio da segregação racial, que marginaliza da vida pública a esmagadora maioria da população, que é negra.

Quanto à Namíbia, não há quaisquer indícios sérios de que a África do Sul — e por trás dela os Estados Unidos — estejam interessados em aplicar a Resolução 435 das Nações Unidas sobre a independência desse país. Ao contrário, os sul-africanos estão aumentando o seu poderio militar na Namíbia: mais de 100 mil soldados para um milhão de habitantes. A sua tarefa é proteger os interesses das filiais de mais da metade das 500 maiores transnacionais norte-americanas, que operam no rico território namibiano.



Os ataques a países vizinhos estão custando muito a Pretória

O porrete e a cenoura

No seu estudo sobre a região a que nos referimos, o dr. Henderson classifica essa estratégia de uma política do "porrete e da cenoura". Por um lado, a África do Sul tenta, com os seus fantoches, desestabilizar os governos da região e, por outro, usa uma linguagem aliciadora prometendo aos mesmos vantagens econômicas, em geral ilusórias, dada a crise da própria economia sul-africana.

Recentemente, um comandante militar sul-africano exibiu um mapa provando que os seus blindados poderiam ir da fronteira de seu país até o Cairo, sem encontrar resistências. Os recentes fracassos frente às forças armadas angolanas revelam que a pretensão é uma basófia do general boer. Mas o que importa destacar é o seu pensamento essencial, ou seja, o plano de dominar uma área decisiva do continente africano.

É evidente que nem Portugal,

nem os demais países europeus com forte presença socialista nos seus governos ou nos seus grandes partidos podem desconhecer essa realidade se estiverem realmente empenhados em desalentar a aventura belicista da África do Sul. O que devem fazer é ajudar os países da região a resistir não apenas nos campos de batalha mas solucionando os seus problemas econômicos. O delegado francês na recente reunião da Internacional Socialista no Rio de Janeiro, Leonel Jospin, declarou que é impossível admitir uma convivência perene com o *apartheid*. Ele manifestou sua convicção de que, a partir da recente Conferência de Arusha, a IS estará mais diretamente comprometida no apoio aos países africanos sob agressão de Pretória. Cumprir esse compromisso é, agora, o fundamental. Pode ser, também, a melhor cooperação dos socialistas ocidentais para uma paz justa e duradoura na região. ●

Dez anos de revolução

No aniversário da derrubada da monarquia etíope, o governo revolucionário cria um novo partido e promete acelerar a implantação do socialismo no país

Carlos Castilho

Na noite do dia 10 de setembro, o general Mengistu Hailé Mariam estava muito emocionado quando começou a ler as primeiras páginas do discurso de encerramento do primeiro congresso do recém-criado Partido dos Trabalhadores da Etiópia. As falhas no sistema de som aumentaram ainda mais o nervosismo do dirigente etíope no momento em que ele anunciava a consolidação de um regime revolucionário após dez anos de existência, período em que o país passou pelas transformações

mais profundas de sua história milenar.

“O que parecia impossível tornou-se realidade” — desabafou Mariam perante os 1.700 delegados e mais de 200 convidados estrangeiros. Ele acabava de ser escolhido como secretário geral do novo partido único da Etiópia, uma organização que levou dez anos para ser estruturada e que, a partir de agora, será o organismo político mais importante da Etiópia. O Partido dos Trabalhadores começou a ser montado logo depois da derruba-



O Partido dos Trabalhadores Etíopes foi criado no 10º aniversário da revolução

da da monarquia chefiada pelo ex-imperador Hailé Selassié, com o objetivo de se transformar no grande movimento de massas da revolução liderada pelos militares etíopes.

Após cinco dias de discussões na capital, Addis Ababa, os delegados de 14 regiões da Etiópia escolheram, na primeira semana de setembro, um comitê central de 200 membros, um birô político de 17 participantes e um secretariado permanente do Comitê Central, com oito membros. O estatuto do Partido dos Trabalhadores Etíopes se baseia no marxismo-leninismo, propõe a implantação da ditadura do proletariado, consolida a nacionalização da terra, bens de produção, bancos, comércio exterior e do ensino. Também estabelece que o objetivo imediato do partido e do governo é a criação de uma sociedade socialista através da transformação das estruturas políticas, econômicas e sociais herdadas do período em que o país esteve submetido a um regime monárquico com características feudais.

O surgimento do PTE encerra uma década de instabilidade e conflitos, muitas vezes sangrentos, entre todos os setores que participaram da derrubada de Hailé Selassié. E abre um período em que surge para o governo de Mengistu Mariam a difícil tarefa de reestruturar a economia de um país que não sofreu o colonialismo clássico do resto da África nos séculos 19 e 20, mas por sua vez viveu até 1974 dominado por uma oligarquia dinástica, militar e religiosa que administrou o país como se fosse uma propriedade pessoal. Muitos autores chegam a afirmar que a Etiópia é, ao mesmo tempo, a mais antiga e a mais nova nação africana.

A mais antiga, porque na região já existia uma civilização por volta do ano 2000 a. C. (ver história da Etiópia no guia do terceiro mundo). E a mais nova,



A fome e a injustiça social contribuíram para a deposição de Selassié e a derrubada da milenar monarquia etíope

porque o país só passou a ser um Estado moderno a partir de 1974, depois que a monarquia "por direito divino" foi extinta. Hailé Selassié, também conhecido como o Rei dos Reis, Leão de Judá e Negus, se considerava descendente direto dos personagens bíblicos Salomão e rainha de Sabá. A família imperial, a hierarquia religiosa e a oligarquia militar dominavam 85% das terras do país e exerciam, sobre 90% dos 33 milhões de etíopes que vivem no campo, uma tutela completa, que alguns cientistas sociais europeus chegaram a classificar de escravatura.

No país deixado por Selassié, apenas 2% dos proprietários agrícolas controlavam 85% das terras. Existiam 500 mil camponeses sem terra nenhuma. Na parte norte do país, as terras eram cultivadas no sistema comunitário, com um décimo da produção sendo entregue aos proprietários. Os grupos, em sua maioria unidos pela mesma língua e pela

mesma raça, trabalhavam nas lavouras mas não tinham a posse das mesmas. Eram, na verdade, súditos, ou da família real ou da igreja, que dominavam cerca de 55% das áreas mais férteis. No sul, a família imperial se apossou da maioria das terras cultiváveis e as distribuiu depois para militares e funcionários reais como retribuição pelos serviços prestados na dominação de minorias étnicas. No sul, os impostos pagos pelos camponeses chegavam a 35% da colheita.

Depois da 2ª guerra mundial, muitas das terras do imperador foram também transferidas para investidores estrangeiros que introduziram a mecanização, aumentando o contingente de camponeses sem terras e sem trabalho. Em 1970, segundo informações oficiais, 4/5 da população etíope viviam da agricultura de subsistência numa situação de permanente dependência em relação aos donos da terra. Dentro dessa categoria, havia quase um

milhão e meio de camponeses obrigados a trabalho forçado por causa de dívidas contraídas em relação aos senhores feudais ou com os administradores agrícolas ligados a interesses estrangeiros. No final da década de 60 e no início da de 70, Hailé Selassié anunciou uma suposta reforma agrária que, na verdade, se constituiu numa alteração das regras feudais visando facilitar a introdução do capitalismo agrícola.

A mudança teve como uma das consequências a fome em massa em sete províncias, atingindo quase três milhões de pessoas, 400 mil das quais morreram de inanição em 1973. A fome não foi a causa imediata da queda da monarquia, mas é inegável que ela contribuiu para o amadurecimento das condições revolucionárias que, desde 1970, já vinham fermentando não só entre os estudantes como também entre professores, sub-oficiais do exército, motoristas de táxis e os milhares de campone-

ses sem terra. Na época, 3/4 da população urbana eram formados por trabalhadores expulsos do campo, num total de mais de dois milhões de pessoas. Nas cidades, elas não tinham emprego porque não existia indústria e o comércio era muito reduzido. O único grande empregador era o governo. Apenas 4% do PNB no fim da era imperial vinham de manufaturas, 70% das quais se dedicavam ao processamento de comida e à fabricação de têxteis. Dados recolhidos em 1967 (os últimos disponíveis antes da revolução de 74), indicavam que das 489 firmas com capital superior a cinco mil dólares, 385 eram controladas por estrangeiros, em sua maioria italianos, gregos, ingleses e norte-americanos.

A deterioração da economia

no período imperial chegou a um tal ponto que, às vésperas da derrubada de Selassié, calcula-se que metade da força de trabalho da Etiópia estava sem emprego, apesar da riqueza potencial do país. Sessenta e cinco por cento da superfície da Etiópia é adequada para a agricultura e, segundo o Banco Mundial, isso permitiria alimentar uma população de até 310 milhões de pessoas. Com uma população de apenas 33 milhões, a Etiópia está entre os seis países mais pobres do mundo. O principal produto de exportação era o café, cuja safra global era menor do que a de El Salvador, um país com um território 58 vezes menor.

Mas a herança imperial não se resumiu a um quadro de pobreza dramático. Pior ainda foi a fragmentação social mantida e esti-

mulada pelo regime monárquico como forma de conservar o seu domínio sobre os quase 250 grupos étnicos falando mais de 80 línguas diferentes em todo o país. As minorias mais representativas como a dos eritreus, tigrés e oromos foram tradicionalmente perseguidas e massacradas, gerando movimentos separatistas que mais tarde viriam a provocar o surgimento de frentes de libertação na região norte (conhecida como Eritreia) e no sul, entre os oromos. Hailé Selassié manteve propositalmente um baixo nível de investimentos e melhoramentos na área das comunicações, para impedir a integração étnica. Em 1974, havia, em todo o país, menos de 1.500km de estradas asfaltadas e todo o parque de veículos automotores se reduzia a 50 mil uni-

QUEM É MENGISTU MARIAM

Ninguém sabe ao certo qual é a idade de Mengistu Hailé Mariam. Para alguns amigos, ele admitiu que deve ter nascido entre 1940 e 1942. Seu pai era um soldado de origem *amhara* e sua mãe pertencia à etnia *barria*, a casta dos negros que tradicionalmente eram escravos no período imperial. Vários autores ocidentais classificaram o dirigente etíope como um *oromo*, uma classificação equivocada e surgida do fato de, na infância e adolescência, Mengistu ter vivido no sul da Etiópia, na província de Wollamo.

Mais tarde, quando o pai do atual presidente da Etiópia foi servido como empregado de uma família nobre, Mengistu pôde frequentar a escola e depois a academia militar de Holeta. Já como militar, ele esteve duas vezes nos Estados Unidos para treinamento, quando tomou contato com as primeiras idéias políticas, porque na época a questão do Vietnã e dos direitos civis estavam no auge. Mas ele só veio a optar pelo socialismo depois da derrubada de Hailé Selassié, especialmente depois da visita à União Soviética em 1975.

O fato de ter viajado muito durante a sua infância e adolescência deu a Mengistu um conhecimento da diversidade étnica e cultural de seu país. Ele conseguiu com isso escapar ao regiona-



Mengistu: unificar o país

lismo e ao sectarismo étnico dos vários grupos que sempre lutaram entre si no país. Ele acredita na necessidade de um governo forte e já deixou claro que na Etiópia não ocorrerá um fracasso político semelhante ao da Comuna de Paris.

Sua vida privada é praticamente desconhecida. Seu temperamento é forte e sua atuação tem sempre um claro conteúdo centralizador. Alguns o comparam a Tewodros, um dirigente etíope do século 19 que foi um dos principais artífices da unificação do país.

dades. Três quartas partes das comunidades agrícolas da Etiópia ficavam a uma distância mínima de doze horas de caminhada da estrada mais próxima. E 40% das aldeias e comunidades do país ficavam a mais de dois dias de viagem a pé do centro administrativo mais próximo.

A queda do império

Em fevereiro de 74, a monarquia começou a decompor-se diante de uma sucessão de manifestações e revoltas de estudantes, camponeses, motoristas e pequenos comerciantes, para depois culminar com levantes militares. No Ocidente, muita gente ficou surpresa com a velocidade e facilidade com que o império entrou em colapso, depois de resistir durante mais de mil anos. A estrutura pré-capitalista existente no país há muito já havia transformado em ficção o poder de Selassié. Mas os movimentos que, em setembro, acabaram de vez com a monarquia estavam longe de constituir um corpo único e homogêneo. A facilidade com que a família real caiu não deu tempo para que se consolidasse uma frente política consequente. Apenas no norte, onde os eritreus lutavam pela secessão desde 1958, existia um movimento político testado na clandestinidade e unificado através da luta armada.

Em 1974, não existia nenhum partido político além das frentes de libertação da Eritreia e em Oromo. Toda a política oficial estava personificada no imperador e na oposição, os únicos grupos organizados estavam no exílio. Só depois da derrubada de Selassié é que surgiram movimentos políticos como o Movimento Socialista Panetíope — reunindo o setor mais moderado da oposição — e o Partido Popular Revolucionário, reunindo os grupos mais jovens e mais radicais.

Os estudantes foram os pri-

meiros a se rebelarem contra a monarquia decadente. Eles formavam a elite intelectual num país que, na época, tinha 95% de analfabetos na população. Das escolas e universidades, a rebelião se expandiu para as guarnições militares, onde os jovens eram uma presença marcante por causa de seu grau de instrução e também pela política seguida pela monarquia de transferir para as forças armadas todos os alunos que tivessem melhor aproveitamento escolar. Nos quartéis, a rebelião começou com exigências de aumentos de soldos, mas logo se transformou numa contestação aberta ao regime imperial através da exigência de punições aos generais acusados de corrupção.

nome amárico de *Dergue* e reunia cerca de 126 oficiais, todos com graduação inferior a tenente-coronel, cujos nomes foram mantidos em segredo durante muito tempo. No dia 12 de setembro, um grupo de oficiais do *Dergue* foi até o palácio imperial para ler uma proclamação depondo o "rei dos reis", que logo depois saiu preso no banco traseiro de um fusca. A proclamação terminava afirmando que o poder passaria a ser exercido por um Conselho Provisório Militar e Administrativo (PMAC). A monarquia milenar caiu de forma melancólica, mostrando uma impotência absoluta para resistir à pressão popular por uma mudança social no país.

Os primeiros meses do Comi-



O povo se mostrou satisfeito pela nacionalização do solo urbano

A primeira manifestação basicamente política dos jovens oficiais etíopes aconteceu em junho de 74, quando a segunda e a quarta divisões do exército em Addis Ababa se rebelaram contra o governo, criando o Comitê Coordenador das Forças Armadas, Polícia e Milícia Territorial. O Comitê acabou se tornando mundialmente conhecido pelo

tê foram difíceis por causa de divergências internas entre oficiais moderados e os que defendiam uma transformação socialista mais radical. O primeiro porta-voz do *Dergue*, o general Aman Andom, era um moderado que tentou impedir punições severas aos membros da monarquia mais envolvidos com a corrupção, ao mesmo tempo em que defendia

terceiro mundo - 51

medidas conciliatórias em relação aos rebeldes da Eritreia. O choque entre as duas tendências foi inevitável, e Andom acabou morrendo num confuso incidente palaciano. A inexistência de uma frente comum contra a monarquia antes da derrubada de Selassié, acabou gerando, depois de setembro de 74, atritos entre civis e militares, notadamente dos estudantes e sindicatos que exigiam a formação de um governo popular e de maioria civil.

Etiópia Tikdem

Os jovens oficiais do *Dergue* sentiam que o poder era, na época, frágil porque as estruturas monárquicas estavam se decompondo muito mais rapidamente do que a capacidade dos novos

governantes de criarem estruturas alternativas. A diversidade de formação ideológica e de práticas políticas contribuiu para que as divergências se agravassem rapidamente num ambiente de acentuada polarização e que se concentrou inicialmente apenas nas duas principais cidades do país: Addis Ababa e Asmara. No interior, as mudanças não tinham ainda provocado um impacto forte, e muita gente ainda acreditava que tudo não passava de um tumulto passageiro. Só em abril de 75 é que começaram as invasões de terras feudais no interior.

Além dos problemas com estudantes e sindicatos, o *Dergue* foi praticamente atropelado pelo problema da Eritreia, onde os guerrilheiros, após dez anos de

luta contra a dominação imperial e sem terem muita clareza política das transformações registradas em setembro de 74, acreditaram que havia chegado o momento oportuno para a secessão completa. Mas isso entrou em choque aberto com a doutrina oficial dos militares que criaram o *slogan Etiópia Tikdem*, ou seja, Etiópia em primeiro lugar, numa proclamação destinada a enfatizar a prioridade total para a integridade nacional. Os malentendidos entre os dois lados se sucederam e, em janeiro de 75, a Frente Popular de Libertação da Eritreia lançou uma ofensiva militar em larga escala, anulando todas as possibilidades de uma solução negociada.

No final de 74 e no começo de 75, o *Dergue* tomou uma im-

O SEPARATISMO REGIONAL

Em 1977, quando o *Dergue* vivia os momentos mais críticos do confronto entre civis e militares na capital etíope, os membros do PMAC constataram, atônitos, que em 12 das 14 províncias do país existiam movimentos regionalistas que, em graus variados, lutavam pela autonomia parcial ou pela secessão pura e simples. O mês de julho de 77 foi o momento em toda a história recente da Etiópia em que a unidade nacional esteve mais ameaçada, já que coincidiram num mesmo período, convulsões internas (o terror), as revoltas separatistas e a guerra contra a Somália.

O movimento separatista mais antigo é o da Eritreia, uma província do norte da Etiópia, habitada por pouco mais de três milhões de pessoas pertencentes a cerca de 10 grupos étnicos diferentes, praticando em sua maioria o cristianismo e o islamismo. Até 1941, a Eritreia foi ocupada pelos italianos, apesar da forte resistência anticolonialista interna. Em 1950, a ONU decidiu que a Eritreia deveria se tornar um Estado federado dentro do império etíope. Os eritreus gozaram de uma razoável autonomia interna até a década de 60, quando o imperador Selassié impôs a incorporação total. Aí começou a resistência armada através da Frente de Libertação da Eritreia (ELF). Mais tarde, o movimento sofreu várias divisões e hoje existem três organizações que lutam pela formação de um Estado autônomo. O Exér-

cito Popular de Libertação da Eritreia (EPLF) é o maior dos três, com cerca de 30 mil guerrilheiros, em sua maioria muçulmanos e que estão concentrados no litoral norte da Etiópia. É tido como o movimento mais radical do ponto de vista político, embora ideologicamente suas posições tenham ficado confusas desde 1978.

O segundo movimento em importância é a Frente de Libertação da Eritreia (ELF), com cerca de 20 mil homens localizados nas planícies do sul, perto da região de Barca. É apoiado pelos governos árabes conservadores e sua posição vem se deteriorando nos últimos meses. O mais fraco de todos os movimentos separatistas da Eritreia é o ELF-PLF (resultado da fusão de grupos dissidentes dos dois outros grupos) com apenas cinco mil guerrilheiros, em sua maioria muçulmanos, localizados nas planícies em volta da cidade de Agordat. É um movimento anticomunista que também tem apoio dos Emiratos Árabes e da Arábia Saudita.

O antagonismo entre os grupos é muito forte. Entre 72, e 74, o EPLF e o ELF travaram uma verdadeira guerra civil entre si. Todas as tentativas de unificação têm sido episódicas, o que facilitou a ação do exército etíope que, no momento, tem mais de 50 mil soldados na parte norte do país.

Os *oromo* no sul da Etiópia formam o grupo étnico mais importante do país, com um total de nove milhões de pessoas, ou seja, mais da metade da população etíope. Historicamente, eles

portante decisão, anunciando que iria pôr em prática um programa de socialização acelerada do país. Em janeiro de 75, todos os bancos foram nacionalizados junto com 13 companhias de seguros. Um mês mais tarde, foi a vez de 100 empresas industriais e comerciais que passaram a ser administradas pelo Estado. E, em março, foi anunciada a reforma mais importante, a reforma do setor agrário, com a estatização de todas as terras férteis, proibição do arrendamento de fazendas e a distribuição de lotes de até 10 hectares entre os camponeses sem terra. Mais de 60 mil estudantes foram mandados para a zona rural com o objetivo de ajudar os camponeses a assumirem as novas propriedades. Em julho de 75, a reforma atin-



Os estudantes foram mobilizados para as tarefas no campo

foram em sua maioria escravos dos *amhara* e vivem hoje espalhados em sete províncias. A Frente de Libertação dos Oromos (OLF) surgiu em 1976 e não propõe a separação completa da Etiópia mas exige uma autonomia parcial, além de discordar do projeto socialista do governo e das alianças com a União Soviética e Cuba.

A OLF também não quer ser confundida com a Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF) uma organização muito ligada ao governo de Mogadíscio e que pretende a integração da província de Ogaden à Somália. Em 1976, a Etiópia e a Somália entraram em guerra pela posse do deserto de Ogaden, num conflito que teve componentes internacionais, já que a Somália serviu como um instrumento dos Estados Unidos para tentar desestabilizar o regime etíope, num momento em que o coronel Mariam enfrentava a sua pior crise política. A ajuda militar de Cuba e da União Soviética acabou permitindo com que a Etiópia expulsasse as tropas somalis e reconquistasse o controle de Ogaden, mas a WSLF ainda promove atentados e emboscadas.

Na importante província de Tigre, existe um movimento separatista, a Frente Popular de Libertação de Tigre (TPLF), cujos guerrilheiros se espalham também pela província de Wollo. A TPLF existe desde 1975 e recentemente patrocinou o surgimento do Movimento Democrático do Povo da Etiópia (EPDM), que atua nas províncias de Wello e Gonder. A exemplo dos *oromo*, os guerrilheiros de Tigre e o EPDM afirmam não

querem a secessão, mas, na prática, ao exigirem graus variados de autonomia regional, funcionam como elemento de desestabilização do poder central.

Segundo Fred Halliday, autor do livro *The Ethiopian Revolution* (ver seção "Livros do 3º Mundo", nesta edição), a existência de tantos e tão diversificados movimentos separatistas e autonomistas criou entre os membros do *Dergue* a convicção de que eles na verdade se constituíam em instrumentos de forças políticas estrangeiras interessadas em pulverizar a unidade nacional e, com isso, derrubar o governo socialista do coronel Mariam. No caso da Frente de Libertação da Somália Ocidental, a acusação foi comprovada pelos fatos. Mas, nos demais movimentos, a situação é controvertida e nem sempre clara, com antecedentes históricos confusos. Ainda segundo Halliday, o certo é que, se por um lado, o governo etíope em algumas oportunidades não mostrou a suficiente flexibilidade política para dar a cada caso um tratamento adequado, por outro, os movimentos regionais também não souberam avaliar corretamente a nova realidade política surgida após a derrubada de Selassié. Para a maioria deles, o golpe de 74 surgiu como uma oportunidade para acabar com a dependência imposta pela monarquia. Depois, não souberam interpretar a natureza das transformações ocorridas em Addis Ababa e foram adiante com a campanha separatista, criando um fato consumado, contra o qual o *Dergue* reagiu com a força.

giu as propriedades urbanas, onde casas, terrenos e apartamentos passaram a ser administrados por conselhos de moradores. Mais de meio milhão de residências urbanas foram nacionalizadas em poucos meses. Simultaneamente, um decreto do *Dergue* proclamou a República, da mesma forma em que foram concedidos aos adeptos do islamismo os mesmos direitos dos cristãos ortodoxos.

Tanto a reforma agrária como a reforma religiosa destruíram o poder da oligarquia eclesiástica que, durante todo o período imperial, fez parte do tripé sobre o qual se apoiava Hailé Selassié. Outro poderoso elemento da ruptura da ordem vigente foi a campanha de alfabetização, que conseguiu reduzir em pouco tempo de 95 para apenas 70% o número de pessoas que não sabiam ler nem escrever no país. O efeito da campanha de alfabetização só não foi maior devido à diversidade de línguas existentes na

Etiópia e a antigos problemas de identidade cultural nas províncias, que sempre usaram suas tradições como uma forma de resistência contra a dominação imperial, e que não tiveram capacidade política para assimilar as transformações registradas a partir de 1974.

O projeto do "Dergue"

As linhas gerais do projeto de reforma do *Dergue* ficaram mais definidas em abril de 1976, quando foi divulgado o programa chamado Revolução Democrática Nacional (NDR), cujos pontos principais eram: libertar o país do feudalismo e do imperialismo; criar as bases para uma transição ao socialismo; as forças dirigentes no processo revolucionário são a classe trabalhadora em aliança com o campesinato e a pequena burguesia; a curto prazo, deveria ser criada uma república democrática popular, assegurando direitos iguais para todos os etíopes, e funcionando



Em pouco tempo, o analfabetismo passou de 95 para 70%

através de órgãos administrativos eleitos a nível provincial e municipal; e criação, no mais curto espaço de tempo possível, de um novo partido político, a ser organizado por um Comitê Provisório das Organizações de Massa (Pomoa).

Mas o projeto da NDR enfrentou inúmeros obstáculos iniciais para a sua aplicação. A maior parte deles resultava da inexistência de pessoal qualificado para aplicar medidas econômicas complexas, num país que ainda sofria uma influência determinante das estruturas feudais existentes até 1974. Além disso, os numerosos conflitos de origem étnica, cultural e regional, bem como as desconfianças entre civis e militares, acabaram fazendo com que poucos dos objetivos do projeto da Revolução Democrática Nacional apresentassem resultados imediatos.

Entre 1976 e 1978, o café, o principal produto de exportação da Etiópia, sofreu uma queda de 40% no mercado internacional, ao mesmo tempo em que o petróleo importado dobrou de preço e a seca voltou a provocar uma nova tragédia no norte do país, ao deixar sem comida quase quatro milhões de pessoas. A situação chegou a um ponto tão crítico que, em 1978, o coronel Mengistu Mariam anunciou uma Campanha Revolucionária Nacional para o Desenvolvimento Econômico, durante dois anos. Em 1980, um novo e ambicioso projeto econômico foi lançado, através do Plano Decenal de Desenvolvimento, cujas previsões eram de dobrar o PNB até 1990, graças a um crescimento de 250% na atividade industrial, construção de meio milhão de novas casas, extensão de facilidades sanitárias para 85% da população e eliminação completa do analfabetismo.

Mas os resultados colhidos até agora ficaram aquém dos esperados. Entre 74 e 78, o PNB cres-



A criação do partido único foi profundamente marcada pelas complexas relações entre civis e militares

ceu apenas 0,4% por ano, representando uma queda real do poder aquisitivo dos trabalhadores, já que, no mesmo período, o crescimento demográfico foi de 2,5% ao ano. Entre 1978 e 1980, o desempenho da economia foi melhor, já que o PNB cresceu em média 5,5%, mas isso foi insuficiente para tirar a Etiópia da lista dos seis países mais pobres do mundo, com uma renda per capita de apenas 140 dólares. Entre 1970 e 1978, a indústria cresceu apenas 0,4% enquanto, no mesmo período, a agricultura também cresceu muito pouco, apenas 0,5%, e a produção per capita de alimentos nos primeiros quatro anos de revolução ficou 16% abaixo do nível da década de 60. Até 1980, 80% da renda externa era obtida com a venda do café, o que provocou um déficit comercial acumulado da ordem de 263 milhões de dólares nos primeiros meses de 1981.

A partir de 1978, os resultados agrícolas melhoraram, graças principalmente a alguns resultados positivos da reforma agrária. A produção aumentou em até 5% na virada da década, mas voltou a cair depois de 1982, em consequência da multiplicação de conflitos envolvendo minorias étnicas no sul e no norte da

Etiópia. No norte, a oposição à reforma agrária começou logo depois da expropriação das terras e teve sempre como pretexto o boicote aos planos do *Dergue*. No sul, a fuga dos latifundiários e a tomada das terras foram inicialmente bem recebidas pelos oromos, que apoiaram o regime revolucionário, mas se voltaram contra o coronel Mengistu depois da guerra entre Etiópia e Somália no deserto de Ogaden (1976).

A partir de 1982, o governo desfechou o que foi classificado como terceira fase da reforma agrária, com a criação das chamadas *weland* (fazendas estatais) reunindo até 2.500 camponeses em áreas que, em média, cobriam quatro mil hectares. Mas, apesar do esforço oficial, as *weland* forneciam apenas 6% da produção agrícola do país em 1982 e 20% da produção comercializada internamente.

As desconfianças entre civis e militares que já existiam em 1974, foram se aguçando gradativamente até que em setembro de 76 elas se transformaram numa guerra aberta que durou dois anos e deixou um saldo de aproximadamente 10 mil mortos. As relações entre os grupos políticos de oposição e a jovem

oficialidade revolucionária foram profundamente marcadas pelas peculiaridades do processo político etíope. Os opositores civis se consideravam donos da "verdade" revolucionária, mas não foram capazes de desenvolver organizações sólidas na luta contra a monarquia. Por isso, desconfiaram dos militares do *Dergue*, sobre o qual lançaram frequentemente acusações de fascismo. Os militares, principalmente os mais jovens, não tinham, por sua vez, experiência política e seu contato com a ideologia revolucionária se deu em circunstâncias críticas e num espaço de tempo mínimo, se comparado com outros países africanos.

Nos primeiros dias da revolução, os partidos, especialmente o Partido Revolucionário do Povo Etíope (EPRP), defenderam uma revolução "pura", isto é, com ampla participação operária e camponesa, democrática e liderada pelos civis, já que os militares eram considerados comprometidos com a monarquia. Por seu lado, o *Dergue* estava preocupado com a preservação do poder, com a unidade nacional e com a direção revolucionária. Greves, reivindicações e polêmicas eram vistas como desafios à

ordem, e portanto, proibidas na maioria dos casos. O resultado foi o confronto entre a "pureza" e o "realismo".

O EPRP, influenciado por estudantes mais jovens e radicais, foi o primeiro a entrar em choque com os militares. Um choque que rapidamente degenerou numa campanha de terror. Os primeiros tiros partiram do EPRP que começou a assassinar dirigentes do governo e delegados do *Dergue*, no chamado "terror branco". A resposta do governo foi também violenta, através do "terror vermelho", que inicialmente visou principalmente o Partido Revolucionário do Povo Etíope, mas depois transbordou também para o Movimento Socialista Panetíope (Meison). Lideranças sindicais vinculadas tanto a um grupo como ao outro também pagaram um preço pesado pela oposição ao governo. O certo é que o confronto acabou levando o EPRP ao colapso como organização política e uma deterioração total de suas posições ideológicas, que no começo eram influenciadas pelo marxismo, mas depois resvalaram para o anticomunismo. Por seu lado, o governo se viu hostilizado pela maior parte dos grupos políticos civis, sendo obrigado a fechar-se para sobreviver ao período do terror.

O processo de criação do partido

A história das complexas relações entre civis e militares, bem como a heterogeneidade e inexperiência dos vários grupos políticos, marcou profundamente o processo de criação do partido único da revolução. Cada um dos grupos políticos, e principalmente os militares, tinha consciência de que, sem um partido que liderasse os esforços revolucionários, as transformações acabariam se frustrando por falta de coordenação e de objetivos claros. Mas as divergências de método e prática política de cada um dos pro-

tagonistas acabou tornando traumático o processo de criação do Partido dos Trabalhadores Etíopes.

O esquerdismo do EPRP provocou o primeiro confronto sério entre os partidos civis e os militares, já em 1975. Mas, na época, cinco outros grupos políticos continuaram apoiando o *Dergue*. Entre eles, estavam o Meison, o Echa'at (Partido dos Povos Oprimidos, uma dissidência do Meison), o WAS (Liga Trabalhista), o Malered (Organização Marxista-Leninista da Etiópia) e o Seded (Chama Revolucionária, ao qual estavam ligados vários militares, entre eles Mengistu). Estes cinco grupos apoiaram o documento da Revolução Democrática Nacional, de 76, mas estavam longe de se constituir em organizações de massa. Eles tinham conceitos diferentes sobre o direito das minorias à autodeterminação, sobre a democratização do poder revolucionário e, principalmente, sobre as relações com a União Soviética. Em 1975, os seis grupos formaram o Pomoa (Escritório Provisório das Organizações de Massa) e, no ano seguinte, criaram a *Yekatit 66* (a escola de formação de quadros do futuro partido único).

Em julho de 1977, os membros integrantes do Pomoa formaram uma frente política chamada Emaledh (União das Organizações Marxistas-Leninistas) que, teoricamente, seria um passo a favor da unificação, mas na realidade serviu apenas para mostrar o nível de atrito e divergência entre os vários grupos associados. O primeiro a romper com a organização e passar à oposição, foi o Meison, e um mês depois, em setembro de 77, o Echa'at, uma organização dominada pelos oromos, também rompeu e depois praticamente desapareceu. Em meados de 78, o WAS e o Seded também deixaram a coalizão, que, em julho de 79, estava reduzida apenas ao

Malared. Assim, em dezembro de 79, o governo resolveu criar um novo organismo que passou a se chamar Comissão Provisória do Partido dos Trabalhadores (Copwe), que marcou a marginalização definitiva dos vários grupos políticos civis em relação ao projeto governamental.

A partir daí, o *Dergue* assumiu o controle total dos preparativos para a formação do partido. Foram feitas várias consultas a países socialistas europeus, no sentido de obter assessoria política, especialmente da Alemanha Oriental e da União Soviética. Mas, dentro do Copwe, havia também uma tendência no sentido de evitar a cópia de modelos estrangeiros. Nos dois congressos posteriores da Comissão (em 80 e em 83), além do problema das estruturas, ficou claro também o problema das relações entre o partido e as organizações de massa dos sindicatos, camponeses, estudantes e mulheres. No caso da Etiópia, ao contrário da maioria dos demais países do Terceiro Mundo que escolheram a via socialista, o partido começou a ser criado depois das organizações de massa. Na África, na América Latina e na Ásia em geral, a luta revolucionária foi desenvolvida a partir de um partido que por sua vez moldou as organizações, seja antes ou depois da tomada do poder. No caso etíope, a realidade inverteu esse processo, fazendo com que a revolução fosse basicamente um processo vertical, de cima para baixo, e em circunstâncias também diferentes determinadas pela existência de estruturas sociais e econômicas feudais ou pré-capitalistas.

É nesse contexto que surge agora o Partido dos Trabalhadores, que inegavelmente é um avanço em relação às tentativas anteriores de organização política, mas ainda enfrenta os problemas de uma sociedade cujas estruturas ainda se encontram em transformação.

Ásia

ÍNDIA

O desafio dos sikhs

Os conflitos étnicos, regionais e religiosos colocam o governo de Indira Gandhi numa encruzilhada política e corroem a unidade da República indiana

Ash Narain Roy

A Índia está atravessando a mais grave crise dos seus 37 anos de acidentada história política. Segundo alguns observadores, o país está praticamente às vésperas de uma repetição do que aconteceu à Índia Unida de 1947, quando o Paquistão surgiu como nação independente. A situação crítica não é de hoje. Desde fins da década de 1950, o país vem sendo abalado por uma série de distúrbios étnicos, separatistas, regionais, linguísticos, além de lutas de castas. Mas um dos acontecimentos mais dramáticos e marcantes é relativamente recente: a ação levada a cabo pelo

exército no dia 6 de junho de 1984 no Templo Dourado de Amritsar.

Essa operação militar era parte de uma atividade mais ampla destinada a expulsar os combatentes de quase todos os locais religiosos, (inclusive do Templo Dourado, o mais sagrado templo dos *sikhs*) e resultou na morte de cerca de 600 pessoas de ambos os lados. O ataque ao complexo do Templo Dourado foi largamente denunciado no exterior e, naturalmente, pelos próprios *sikhs*, que chamaram a operação do exército de "massacre pior que os cometidos pelos

mongóis". Não obstante, a rápida reação do governo foi bem recebida por todos os partidos políticos, desde o *Bharatiya Janata Party*, da direita, até os partidos comunistas.

Perspectiva histórica

É necessário analisar a resistência dos *sikhs* em sua devida perspectiva histórica. Como surgiu esse movimento? Quem o controla? Quais as origens desses ressentimentos? Até que ponto os partidos indianos, do governo e da oposição, são responsáveis pela situação atual?

Os ingleses dividiram, conquistaram e, depois, tiveram de retirar-se, deixando para trás um rastro de destruição e as nuvens negras de uma tempestade que se formava. O surgimento do "comunitarismo" (distúrbios étnicos) foi, sem dúvida, uma das heranças da ideologia e da estratégia política da colonização britânica.

Os 15 milhões de *sikhs* encontravam-se concentrados principalmente no estado de Punjab, no noroeste da Índia. Foi o governo colonial britânico que exagerou o papel e a importância dos *sikhs* como "raça marcial". Por ocasião do histórico "motim dos *sepoys*", em 1857, o exército *sikh* ajudara os ingleses a pôr fim à revolta. Para premiar essa



Ativistas *sikhs* defendem o Templo Dourado antes da invasão

lealdade ao domínio britânico, o governo colonial concedera vários favores aos *sikhs*, especialmente recrutando um número desproporcional destes últimos para o serviço militar. Com o fim do regime colonial, os novos dirigentes passaram a abolir, aos poucos, os privilégios especiais dos *sikhs*. Contudo, ainda hoje eles constituem 17% de todo o exército indiano, sendo essa percentagem ainda maior entre os oficiais.

Na década de 1960, surgiram vários partidos políticos regionais que passaram a reivindicar maior autonomia provincial. Em alguns estados, esses partidos políticos, tendo chegado ao poder, viram-se num rumo de virtual colisão com o governo central. Um exemplo disso foi o surgimento da organização *Akali Dal*, no Punjab.

Graças à posição relativamente mais segura dos governos liderados pelo *Akali* durante a administração do Partido Janata a nível nacional (1977-1980), e ao controle mais efetivo que a liderança exercia sobre a organização, foi-lhe possível enfrentar com habilidade e prudência uma série de problemas internos. Porém, não teve força para conter os militantes mais extremistas, que em agosto de 1978 fundam uma organização da juventude *sikh* militante, chamada *Dal Khalsa*, comprometida com a criação de uma "nação *sikh* independente e soberana".

Apesar de diversas pressões conflitantes, a liderança do *Akali Dal* conseguiu adotar uma resolução moderada sobre uma futura autonomia estadual, que cuidava principalmente de um maior poder financeiro para os estados.

Frustrou-se assim o plano de Sant Bhindranwale, líder da facção extremista do partido, que pretendia mudar radicalmente a política da sua agremiação.

A situação após 1980

A situação mudou materialmente depois que o Partido do Congresso (I) de Indira Gandhi retornou ao poder em 1980. Com o agravamento dos conflitos internos e o surgimento de grupos dissidentes liderados por Talwandi e Sukhjinder Singh — que se engajaram em agitações de cunho extremista, no contexto das atividades violentas do grupo juvenil *Dal Khalsa*, inclusive em assassinatos políticos —, a maioria do *Akali Dal*, liderada por Sant Harchand Singh Longowal, foi persuadida a aderir também à nova linha. Mais tarde, Bhindranwale

O ASSALTO AO TEMPLO DOURADO

□ Em fins de setembro passado, o governo de Indira Gandhi decidiu retirar as tropas do exército que ocupavam, desde junho, o Templo Dourado de Amritsar. Considera-se que esse é o primeiro passo no sentido da devolução do templo às autoridades religiosas *sikhs*.

O governo tinha prometido retirar as tropas assim que as obras de restauração do templo, bastante danificado no assalto, ficassem concluídas.

O exército invadira o Templo Dourado — o santuário *sikh* na cidade de Amritsar — a 6 de junho passado, depois de alguns dias de cerco.

Segundo foi divulgado pela imprensa internacional, na ocasião morreram em combates corpo a corpo 800 militantes *sikhs* e 200 militares das forças de segurança indianas, embora o governo de Indira Gandhi apenas reconheça, oficialmente, a morte de 400 *sikhs* e 59 soldados. Os extremistas da minoria religiosa haviam se enclausurado no templo, uma verdadeira fortaleza construída há 400 anos.

Fontes militares informaram que Singh Longowal, líder do *Akali Dal* e G. S. Thora, chefe da

administração dos templos *sikhs*, se renderam às forças de segurança logo após a invasão. Longowal, moderado, é favorável a negociações não-violentas com o governo.

Jarnail Singh Bhindranwale, cuja liderança se sobrepusera nos últimos tempos à de Longowal, foi encontrado morto, após resistir com um grupo de 14 atiradores no Harmandir Sahib, o coração do santuário, onde está guardado o livro sagrado dos *sikhs*. Na que talvez tenha sido a sua última entrevista, Bhindranwale tinha declarado alguns dias antes: "Nós podemos ser mortos, mas um *sikh* nunca chora".

Duzentos peregrinos que estavam no templo e o deixaram no início do cerco policial disseram, segundo informou o rádio *All India*, que os ativistas *sikhs* planejavam explodir a capela principal para não permitir a captura do livro sagrado. Os soldados teriam recebido orientação de não entrar nessa capela para não ferir o sentimento religioso dessa minoria étnica que soma 1% da população indiana, mas que perfaz 52% da população do estado de Punjab.

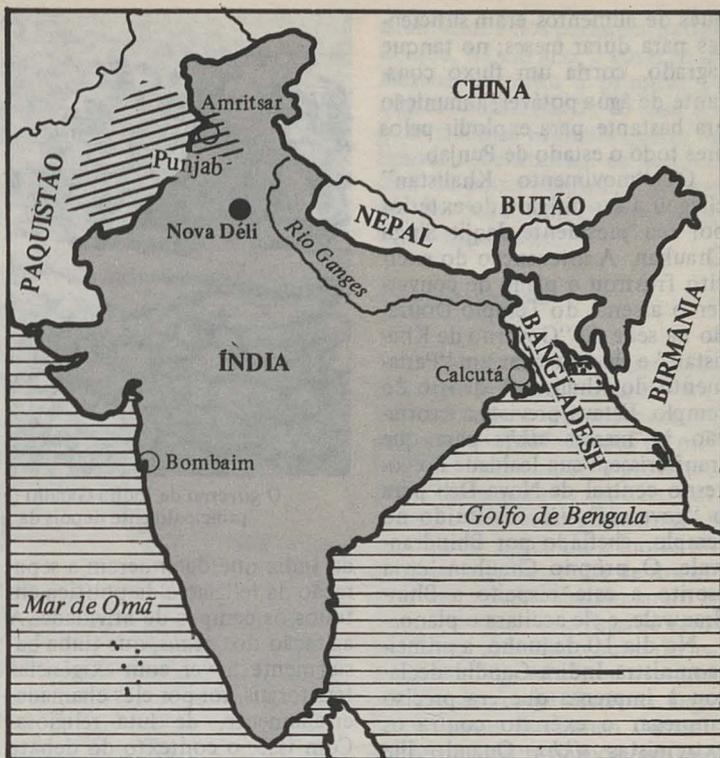
A perspectiva de revolta dos militares *sikhs* (10% do exército indiano) é agora um pesadelo cotidiano para Indira que, sob uma chuva de críticas pela controversa decisão do assalto ao templo de Amritsar, hesita na estratégia a adotar em caso de multiplicação dos focos isolados de rebelião armada.

pessoalmente assumiu a liderança dos grupos extremistas, pregando uma ideologia fundamentalista.

De início, as reivindicações dos *akalis* incluíam mais autonomia para o estado de Punjab; transferência de regiões dos *sikhs* que hoje pertencem ao estado de Haryana para o Punjab; desvio das águas dos rios Ravi e Beas (que hoje banham os estados de Haryana e Rajasthan) para o Punjab; e a concessão ao *sikhismo* do status de religião à parte nos termos do Artigo 25 da Constituição Indiana.¹ Mais tarde porém, pregava-se a formação de um estado à parte, o *Khalistan*.

O governo foi, aos poucos, concedendo algumas dessas exigências, embora se recusasse a aceitar reivindicações separatistas. Para fazer valer suas exigências, os agitadores passaram a fazer um uso cada vez mais indiscriminado da violência ceifando vidas inocentes. Um dos exemplos mais trágicos ocorreu há cerca de um ano, quando *sikhs* armados retiraram passageiros de um ônibus, enfileiraram-nos e mataram-nos.

Gradualmente, a agitação dos *sikhs* assumiu caráter étnico. Extremistas *sikhs* selecionavam proeminentes líderes da maioria hindu como alvos dos seus ataques. Os hindus reagiram. Criou-se assim um antagonismo mútuo. O fundamentalismo equivocado dos extremistas *sikhs* e a reação patológica dos hindus levaram o Punjab a ser cenário de violência diária e quase indiscriminada. Como disse um prestigioso semanário de Bombaim, *The Illustrated Weekly of India*: "Em lugar do fantasma de um Paquistão muçulmano, os hindus vêem agora o fantasma de um Khalistan



Os *sikhs* se concentram no estado de Punjab, mas também se estendem à região limítrofe com o Paquistão e pretendem criar nessa área um Estado independente, o *Khalistan*

sikh e os *sikhs* por sua vez, temem um Indústão centralizado, em contraposição a uma Índia secular e federal".

Em começos de 1984, os ativistas *sikhs* mudaram de tática: abandonaram a violência pela violência para dedicarem-se ao assassinato de cidadãos proeminentes. O presidente do comitê administrativo do *Gurudwara Sikh* de Délhi, Harbans Singh Manchanda, bem como um renomado líder da oposição, Harbans Lal Khanna, foram mortos a bala pelos extremistas. E a violência continuou, de um lado e de outro.

O ataque do exército

Quando o exército foi chamado a intervir no dia 3 de junho, as coisas tinham chegado a um ponto crítico. Para muitos observadores, já não se tratava de pro-

teger certas pessoas, e sim de salvar o próprio Estado. A violência dos *sikhs* questionava a República Indiana e também a própria democracia, o secularismo e o império da lei. Porém, as circunstâncias em que se deu a intervenção — e a anterior reação política do governo — foram trágicas. Os *akalis* se propunham a impedir a saída de cereais do estado, obstruir o abastecimento de água do canal e interromper a transmissão de energia elétrica do estado de Punjab para outras regiões da Índia.

Os *sikhs* tinham armazenado enormes arsenais de armas, morteiros, metralhadoras e lançafoguetes LPG alemães (que, mais tarde, foram apreendidos pelo exército). Em tudo aquilo muitos viram a influência estrangeira.

Dentro do templo, os esto-

terceiro mundo - 59

¹Atualmente esse artigo da Constituição indiana define a religião *sikh* como parte do hinduísmo, o que não é aceito pelos seus seguidores.

ques de alimentos eram suficientes para durar meses; no tanque sagrado, corria um fluxo constante de água potável; a munição era bastante para explodir pelos ares todo o estado de Punjab.

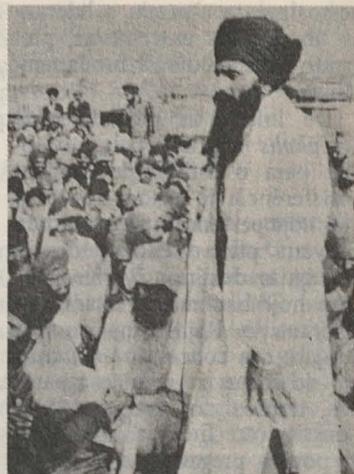
O "movimento Khalistan" chegou a ser dirigido do exterior por seu presidente Jajjit Singh Chauhan. A intervenção do exército frustrou o plano de converter o arsenal do Templo Dourado na sede do "Governo de Khalistan" e de convocar um "Parlamento do Khalistan" dentro do templo. Estava prevista a exortação às massas *sikhs* para que transferissem sua lealdade do governo central de Nova Délhi para o "governo" *sikh* instituído no templo, chefiado por Bhindranwale. O próprio Chauhan havia escrito a este respeito a Bhindranwale, e ele aceitara o plano.

No dia 10 de junho, a primeira-ministra Indira Gandhi declarou à imprensa que era preciso empregar o exército contra os extremistas *sikhs*. Quando lhe indagaram se acreditava no envolvimento de forças estrangeiras, ela respondeu: "Havia um plano de causar distúrbios na Índia. É muito difícil afirmar tal coisa, pois não se pode provar, mas é possível". E acrescentou que "elementos de fora" estavam explorando e tirando proveito de insatisfações internas da Índia.

Violência comunal e reação do governo

Mal o Punjab tinha retornado à vida normal, explodiram em Bombaim os distúrbios entre hindus e muçulmanos, reminiscências do espectro da violência religiosa da Índia. Pouco depois, casos de agitação étnica ocorreram também em Gujarat.

Para muitos observadores e diplomatas estrangeiros, estes incidentes deveriam levar ao exame mais detido da noção de secularismo. Mais uma vez ficam claras as idéias dos fundadores



O governo de Indira Gandhi (esq.) encontra sérias dificuldades, principalmente depois da morte de Bhindranwale (dir.)

da Índia que defenderam a separação da religião e da política em todos os campos de atividade. A agitação dos *akalis*, que tinha basicamente a ver com exigências territoriais, foi por eles chamada, erradamente, de luta religiosa. Com isso, o contexto do debate deixou de ser uma questão do Punjab para ser uma questão *sikh*, e uma reivindicação política passou a ser uma reivindicação étnica e comunitária.

Avaliação e perspectivas

As rivalidades étnicas, religiosas e o regionalismo conseguiram arraigar-se seriamente na comunidade política indiana. Nem o governo central, nem os governos estaduais e tampouco os partidos políticos, especialmente o Congresso (I) de Indira Gandhi, atualmente no poder, procuraram combatê-los cientificamente. Ao contrário, permitiram e, às vezes, estimularam a intrusão da religião na política. Para auferir vantagens eleitorais, o partido da situação fez alianças com partidos comunitários; exemplos disso foram as alianças com a Liga Muçulmana em Kerala e com os *akalis* no Punjab. Até mesmo o fenômeno Bhindranwale foi produto de condescendência políti-

ca. As recentes moções da sra. Gandhi, destinadas a destituir os governos legítimos e democraticamente eleitos dos estados de Sikkim, Kashmir e Andhra Pradesh, também contribuíram para debilitar a imagem democrática da Índia.

Quanto tempo resistirá a frágil unidade desse gigante da Ásia? Pode haver uma base legítima para um governo indiano altamente descentralizado? Será Indira Gandhi capaz de engendrar mecanismos que satisfaçam as esperanças e aspirações dos grupos descontentes? A situação atualmente reinante na Índia parece indicar que a resposta é "não". Contudo, não se deve esquecer que, a despeito de vários fatores negativos, a Índia é um dos poucos países da Ásia que vem mantendo instituições democráticas — e obviamente não ocorreu lá o colapso previsto pelos profetas britânicos do Apocalipse. Embora uma Índia independente pudesse ter preservado os instrumentos autoritários do domínio britânico, a imprensa e o Poder Judiciário permaneceram livres e independentes. E a política tradicional interage com a política moderna — e isto dá vida, significado e a devida identidade à democracia indiana.

As areias movediças da dívida externa

As difíceis negociações com o FMI e às pressões populares para que Marcos se demita criam uma situação crítica no seio do regime

Antonio Maria Nieva

Enquanto o presidente Ferdinando Marcos combate manifestantes nas ruas e a guerrilha nas montanhas, seu governo de 19 anos afunda nas areias movediças de uma crescente dívida externa. Esse endividamento, que já sobe a 25,6 bilhões de dólares, se soma a uma inflação que foi de 42% durante o primeiro semestre deste ano e calcula-se que 20% da força de trabalho de 20 milhões e 500 mil trabalhadores não têm emprego. Outras 300 mil pessoas ficarão desempregadas este ano, a menos que a economia experimente uma "melhora milagrosa", segundo advertiu recentemente o Ministério do Trabalho.

Os preços dos artigos de consumo e dos serviços aumentaram consideravelmente e, segundo o *Philippine Signs*, jornal da igreja católica, 28% dos 52 milhões de habitantes da nação vivem abaixo do nível de pobreza. Por outro lado, o índice de criminalidade mostrou um aumento alarmante de 12% no primeiro trimestre deste ano.

As conversações (que já duram um ano) com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter um crédito *stand by* de 650 milhões de dólares tornaram a estancar devido à crescente taxa de inflação e ao complicado

sistema de taxas de câmbio que inclui três cotações oficiais do dólar. Os 400 bancos credores, encabeçados pelo *Manufacturers Hannover Trust*, condicionam a entrega de um crédito de 3,3 bilhões de dólares, solicitado pelo governo, à assinatura de um convênio com o FMI.

Contudo, a metade dessa soma, ou seja, 1,65 bilhão de dólares, retornará novamente aos bancos para cobrir os atrasos

acumulados nos pagamentos desde que, há um ano, o governo de Marcos decretou a primeira de quatro moratórias de 90 dias. Alguns analistas estimam que as Filipinas necessitariam de um crédito de cinco bilhões de dólares em vez dos 3,3 bilhões que estão sendo negociados.

Fuga de capitais

O assassinato do dirigente de oposição Benigno Aquino, ocorrido em agosto do ano passado, precipitou manifestações de protesto em todo o país e provocou uma fuga maciça de capitais. Calcula-se que, nos primeiros 18 dias que se seguiram à morte do senador Aquino, cerca de um bilhão de dólares abandonaram o país. Contudo, essa fuga de capitais havia se iniciado antes do assassinato, segundo um relatório recente do jornal *Business Day*. Documentos do Banco Central, citados pelo jornal, mostram que quando o banco informou, em meados de agosto de 1983, que as reservas externas alcançavam 1,5 bilhão em finais de julho,



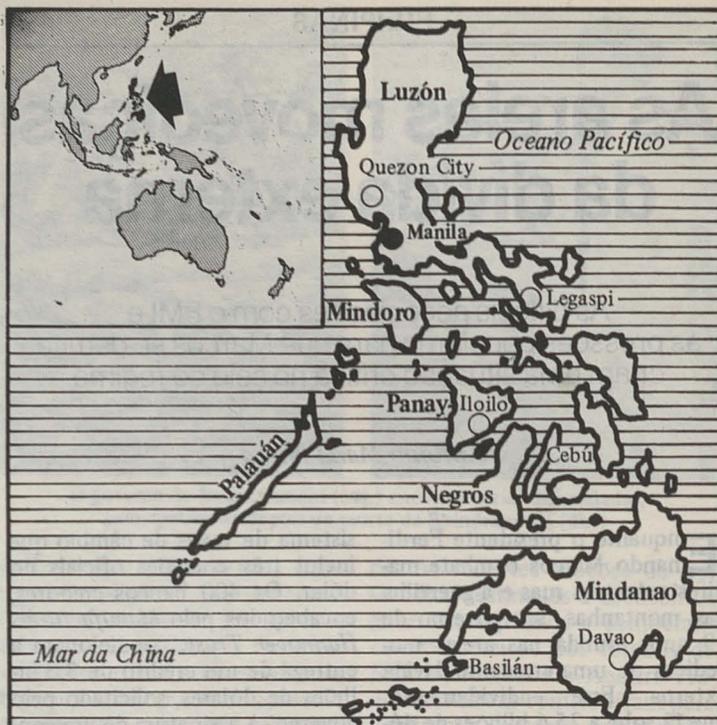
28% dos 52 milhões de filipinos vivem abaixo do nível de pobreza

na realidade já eram de apenas 988 milhões.

As relações entre o FMI e as Filipinas enfrentaram dificuldades desde então, quando a instituição financeira com sede em Washington inteirou-se de que o Banco Central havia aumentado ficticiamente o montante das reservas externas em mais de 600 milhões de dólares.

O Fundo exige que o governo de Marcos reduza o excesso de liquidez, reduza o déficit orçamentário e adote uma taxa de câmbio que "estimule o mercado", o que na realidade significa uma desvalorização. O peso filipino foi desvalorizado duas vezes no ano passado, num total de 85% e em 41,43% este ano. Embora existam três taxas oficiais de câmbio (19,8, 18 e 16,30, dependendo do tipo de compra que se faça), no mercado negro a cotação é de 22 pesos por dólar.

As recomendações do FMI significam maiores preços para os artigos de consumo e mais impostos, além de menos empregos e



Das sete mil ilhas que compõem o arquipélago (300.000km²) 11 abrangem 94% da área total e concentram a maior parte da população. A história da colonização espanhola das ilhas é semelhante à da América Latina

O FUTURO DE FERDINANDO MARCOS PREOCUPA ESTADOS UNIDOS

□ O jornal *The Washington Post* completou uma série de seis artigos de primeira página sobre as Filipinas no último mês de agosto, enquanto as informações referentes ao avanço da investigação governamental nesse país sobre o assassinato de Aquino são publicadas com regularidade por praticamente todos os jornais norte-americanos.

Mas a preocupação dos Estados Unidos com esse país asiático não é apenas política. A administração norte-americana manifesta especial inquietação pela situação econômica das Filipinas, que se agravou nos últimos dois anos. Negociações entre o governo de Manila e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em torno de um crédito de 650 milhões de dólares, estancaram em consequência da insatisfação manifestada pela instituição creditícia a respeito da gestão econômica do regime encabeçado por Ferdinando Mar-

cos. Por outro lado, Reagan expressou a sua preocupação ante o sensível crescimento do Novo Exército do Povo (NPA), que triplicou o número de seus militantes a partir dos aproximadamente 10 mil integrantes com que contava quatro anos atrás.

Segundo a ótica norte-americana, a guerrilha opositora — ativa desde 1968 — não coloca nenhuma ameaça imediata para o governo de Marcos. No entanto, o crescimento da mesma, em particular nas ilhas economicamente mais importantes, tem gerado uma nova pressão ao já assediado tesouro filipino. Os guerrilheiros estão obrigando, por outro lado, o governo de Marcos a depender cada vez mais de um exército que, na melhor das hipóteses, é antipopular e, na pior, brutal. Em geral, a opinião pública considera que altos oficiais do exército filipino são os responsáveis pelo assassinato de Benigno Aquino em agosto de 1983. A maioria dos filipinos está convencida de que o assassino integrava a escolta militar do dirigente de oposição.

Marcos recorreu a diversas manobras para manter-se no poder depois do assassinato, que

potencialmente maior descontentamento social, sustentam, por sua vez, economistas da oposição.

Para reduzir a oferta monetária, o governo recorreu a medidas fiscais estritas.

As pressões populares

Em junho último, o presidente Marcos anunciou um aumento de 30% nos impostos sobre os lucros fruto de exportações, 10% sobre o valor agregado de matérias-primas, um aumento de 32,6% para os produtos derivados do petróleo e um imposto de 10% sobre a compra de dólares. Além disso, recursos do governo são utilizados de forma crescente para combater a insurgência cada vez maior do Novo Exército do Povo e da Frente Moura de Libertação Nacional, uma força separatista (ver cadernos do terceiro mundo nºs 39 e 60).

Assim, a única opção do governo para reduzir seus gastos será a de cortar os serviços sociais e os fundos para projetos de desen-



O combate à guerrilha desvia grandes quantidades de recursos

volvimento. Isto, por sua vez, poderia fortalecer as já fortes pressões da oposição no sentido de que Marcos se demita. Cerca de 700 mil filipinos fizeram essa reivindicação no último dia 21

de agosto, quando se comemorou o primeiro aniversário do assassinato de Benigno Aquino.

Além da indignação pelo assassinato do líder popular e pela negativa do presidente Marcos em pôr fim ao sistema de exceção que lhe permite governar por decreto, muitos políticos da oposição estão descontentes pelo que consideram um mau manejo da economia por parte do governo. Aparentemente alguns empresários também compartilham esse ponto de vista mas crêem que o avanço da oposição nas eleições legislativas de maio tampouco poderá contribuir para mudar a política oficial.

Um importante industrial e banqueiro, um dos homens mais ricos do país, declarou recentemente: "A assembléia? Eles estão agindo como bobos, não se pode confiar nos políticos e além do mais, Marcos tem todas as cartas". Com efeito, no famoso distrito financeiro de Makati, na capital, houve recentemente inúmeras manifestações anti-governamentais. ●

obrigou, por outro lado, Reagan a cancelar naquele momento sua projetada viagem a Manila.

A divergência em torno de duas opções

Os interesses do governo de Reagan nas Filipinas são claros. Homens de negócios norte-americanos contam com importantes investimentos nessa nação asiática. E as bases norte-americanas Clark (da força aérea) e Subic (da marinha) constituem duas das mais importantes instalações militares que formam o arco que vai desde a Coreia do Sul, na Ásia oriental norte, até Diego García, no oceano Índico.

A convulsionada situação interna das Filipinas preocupa portanto o *establishment* norte-americano, que se encontra dividido entre duas opções. Alguns consideram que a administração republicana tem que trabalhar com Marcos e não ser vista como se estivesse retirando seu apoio a esse governo. Temem que o regime entre em crise.

Essa estratégia requer que o governo de Reagan induza o de Marcos a introduzir certas reformas políticas e econômicas. Esses setores têm a

esperança de que seja possível conseguir uma transição estável em um período posterior a Marcos.

Contudo nem todos pensam assim. Há importantes políticos norte-americanos que consideram que essa estratégia permite ao governante filipino controlar o ritmo das reformas. Temem que não sendo suficientemente rápidas, o descontentamento gere uma rebelião crescente contra o regime.

Esse grupo considera que é necessário pressionar Marcos e inclusive usar certas ameaças no caso de determinadas reformas não serem aplicadas.

Eles lembram que houve indícios de que Aquino regressou às Filipinas para persuadir Marcos a iniciar uma transição pacífica e democrática para um governo sucessor, no qual ambos os rivais conseguissem trabalhar em conjunto.

Passado um ano do assassinato e diante da impossibilidade de improvisar um novo líder que possa ocupar o lugar de Aquino, muitos observadores temem que já seja tarde para uma saída negociada desse tipo. (Jim Lobe)



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda • Tel: 73671 / 2 / 3 CP. 342
Telegr. "IN CAFE" LUANDA

A hora da ação

Os países do Terceiro Mundo devem acelerar a curto prazo os esforços para reduzir a brecha entre ricos e pobres no campo do fluxo de informações antes que seja tarde demais

J.M. Pasquini Durán

A chamada "sociedade pós-industrial", onde a atividade predominante não é a produção industrial mas o processamento da informação, parece ser, para alguns autores, a consequência direta da "revolução da microeletrônica".

Segundo Herbert Schiller (1982), o espetacular crescimento das novas tecnologias de comunicação facilita e possibilita as operações das corporações transnacionais.

Há duas razões, para esse professor norte-americano, que jus-

tificam essa afirmação: 1) a reorganização da infra-estrutura produtiva, pela rápida introdução de tecnologia de automação e 2) o aumento da produtividade nos países desenvolvidos, pela mesma razão, que está anulando a vantagem comparativa dos baixos custos de mão-de-obra dos países em desenvolvimento.

Em consequência, a brecha entre o Norte e o Sul não só aumenta mas resulta em desvantagem para os mais frágeis. Ao desequilíbrio econômico — sensi-

velmente agravado pelo déficit dos Estados Unidos, que colocou a América Latina como exportadora de capitais que vão financiar esse déficit — se soma a brecha entre a informação disponível e a possibilidade de ter acesso a ela. Dessa forma, as possibilidades de progresso e equidade na ordem econômica internacional ficam comprometidas e aumenta a injustiça imperante.

O desenvolvimento — diz Raquel Salinas (1983) —, entendido como uma utilização eficaz dos recursos disponíveis, depende em grande parte da importação de bens de capital e de informação científica.

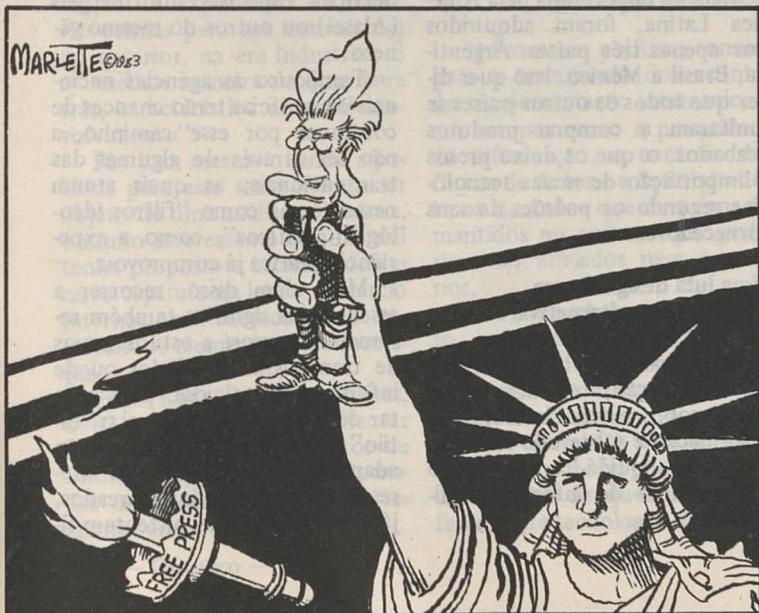
O volume de comércio entre o Norte e o Sul chegou a 500 trilhões ao ano, mas a dívida decorrente desse comércio é de 300 trilhões de dólares anuais, que os países em desenvolvimento devem aos bancos comerciais do mundo industrializado.

Em sua recente mensagem à 39ª Assembléia Geral da ONU, o presidente argentino Raúl Alfonsín denunciou que a América Latina está destinando 3% do seu produto global para financiar o déficit dos países industrializados, através da dívida externa.

O Centro das Nações Unidas sobre as Corporações Transnacionais afirma que, se um país carece de dados sobre si próprio e sobre a situação internacional em que se encontra (por causa de uma capacidade muito limitada para recolher dados, ter acesso a eles ou processá-los), pode-se dizer que ele não tem condições de decidir seu próprio futuro. Quando se olham as coisas a partir desse ângulo, acrescenta, não é surpreendente que algumas pessoas ampliem o conceito de soberania para incluir a "soberania da informação".

Os países do Terceiro Mundo que estão tentando uma nova forma de ação política frente aos setores financeiros e militares transnacionais, precisam de um

terceiro mundo - 65



processo de tomada de decisões cada vez mais inter-setorial. Porém, uma pesquisa sobre a introdução da televisão a cor nos países andinos (Salinas, 1983), mostrou que nos momentos cruciais das negociações, as únicas que tinham ampla informação sobre os mercados e sobre as fases de decisão na sub-região eram as transnacionais e as embaixadas dos países industrializados interessados em vender essa tecnologia.

Nestes dias em que se fala tanto do assunto da dívida externa, valeria a pena se questionar sobre qual é a capacidade real de negociação de nossos países frente a esses credores, como os bancos norte-americanos e os órgãos financeiros transnacionais.

Mesmo supondo que o governo do país devedor tenha vocação política para defender a soberania e o interesse nacionais, ele terá sérias dificuldades para competir com a capacidade de seus credores na compra-venda e processamento de informação adequada, primeiro passo para a tomada de decisões e o encaminhamento das negociações.

Um alto funcionário do *Chase Manhattan Bank* comentava, já em 1978, que "nós sabemos mais sobre a economia do Brasil do que o seu próprio governo" (Hammleink, 1983).

O mesmo autor afirma que um grande banco internacional gasta, em média, 18,5 milhões de dólares anuais em equipamentos de telecomunicações e serviços informativos e que produz cerca de 50 mil mensagens internacionais diárias (transferências de fundos, letras de crédito, câmbio de divisas, mensagens administrativas e intercâmbios, como perguntas, conselhos financeiros etc.).

O *Citibank* gasta cerca de 40 milhões de dólares em suas operações de telecomunicações internacionais, através das quais conecta suas filiais em cerca de 100 países. Em 1980, o *Bank of America* gastou 70 milhões de

dólares em telecomunicações, 25 dos quais correspondentes à utilização de equipamentos e serviços de telecomunicação internacional.

Nenhum país da América Latina investe mais de 1% do orçamento estatal em políticas de comunicação social, do qual a maior parte é dedicada à propaganda das atividades governamentais.

Tampouco existem políticas sobre transferência de tecnologia e uso racionalizado das mesmas, em particular das novas tecnologias de comunicação.

No âmbito do comércio de bens eletrônicos, um grupo de consultores da Cepal e da Unido (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) advertiu que em quatro anos (1974 a 1978), a importação de produtos eletrônicos da América Latina aumentou de 1,391 bilhão de dólares para 2,172 bilhões, o que significa um crescimento nesse período de 52,5%.

Além do fato de esse item pesar de forma negativa na balança comercial (o déficit é equivalente a 69% do comércio total), o mesmo relatório acrescenta que 92% dos circuitos integrados — componente básico da nova tecnologia —, importados pela América Latina, foram adquiridos por apenas três países: Argentina, Brasil e México. Isso quer dizer que todos os outros países se limitaram a comprar produtos acabados, o que os deixa presos à importação de novas tecnologias segundo os padrões de seus fornecedores.

Uma luta desigual para a informação alternativa

Esse tipo de política, na área da informação, terá um efeito direto sobre a livre circulação de informação e sobretudo limitará, até quase liquidá-lo, o mercado de consumo de informação alternativa.

As empresas jornalísticas latino-americanas, em geral, importam equipamentos automatizados de edição, fabricados de acordo com as necessidades e estilos do mercado da Europa e dos Estados Unidos. Nesses equipamentos, os acessos à memória do *computer* são limitados, com não mais de quatro para a informação internacional. Isso ocorre porque tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, os jornais não costumam contratar mais do que uma ou duas agências noticiosas internacionais. Nas capitais latino-americanas, em compensação, é comum que as páginas internacionais utilizem mais de seis agências e, em alguns casos, o número se eleva a duas dúzias, tal é a quantidade de serviços oferecidos num regime de competição muito mais pluralista que nos países centrais.

Porém, se o computador-editor só pode estar ligado a quatro linhas de teletipo, é obvio que os editores, e inclusive os jornalistas, preferiram contratar as maiores agências transnacionais (UPI, AP, *Reuters* ou *France Presse*) do que serviços alternativos, como o *pool* de agências dos não-alinhados, a Ação de Sistemas Informativos Nacionais (Asin), a Agência Latino-Americana de Serviços Especiais Informativos (Alasei) ou outros do mesmo gênero.

Tampouco as agências nacionais de notícias terão chances de continuar por esse caminho, a não ser através de algumas das transnacionais, as quais atuam nesses casos como "filtros ideológico-políticos", como a experiência prática já comprovou.

Mas, além disso, recorrer a esses meios significa também renunciar *a priori* a estilos novos de transmissão de dados ou de informação noticiosa, para adotar de maneira irreversível o "estilo" dessas agências. E elas estão adaptadas, por sua vez, ao interesse de seus próprios mercados, já que são eles que sustentam fi-

nanceiramente essas agências.

Dessa forma, ficam questionados conceitos tais como soberania, integração e, também, identidade cultural, transformando-os em retórica sem objetivo prático e, além do mais, em mau negócio.

Como resultado de tudo isso, a nova tecnologia de comunicação aparece afetando uma combinação de fatores como a capacidade de auto-determinação do poder político, o nível de dependência econômica e o perfil cultural nacional.

Isso é válido também até para os países industrializados. Na época de Charles De Gaulle, os pesquisadores franceses Nora e Minc divulgaram um relatório que causou alvoroço, já que demonstravam que a dependência da orgulhosa França em relação aos bancos de dados norte-americanos era quase absoluta. "Encarregar outros — disseram — isto é, os bancos de dados norte-americanos, pela tarefa de organizar essa 'memória coletiva', se contentando em usá-la, equivale a aceitar uma alienação cultural".

Para o Centro das Nações Unidas sobre as Corporações Transnacionais, a exportação de dados para processamento no exterior equivale, na era da informação, à exportação de matérias-primas para sua manufatura no exterior, na era industrial. É a "melhor maneira de ficar para trás, característica do subdesenvolvimento".

Por isso, mesmo quando a política para esse setor mereça ser objeto de uma análise cuidadosa, é muito interessante que o Brasil tenha proposto a inclusão de um novo capítulo na lei do comércio internacional, dedicado ao comércio de elementos de informação.

Juan Rada (cit. por Salinas, 1983) sugere que, para enfrentar as atuais mudanças do setor de informação, deveriam ser tomadas iniciativas conjuntas nas seguintes áreas:

1) Desenvolver a capacidade de avaliação e pesquisa científica e tecnológica em todos os campos que têm uma maior probabilidade de afetar os países em desenvolvimento e a divisão internacional do trabalho.

2) Desenvolver uma política de informação unificada, que deveria incluir as comunicações, o fluxo de dados por cima das fronteiras, utilização de satélites, bancos e fontes de dados, redes de informações econômicas, transferência de tecnologia etc, tudo isso apoiado na rede de instituições encarregadas da avaliação tecnológica mencionada no item 1.



Aspecto da sala de redação do *Wall Street Journal*: novas tecnologias para uma "soberania da informação"

3) Promover políticas comuns para o tratamento dos acordos de regulamentação internacional em campos como a privacidade da informação, o controle dos fluxos de dados e a definição dos tipos de dados que deveriam ser mantidos no país ou que poderiam ser enviados para o exterior.

4) Tentar obter um tratamento preferencial no acesso aos bancos e fontes de dados, como uma forma de atenuar a crescente brecha informativa entre o Norte e o Sul. O livre acesso a esses recursos deveria ser parte dos acordos de ajuda e de transferência de tecnologia.

O "Tips"

A propósito destas recomendações, a agência *Inter Press Service* (IPS) assinou, a 12 de setembro de 1984, um contrato com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) destinado a desenvolver um sistema piloto de informação tecnológica, denominado *Tips*.

A assinatura desse acordo acontece quase seis anos depois que a idéia de um intercâmbio informativo especializado Sul-Sul foi aprovada pela Conferência Mundial de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento.

O *Tips* enviará informações sobre energia e tecnologias in-

dustriais a seus assinantes e usuários em dez países, durante um projeto piloto de três anos.

A avaliação do projeto piloto determinará a sua continuidade ou não no futuro, abrangendo cada vez mais países do Terceiro Mundo.

A experiência mostra que iniciativas dessa ordem são válidas e entusiasmantes, mas sua eficácia depende em última instância do fôlego que cada país tiver para aceitar o desafio.

Do contrário, como acontece em alguns casos, as experiências são implementadas mas ficam restritas ao âmbito de especialistas e não passam para o nível das

decisões do poder político nem das forças sociais dinâmicas da sociedade.

O projeto do *Tips* foi precedido por alguns antecedentes abertos por bancos e redes de dados que procuraram reduzir a brecha informativa entre o Norte e o Sul. Entre eles, podemos citar o *Devisis*, do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento do Canadá, o Sistema de Informação e Documentação Panafricano (Padis), o Banco de Dados para o projeto da União (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), Unisist (da Unesco) e Agris (da FAO). Na América Latina, existe o Sistema Andino de Informação Tecnológica (Sait), um Sistema Regional de Infor-

mação para o Planejamento (Infoplan), a cargo da Clades e Ilpes na Cepal, Agrinter para a informação agrícola, Infopesca para a comercialização dos produtos pesqueiros, a Rede Regional de Informação Tecnológica (Ritla, um projeto do Sela) e, na área noticiosa, os já citados Asin e Alasei.

Embora seja importante, a simples acumulação de recursos e estabelecimento de infra-estruturas não é suficiente se não se desenvolver a consciência nacional. Na América Latina, existem mais de uma centena de entidades dedicadas a promover a integração e os resultados são mais do que escassos. O presidente Raúl Alfonsín, falando sobre o "Consenso de Cartagena" (ver

matéria nesta edição) disse que na América Latina, na verdade, a "integração não está avançando, a cooperação é esporádica e a unidade, circunstancial".

Por isso, é imprescindível que a questão passe a fazer parte do repertório de idéias e debates dos partidos políticos, dos sindicatos, dos centros estudantis, das academias e organizações de profissionais, do governo e da oposição.

Enquanto a sociedade persistir na atitude de aplaudir maravilhada ou rejeitar maniqueisticamente a nova tecnologia, esta continuará se instalando em nossos países, sob o controle das corporações transnacionais, até que o mal seja quase irreparável. Chegou o momento de agir. ●

SOCIALISMO DEMOCRACIA

JULSET-84 3

Ponto de Partida - Cartas dos Leitores

A Comuna de Paris - Daniel Fresno

Os últimos anos de Bukhárin - João de Penha

Por uma democracia socialista - Jacob Bazarian

Habitação: uma questão escamoteada - Ricardo Stumpf Alves de Souza

O trotskismo no Brasil - João Machado Borges Neto

Manipulação ideológica da ciência - João Zanetic

Ideologia e psicanálise - Bernard Muldworf

O balanço - Jean Ferrat

Entrevista com Ulysses Guimarães

Cinema independente no Brasil - Renato Tapajós



EDITORA ALFA-OMEGA

você se interessa pelo futuro político do Brasil?

leia a nova revista
SOCIALISMO & DEMOCRACIA

Solicito o envio de exemplar da Revista *Socialismo e Democracia* 3 ao preço de Cr\$ 3.900,00
 via Reembolso Postal (Inclui despesa postal) pagamento com cheque visado (Isento de despesa postal) pagamento com vale postal (Isento de despesa postal)

Nome

Endereço

CEP Cidade Estado

Solicito o envio automático de *Socialismo e Democracia* 4

Solicito envio grátis de catálogo completo da Editora



Editora Alfa-Omega - 05413 - Rua Lisboa, 500 (011) 852-6400 São Paulo - SP

Comunicação

A "Voz da América" e a guerra radiofônica

A emissora do governo norte-americano viola a lei da Costa Rica e prepara a instalação de uma poderosa retransmissora cujas antenas estão dirigidas para a Nicarágua

Gregorio Selser

A informação do *Washington Post* acerca da instalação na Costa Rica de uma estação repetidora da Voz dos Estados Unidos da América (que em inglês tem a denominação de "Voice of America = VOA") provocou uma furiosa reação do presidente Luis Alberto Monge, que considerou que a notícia continha inexactidões.

O *Post* forneceu, com efeito, cifras e dados que seriam muito diferentes dos estimados como verdadeiros pelo governo da Costa Rica, dentre estas, o do custo do investimento previsto pela VOA. O *Post* acrescentou que a implantação da emissora repetidora faz parte de um projeto de ampliação da rede de propaganda ideológico-política da VOA na América Central e no Caribe, e que se complementar, no momento, com a instalação de uma potente repetidora em Porto Rico — a um custo previsto de 150 milhões de dólares — e outra em San Lorenzo, Honduras, junto ao golfo de Fonseca, lugar em que engenheiros militares dos Estados Unidos construíram um aeródromo para aviões a jato, supostamente dentro do projeto de manobras militares conjuntas hondurenho-norte-americanas *Ahuas Tara II* e *Granadero I*.

De acordo com a informação do influente matutino de Washington, esse projeto de "ofensiva propagandística para a América Central" foi adotado em 1983 pelo Conselho de Segurança Nacional, organismo diretamente ligado à Casa Branca, e as negociações para tal fim se realizaram dentro do mais estrito sigilo. O jornal observou também que o contrato realizado entre a embaixada dos Estados Unidos na Costa Rica e uma empresa de fachada, expressamente criada para este fim a conselho do presidente Monge, a Associação

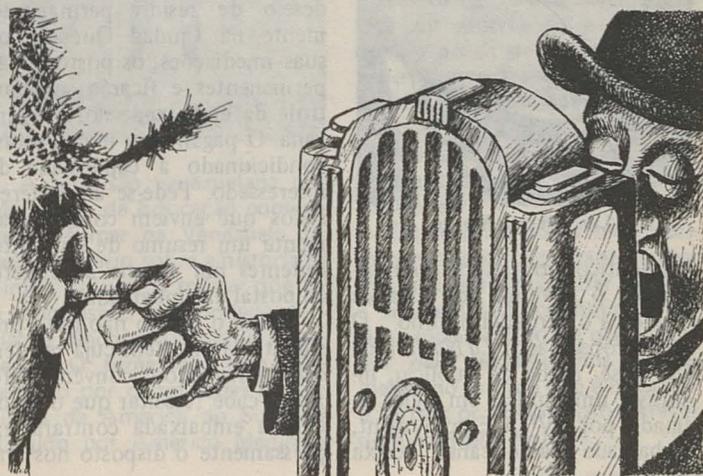
Costarriquenha para a Informação e a Cultura (Acic), foi firmado "com violação das leis costarriquenhas, que proíbem o estabelecimento de emissoras cujos donos sejam estrangeiros" (Lei 6620).

A Acic foi formada em 13 de dezembro de 1983 no escritório do advogado Gonzalo Facio Segreda, ex-ministro de Relações Exteriores da Costa Rica e uma das figuras que mais se distinguem na campanha que pede aos Estados Unidos a intervenção militar direta, inclusive uma "intervenção cirúrgica tipo Granada", na Nicarágua. Facio é, além disso, o mais conhecido assessor das principais empresas transnacionais, entre elas as de bananas. Na Acic figuram representantes de quase todos os meios informativos da Costa Rica, empresários e políticos de direita, assim como funcionários da Coalizão Costarriquenha de Iniciativas para o Desenvolvimento (Cinde), outra entidade pró-norte-americana que funciona em San José com apoio de capitais norte-americanos.

Anúncio em inglês

Segundo o *Semanário Universidad*, "embora a Acic pareça servir como fachada para ocultar

Jorge Arbach



VOICE OF AMERICA EMPLOYMENT OPPORTUNITIES

The Voice of America is seeking Costa Rican National technical personnel to operate and maintain new permanent radio station facilities in Ciudad Quesada, C.R. Qualified applicants will possess:

- * Spanish/English bilingual skills.
 - * Education and practical experience in the field of electronics.
 - * Willingness to relocate permanently to Ciudad Quesada.
- Jobs are permanent American Embassy position. Starting salaries will depend upon qualifications. Prospective applicants are invited to mail their resumes in confidence to the following address:

**VOA Employment,
Embaixada Americana
Apartado 10053
San José.**

Reprodução facsimilar do anúncio publicado no jornal *La Nación* de San José, Costa Rica, a 10 de setembro de 1984 (pág. 14-B), no qual a embaixada dos Estados Unidos oferece empregos na estação repetidora da "Voz da América" (VOA) de Washington



Luis Alberto Monge

o autêntico proprietário do transmissor, o governo dos Estados Unidos é o verdadeiro dono". O jornal conservador *La Nación*, de San José, acaba de publicar, inclusive, um anúncio em inglês assinado por "VOA Employment, embaixada americana, caixa

postal 10053, San José", no qual se solicita "pessoal técnico de nacionalidade costarricense para operar e manter as instalações de uma nova estação de rádio permanente na Ciudad Quesada" — um lugar frequentemente citado na imprensa como centro de concentração hospitalar dos "contras" e mercenários feridos nos combates que grupos da Arde travavam contra forças governamentais da Nicarágua na zona fronteira.

O anúncio especifica que os interessados deverão possuir "domínio de inglês e do espanhol, conhecimento e experiência prática no campo da eletrônica e desejo de residir permanentemente na Ciudad Quesada ou suas imediações; os postos serão permanentes e ficarão sob controle da embaixada norte-americana. O pagamento inicial estará condicionado à capacidade do interessado. Pedese aos interessados que enviem confidencialmente um resumo de seus antecedentes por correio ao endereço postal da embaixada".

Como o hábito não faz o presidente Monge (em cuja residência foi firmado o convênio referido), cabe ressaltar que o anúncio da embaixada contraria expressamente o disposto nos arti-

gos 2 e 3 da lei que regula a propriedade dos meios de comunicação na Costa Rica, e que textualmente dispõem:

"Artigo 2 — Os meios de difusão e as agências de publicidade poderão ser explorados unicamente por costarriquenhos de nascimento, ou por filhos menores de costarriquenhos, ou bem por pessoas naturalizadas com não menos de dez anos de residência no país depois de haver adquirido a nacionalidade."

"Artigo 3 — Poderão explorar os meios de difusão e as agências de publicidade as pessoas físicas ou jurídicas, sob a forma de sociedades pessoais ou de capital, com ações nominativas. Tais sociedades deverão inscrever-se no Registro Público e seu capital deverá pertencer integralmente a pessoas que cumpram com os requisitos exigidos no artigo anterior."

De modo que, como se estabelece no convênio, a radioemissora será financiada com capitais fornecidos pelo governo dos Estados Unidos, o qual será também o beneficiário dos lucros que esse capital produza. E por garantia, será a embaixada dos Estados Unidos quem vai selecionar o pessoal e pagar os seus serviços. Mas ninguém se atreve a dizer que não é uma radioemissora costarricense, porque se disser será acusado como o *Washington Post* de estar associado com "a campanha internacional de desprestígio e de calúnias contra a Costa Rica".

A nova estação repetidora da propaganda da VOA terá uma potência de 50 quilowatts e suas antenas direcionais apontarão para a Nicarágua. De San Lorenzo (Honduras), as antenas se orientarão também para e contra a Nicarágua. Repetirão assim, no campo das comunicações, as operações militares que a Arde e a FDN realizam com financiamento e respaldo logístico total da CIA, outra organização governamental dos Estados Unidos. ●

A OBRA DE CARLOS QUIJANO

Os 45 anos de atividade intelectual e jornalística de Carlos Quijano, o fundador dos *Cuadernos de Marcha* no Uruguai, serão reunidos numa série de quatro livros a serem publicados a cada dois meses a partir de outubro pela Ceual, no México. As publicações conterão os principais artigos escritos por Quijano desde 1939, quando ele fundou os *Cuadernos* em Montevideu até o período em que o jornal foi obrigado a se transferir para o México, em consequência de perseguições movidas pela ditadura militar no Uruguai.

Cada exemplar terá 128 páginas e conterá artigos sobre história, integração, economia, lutas de libertação e reformas sociais na América Latina. Os últimos textos foram publicados originalmente no começo de 1984, pouco antes da morte de Quijano (ver cadernos nº 68), considerado por seus colegas como um dos mais importantes jornalistas do continente em todos os tempos. Os interessados na aquisição dos quatro volumes podem escrever diretamente para Ceual, A. C. Apartado Postal 19-131, México 19, D. F. México.

NAMÍBIA: JORNAL DERRÓTA A CENSURA RACISTA

O único jornal independente da Namíbia, o *Windhoek Observer*, venceu na Justiça uma longa batalha para conseguir voltar a circular. O *Observer*, fundado há seis anos, foi fechado no começo de agosto passado pelas autoridades sul-africanas, depois de publicar uma série de artigos denunciando ações ilegais das empresas transnacionais instaladas nessa ex-colônia alemã, ocupada ilegalmente pelo governo de Pre-

tória (África do Sul), desde o final da 2ª guerra mundial.

Além de impedir a circulação do jornal, a polícia sul-africana exigiu um pagamento de 40 mil dólares para que o semanário voltasse a funcionar. A decisão policial foi rejeitada pela corte de Justiça por falta de base jurídica. O *Windhoek Observer* condena o *apartheid* e rejeita a ocupação da Namíbia pela África do Sul. O editor do jornal, Hannes Smith, considerou a decisão judicial como "histórica e surpreendente".

SIMÓN BOLÍVAR NA TELEVISÃO



A televisão venezuelana e o Ministério da Educação começaram a filmar na Venezuela um documentário sobre a história de Simón Bolívar, o militar que foi o responsável pela independência de cinco países latino-americanos. O filme, que será apresentado por quase todas as televisões da América do Sul, será dirigido por Américo Medina e

terá como título "A última jornada do Libertador".

As cenas principais do filme serão rodadas na Venezuela e na Colômbia, especialmente nas localidades de Puente de Boyacá e Pantano de Vargas. Outra sequência importante reproduzirá o momento em que as tropas de Bolívar sobem a Cordilheira dos Andes com destino à Bolívia, um dos países que o militar venezuelano conseguiu, auxiliado pelo general Sucre, libertar da dominação espanhola. O filme deve estar concluído em janeiro ou fevereiro de 85.

10º ANIVERSÁRIO DE "ESTRATÉGIA"

"Estratégia", revista de análise política, chega ao seu décimo aniversário de publicação ininterrupta em novembro de 1984. Este fato se reveste de singular importância, na medida em que constitui um esforço político sério, cujo objetivo é contribuir para os trabalhos que se realizam em torno do conhecimento da realidade mexicana, na perspectiva de transformá-la em benefício da maioria trabalhadora.

No contexto internacional, a luta antiimperialista e pela paz que os povos de nossa América e do mundo travam, fazem parte de suas análises nas tarefas de denúncia e solidariedade levadas a cabo pela imprensa comprometida com as justas causas de nossos povos.

Estendemos nosso reconhecimento a esse importante trabalho, que visa a desvendar a fundo a problemática econômica, política, social e cultural que vive o seu país, apoiando-nos mutuamente no esforço que é informar e formar os nossos povos através de sua própria história.

Livros do 3.º Mundo



LA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EN NICARAGUA

Centro de Investigaciones y Estudios de la Reforma Agraria (Ciera), Manágua, 1984. 256pp.

Depois de cinco anos de revolução, o que significa a democracia para os trabalhadores nicaraguenses?

"A Democracia Participativa na Nicarágua" responde a essa pergunta com extensos detalhes sobre a forma como os nicaraguenses na nova sociedade participam em todos os campos para dar forma a suas próprias vidas e à sua Revolução.

Publicado recentemente em inglês e espanhol, o livro acompanha o desenvolvimento das organizações populares sob a ditadura somozista e depois da vitória sandinista, explicando seu impacto na determinação do rumo da nação.

O amplo significado da democracia é explicado ao se examinarem as inúmeras maneiras como o povo concretiza o processo revolucionário: contribuindo com seu trabalho voluntário para as colheitas importantes, integrando-se às milícias e colaborando em outras tarefas de defesa, educando seus irmãos operários e camponeses com a alfabetização e programas de educação de

adultos, garantindo seu bem-estar com maciças campanhas populares de saúde preventiva, e dando forma à identidade nacional ao tornar a cultura propriedade dos nicaraguenses mais humildes.

Numerosas tabelas e uma base estatística sólida dão peso à análise geral, que compreende uma discussão franca e crítica da participação dos trabalhadores no controle de empresas privadas, mistas e estatais, tanto no campo como na cidade. Importantes documentos, tais como a lei eleitoral e declarações da FSLN sobre a religião e a costa atlântica, fazem parte de um extenso anexo.

De particular importância neste ano de eleições, o livro enfatiza que "a democracia real é exatamente aquela em que os trabalhadores, além de poderem participar das eleições gerais, estão decidindo a orientação dos programas e projetos econômicos e políticos do país".

EDEN PASTORA, UM CERO EN LA HISTORIA

Roberto Bardini, Mex-Sur Editorial, México, 1984. 141pp.

Em fevereiro de 1981, o comandante Tomás Borge perguntou publicamente a Pastora: "Diga-me, irmão Edén, por quanto venderias a tua carteira de sandinista?". Pastora baixou a vista e não respondeu. Um ano e dois meses mais tarde, o ex-comandante "Zero" passava a engrossar as fileiras da contra-revolução dirigida e financiada pela Casa Branca, pelo Departamento de Estado norte-americano e pela CIA. Militante ou aventureiro? Herói ou traidor? Para o autor deste livro (publicado sob os auspícios da Universidade Autónoma de Puebla), não existem dúvidas: "Pastora é — matemática

e politicamente — um zero à esquerda". Sua vida é repleta de imaturidade política e ambiguidade ideológica. O mercenário norte-americano Michael Echanis, veterano do Vietnã, especialista em guerra "não-convencional", instrutor de cinco artes marciais e treinador da Guarda Nacional somozista, foi mais categórico: "Esse indivíduo é um novato que viu muitos filmes de John Wayne".



Roberto Bardini é editor-correspondente de **cadernos do terceiro mundo** para a área centro-americana. Anteriormente, publicou "Belize, história de uma nação em movimento" (1978), "A Frente Polisario e a luta do povo saarauí" (1979) e "Conexão em Tegucigalpa" (1982).

Em seu prólogo, Danilo Aguirre Solís, secretário geral da Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), escreve sobre o autor: "Bardini é um repórter febril e nunca satisfeito com o óbvio. Possui um estilo de redação culto, ameno e fanático pelo detalhe. É um militante da verdade, um comprometido com a luta dos povos para os quais ele dirige todas essas virtudes". (*Gerónimo Cardozo*)

THE ETHIOPIAN REVOLUTION (A revolução etíope)

Fred Halliday e Maxine Molyneux. Edições Verso, Londres, 1981.

Trata-se do mais completo e mais isento livro escrito nos anos recentes sobre a complexa e quase desconhecida revolução deflagrada pelos militares da Etiópia, a partir de fevereiro de 1974. Fred Halliday, editor da *New Left Review* e do *Merip Reports* é um veterano observador de crises internacionais, já tendo publicado livros sobre a Arábia Saudita, Irã e sobre a "guerra fria", partindo de uma análise marxista independente. Maxine Molyneux é uma especialista em questões da mulher e professora de Sociologia na Universidade de Essex, Inglaterra.

O livro sobre a revolução etíope foi escrito após quatro anos de pesquisas e numerosas visitas a diversas regiões do único país da África que não foi submetido ao colonialismo clássico imposto pela França e Inglaterra. Halliday e Molyneux não caem nos julgamentos apresados e distorcidos feitos pela maioria dos jornalistas europeus e norte-americanos sobre a revolução etíope. Eles partem de uma posição simpática ao regime chefiado pelo coronel Mengistu Mariam, mas analisam de forma independente os controvertidos acontecimentos registrados desde a queda de Selassié até a consolidação definitiva do Dergue (ver matéria sobre Etiópia nesta edição). Além disso, procuram colocar o caso etíope no contexto das revoluções socialistas do Terceiro Mundo, mostrando como o processo deflagrado pelos militares tem originalidade própria por causa das características peculiares do país e de sua passagem de um feudalismo tardio para um socialismo aparen-

temente prematuro. Os autores procuram não fazer julgamentos sobre os principais personagens do drama etíope, preferindo, em vez disso, salientar as causas estruturais que cercaram cada evento e cada ator político.



CRÔNICA DA LIBERTAÇÃO

Luís Cabral. Edições "O Jornal", Lisboa, 1984.

Afastado da direção do PAIGC e da presidência da Guiné-Bissau em consequência do golpe militar de 14 de novembro de 1980, Luís Cabral, ainda durante a sua reclusão na fortaleza de Amura, decide passar para o papel as suas memórias do tempo da luta.

"Crônica da Libertação", agora editado por "O Jornal", é o primeiro resultado "impresso" desse esforço de "fixação" da história recente da Guiné-Bissau a que Luís Cabral se dedicou. E também aqui ele é pioneiro. Efectivamente, "Crônica da Libertação" surge como a primeira obra sobre a luta contra o colonialismo português na Guiné-Bissau escrita por alguém que, tanto no seu desencadear como na sua condução, teve uma responsabilidade destacada. Luís Cabral, de resto, no prefácio do seu trabalho, tem mesmo uma palavra de incitamento aos seus antigos companheiros, para que vejam "nesta obra o estímulo para tam-

bém (eles) registrarem as suas lembranças da história...", que juntos escreveram.

Escrito de forma simples, sem rebuscamentos de estilo, lê-se "Crônica da Libertação" de um fôlego. Nela, Luís Cabral fala-nos de si e da sua geração, da sua maturação como homem e militante anticolonial, facetas onde a influência de seu irmão Amílcar Cabral viria a ser sempre marcante. Relata-nos fatos e situações ocorridas durante a Luta (assim mesmo, com "L" maiúsculo, os guineenses se referem à guerra de libertação que conduziu à independência do seu país), conta-nos peripécias e "estórias", algumas muito belas, que ajudam a perceber a História e a conhecer melhor os personagens que as viveram, muitos dos quais viriam a sucumbir no combate.

Pena é que, conscientemente, sobre certos temas ou episódios se escude num silêncio cauteloso, ou sobre eles emita opiniões demasiadamente ambíguas ou diplomáticas. Luís Cabral afirma "não ter ainda chegado o momento de dizer toda a verdade..".

Mas se poderá culpar o leitor de, por exemplo, pretender saber a opinião que Sekou Touré (defensor da "Grande Guiné") fazia de Amílcar Cabral e da luta na então vizinha colônia portuguesa?

O leitor também não gostaria de se inteirar das circunstâncias que cercaram o dramático assassinato do grande líder guineense e africano Amílcar Cabral?

Ainda assim, aconselhamos vivamente a leitura desta "Crônica da Libertação", muito embora o autor oculte "toda a verdade" sobre a Luta na antiga colônia portuguesa.

Guardemos com esperança outros livros, outros testemunhos, novas contribuições. (Baptista da Silva)

Você precisa de um almanaque que não veja o mundo com os olhos dos países ricos



Mapas e dados atualizados da política, economia, história e geografia de todos os países do mundo

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber Guia(s) do Terceiro Mundo 84/85 (Cr\$ 25.000,00 o exemplar). Estou efetuando meu pedido por:

- Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
- Reembolso Postal (o porte será pago pelo destinatário).

Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP.: Profissão:

Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória 122 - grupos 105/106
Rio de Janeiro — RJ — CEP.: 20241 — Tel.: 242-1957

Cultura

Omar Cabezas

De guerrilheiro a "best-seller"

O autor de "A montanha é algo mais do que uma imensa estepe verde" fala de sua vida e do sucesso do seu livro após 17 edições em espanhol e traduções para nove outros idiomas

Adrian Soto

Enquanto vai lembrando coisas passadas, ele fala como um solitário que murmurasse para si mesmo os seus pensamentos. A voz infantil contrasta com as rugas que lhe contornam os olhos, rugas prematuras num homem de 34 anos.

Omar Cabezas, nicaraguense, é um homem baixo, como a maioria dos seus compatriotas. Há apenas cinco anos, no dia 19 de julho de 1979, Omar entrou em Manágua, capital daquele pequeno país sul-americano, à frente de uma coluna de guerrilheiros. A cidade os recebeu em festa. Acabavam de ser enterrados 50 anos de dinastia dos Somoza.

Omar Cabezas entrou para o movimento sandinista em sua cidade natal de León, quando ainda era estudante de Direito. Confessa não ter aderido aos rebeldes por motivos meramente ideológicos: suas razões foram mais pessoais e dolorosas.

"Desde criança, eu via a Guarda Nacional maltratar as pessoas em nosso distrito. Certo dia, em 1968, quando ia para a Universidade, fui detido pela Guarda Nacional e espancado. Senti muito medo. Horas antes, tinha ocorrido em Manágua um sangrento massacre, do qual eu nada sabia,

pois nem a rádio nem os jornais noticiaram coisa alguma. Foi um momento decisivo. Semanas depois, ingressei na Frente Sandinista de Libertação", diz ele.

Após a vitória da revolução, Omar recebeu o título de "Comandante de Guerrilhas", denominação simbólica dada aos guerrilheiros que se haviam distinguido na luta contra o regime de Somoza. Atualmente, ele chefia a brigada militar de Manágua e vizinhanças.

Nos círculos nicaraguenses e

internacionais, esse advogado-rebelde tem atraído mais atenção por seu talento literário do que por seus feitos militares. Seu livro *La montaña es algo más que una inmensa estepa verde* (publicado por nossa editora de Lisboa, Tricontinental Ltda., em julho deste ano) foi agraciado com dois prêmios literários internacionais; dele já foram tiradas 17 edições em espanhol até agora. O livro já foi traduzido em oito idiomas, estando em vias de preparação duas novas traduções: uma sueca e outra norueguesa.

Como surgiu a "A montanha"

Nele, Cabezas conta histórias de sua vida de guerrilheiro. Julio Cortázar, conhecido escritor argentino recentemente falecido, disse que o livro de Omar Cabezas "é uma peça rara de eficiência literária". De fato, a peculiaridade do livro é que o autor exprime abertamente as emoções que experimentou naqueles dias de sangue e fogo, criando uma atmosfera fascinante que só termina na última página do volume.

Cabezas ainda não se habituou à idéia de ser chamado de escritor. "O livro me veio como que por acaso", diz ele.



Omar Cabezas: "Na Nicarágua, a palavra e a literatura foram libertadas"

Com efeito, confessa que a idéia de escrever não foi sua, mas de Pilar Arias, uma jornalista que fez a cobertura da guerra civil nicaraguense para a imprensa norte-americana e mexicana. Hoje, ele nos diz o que aconteceu alguns dias depois da vitória sandinista:

“Ela me telefonou solicitando uma série de entrevistas como subsídios para uma história que estava escrevendo sobre a revolução. Tive várias reuniões com ela, geralmente por volta da meia-noite, pois naquele tempo eu trabalhava 18 horas diariamente.”

Certo dia, a jornalista lhe disse que já havia recolhido material suficiente. Três meses depois, quando ele mal se lembrava de ter dado aquelas entrevistas, ela tornou a telefonar e marcou encontro em seu escritório.

“Quando ela entrou, veio direto à minha mesa e tirou de uma pasta uma pilha de textos datilografados:

— Comandante, disse ela, entregando-lhe o resultado das entrevistas, o senhor é um escritor, sabia? Leia isto”.

Diz Omar que não levou muito a sério as palavras da jornalista. Seja como for, o texto daquelas entrevistas, que hoje constituem o primeiro capítulo do livro, foi publicado numa revista cultural nicaraguense dirigida por Ernesto Cardenal, causando forte impacto entre os círculos culturais e políticos do país.

“Certo dia — lembra Omar — o Ernesto me procurou para falar de um concurso literário que estava sendo promovido em Havana. Sugeriu que eu pusesse minhas notas em ordem a fim de participar do concurso.”

— Você está louco!, respondeu Omar ao ministro da Cultura. “Isso é coisa para intelectuais e escritores de renome!”

Na base da insistência, porém, o amigo convenceu Omar Cabezas a enviar o original do texto a Havana, e ele ganhou o concu-

so. Somente na Nicarágua, o livro já vendeu 50 mil exemplares, recorde absoluto no país. Na Espanha, foi aclamado pela crítica e está agora em sua quinta edição. Na Alemanha Ocidental, três edições já foram publicadas até agora.

Hoje, Omar se queixa de estar sendo pressionado para escrever novamente:

— Todo mundo anda exigindo de mim um segundo livro, diz ele. O problema é a falta de tempo. A agressão militar contra o nosso país nos toma o tempo todo. É muito difícil combinar o trabalho político e administrativo com a atividade de escritor. Mas, pouco a pouco, o segundo livro vai progredindo.

O lado humano da guerrilha

“A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde” não é o grito de um rebelde solitário. Pouco tem a ver com o martírio romântico que se tornou tão popular com as revoluções latino-americanas anteriores. Sem dúvida, a principal qualidade do livro é que descreve as histórias da guerrilha de forma genuína, colocando o aspecto humano no centro de cada conflito.

Quando lhe perguntei por que motivo o aspecto humano não tinha sido tratado assim em experiências revolucionárias anteriores, ele confessou não ter uma explicação científica para o fato, mas admitiu que tem pensado muito nisso:

— É possível que os revolucionários latino-americanos não tenham percebido o quanto é importante revelar às pessoas suas próprias limitações e medos. Um revolucionário é um ser tão mundano quanto qualquer outro. É por isto que, em meu livro, conto que, quando estava sozinho nas montanhas, eu me sentia como um animal selvagem ou tinha desejo de masturbar-me. O principal personagem do livro não representa apenas a mim: re-

presenta uma porção de nicaraguenses, outros latino-americanos, africanos, asiáticos e até mesmo europeus. De certa forma, é um ser humano diante de um conjunto de circunstâncias desconhecidas.

Para Omar Cabezas e para a Nicarágua como um todo, os últimos cinco anos foram muito difíceis. Os primeiros meses de alegria foram seguidos pela amarga realidade de ter de enfrentar a agressão nas fronteiras. Muitos dos programas econômicos, sociais e culturais sandinistas foram reduzidos em virtude da situação de guerra que o país atravessa. Atualmente, 25% do orçamento nacional são dedicados à defesa.

Apesar de tais dificuldades, algo muito importante vem sendo feito no campo editorial. A editora *Nueva Nicaragua* já publicou 200 títulos desde a vitória sandinista, o que é um novo recorde pelos padrões centro-americanos. A maioria desses títulos é de clássicos gregos e romanos, mas há também literatura internacional neoclássica. Surgem ainda reedições de clássicos revolucionários nos campos da economia e da literatura.

O esforço literário

Estive na Nicarágua pela última vez no outono passado. Não pude deixar de notar a crescente presença de livros soviéticos nas livrarias, bibliotecas, etc., e quis saber de Omar Cabezas o motivo disso.

— Trata-se de um problema da própria revolução, disse ele. Livros custam divisas. Se há tantos livros de países socialistas é porque eles nos enviam esses livros de presente. Para evitar uma influência excessiva e estabelecer um equilíbrio cultural, assinamos tratados com o México, a Venezuela e a Espanha para edições especiais destinadas à Nicarágua.

Cabezas está convencido de



Edições portuguesa e espanhola do romance de Cabezas

que o modesto esforço editorial da Nicarágua, juntamente com o auxílio oferecido pelos países de língua espanhola e pelas nações socialistas e da Europa Ocidental, pode tornar possível oferecer uma formação cultural universal à próxima geração de nicaraguenses.

A Nicarágua é um país dotado de forte tradição poética. É

uma tradição que vem desde a virada do século, desde o tempo de Ruben Darío, uma das figuras de vanguarda da escola modernista internacional. Como Omar Cabezas, Ruben Darío nasceu em León.

Dizem que todo nicaraguense que sabe escrever deveria escrever poesia. Desde a vitória sandinista, várias cidades têm promo-

vido maratonas poéticas aos domingos, algumas das quais duram todo o dia. No campo da prosa, porém, a Nicarágua tem produzido muito pouco, o que torna ainda mais importante a contribuição de Omar Cabezas.

No fim de nossa entrevista, perguntei a Omar o que poderia acontecer com a prosa nicaraguense dali por diante.

— Olhe, disse ele, a prosa tem muito a ver com a dinâmica social que o nosso país está atravessando. Na Nicarágua, a palavra e a literatura foram libertadas. As pessoas hoje se utilizam delas indiscriminadamente, como crianças que descobrem um brinquedo fascinante. E isto se deve ao fato de que a literatura era reprimida e tinha de viver na clandestinidade. Mas o hábito de escrever não é uma coisa material sujeita a desgaste. À medida em que as pessoas o exercitam, o texto escrito se desenvolve, e é por isto que a prosa tem um futuro promissor em nosso país. ●

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 6.000,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 12.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Arturo Sandoval e o "jazz" cubano

O fundador e ex-líder do conjunto Irakerê criou um novo sexteto instrumental para aprofundar as experiências que deram fama mundial ao "jazz" da ilha

Guiomar Belo Marques



Arturo Sandoval

Considerado um dos cinco melhores trompetistas do mundo, Arturo Sandoval esteve setembro passado em Lisboa, onde participou da Festa do Avante!¹ Fundador do grupo cubano Irakerê, Sandoval viria a afastar-se deste, trilhando atualmente os seus caminhos com um sexteto de indiscutível qualidade e no qual cada músico brilha num esforço coletivo.

Dedicando-se a um tipo de

¹O semanário "Avante!" é o órgão oficial do Partido Comunista Português (PCP).

música que ele próprio afirma não ser de massas — um jazz de ritmo cubano — Arturo Sandoval é um artista vinculado ao seu povo e à sua "Ilha da Liberdade".

O boicote dos Estados Unidos procurando ocultar o que de muito bom se cria em Cuba, foi decididamente rompido quando, no Festival de Newport, nos arredores de Nova Iorque, o trompete de Arturo Sandoval ecoou e demonstrou, por seu próprio mérito, aquilo de que é capaz um pequeno país em liberdade.

É verdade que uma das origens do jazz norte-americano é Cuba?

— Não acredito. O jazz cubano é, isto sim, um jazz diferente. Trata-se de uma fusão do ritmo cubano com a harmonia européia em geral.

Há alguns anos você abandonou o grupo "Irakerê", do qual foi fundador. Como avalia atualmente a sua participação no grupo e posterior saída?

— Para mim, foi muito importante. Fui fundador do grupo, que reunia muito bons músicos e tinha, a princípio, intenções muito nobres. Fiquei no grupo enquanto essas intenções duraram. Mas para mim a etapa que vivo atualmente é muito mais importante. Tenho perdido de

envolver-me mais e fazer um trabalho novo. Os membros do Irakerê afastaram-se dos princípios que os juntaram.

Existe uma relação dialética entre a realidade social e política cubana e a arte criada em Cuba?

— Os cantores e poetas cubanos sempre tentaram refletir a realidade do país. Existe uma influência cubana resultante desse fato, que se expandiu a outros países latino-americanos, como é o caso da Nova Trova, que consiste precisamente em cantar o novo país. Em Cuba sempre houve trova. Os trovadores atuais surgiram no âmbito revolucionário. Politicamente foi muito importante, principalmente para a juventude.

Alguns esperariam que, tal como muitos outros casos, você decidisse abandonar Cuba e ir fazer nome em outro país. No entanto, você permanece em Cuba...

— Há um grave erro nisso. Muito pelo contrário, sinto-me muito feliz por ser cubano e estar lá. O Ministério da Cultura dá-nos um apoio que não teríamos em outro lugar. Quando uma pessoa se desenvolve em qualquer ramo, tentam logo aliciá-la no sentido de ir para os países mais desenvolvidos. Nós consideramos que devemos ficar e contribuir.

É possível um artista desvincular-se da realidade que o cerca? Existem artistas não comprometidos?

— Seria uma estupidez... Apesar de haver muitos artistas que pensam assim, a mim interessam aqueles que procuram dizer alguma coisa e isso passa por exprimir-se através dos seus costumes e do seu povo.

Existe um real apoio por parte do Estado cubano à cultura?

— Temos todo o apoio do Mi-

nistério da Cultura e do povo, que nos respeita e admira. O governo preocupa-se em criar escolas com boa formação técnica e com recursos. Sem ser um país poderoso, o Estado preocupa-se e investe. Cuba, apesar de ser um país pequeno e subdesenvolvido, é uma potência cultural.

O jazz é, por origem, uma expressão musical localizada principalmente entre as classes socialmente mais baixas. Gostaria que se referisse um pouco à diferença, se existe, entre o jazz dos Estados Unidos e em Cuba.

— A música jazz não é, nos Estados Unidos, uma música de massas, mas sempre esteve ligada a gente progressista. Apesar de muitos cretinos que pensam o contrário, nunca representou as grandes potências, sempre foi das classes baixas. E porque nunca foi uma música que pertencesse à burguesia esteve durante muitos anos discriminada. Em Cuba, pelo contrário, o jazz nunca foi discriminado, apesar de também não ser uma música de massas.

A que se deve o fato do jazz não ser uma música de massas, mesmo quando não é discriminada?

— O jazz é muito complicado enquanto música. Não é para cantarolar e também não é para dançar. Não tem letra nem ritmos cantáveis. Isso torna-o difícil de assimilar. É um tipo de música para a pessoa sentar e pensar.

Mas você disse numa entrevista dada a um jornal de Lisboa, que pretendia fazer música simples...

— Música simples não... Deve ter sido má interpretação... Não queremos é fazer música sofisticada. Não temos a veleidade de querer inventar ou descobrir seja o que for. Formamos um pequeno grupo de música instrumental e é assim que queremos fazê-la.

A sua atuação em Newport foi revestida de um êxito inesperado para muitos, que o consideravam quase impossível para um cubano. Que importância atribui à sua participação em Newport nesta perspectiva?

— Newport foi muito importante. Conheci lá vários músicos, que desejava conhecer há muito tempo, e foi muito estimulante, porque lá vão os críticos mais exigentes. É gente que sabe o que vai ouvir e olha-nos sabendo o que estamos fazendo.

Mas foi, ou não, importante ser cubano em Newport?

— A propaganda contra Cuba é tão grande que pensam que vão chegar índios e que, como tal, não temos possibilidades de competir. Ora, a realidade é que Cuba é um país pequeno, com dez milhões de habitantes, bloqueado política e culturalmente pelos Estados Unidos e, apesar disso, impôs-se um nível e fez-se um trabalho importante em termos culturais e até esportivos. Isto deve-se ao grande trabalho da revolução.

Cultura

Prêmio literário para autores africanos

O denominador comum das obras premiadas este ano é o esforço em se identificar e exprimir a cultura realmente africana

Coleen Lowe Morna

O prêmio literário "Noma" (no valor de três mil dólares) para o melhor livro publicado na África referente a 1984 foi concedido este ano conjuntamente ao romancista e jornalista queniano Gakaara Wa Wanjau e ao poeta, crítico e narrador sul-africano, Njabulo Sikahle Ndebele.

Wanjau ganhou o prêmio com seu romance "Um escritor mau-mau na prisão" (*Mwandiki wa mau-mau ithaamiro ini*), escrito na língua queniana *kikuyu*. É o primeiro livro escrito em uma língua africana que ganha esse importante prêmio. Em uma ce-

rimônia de lançamento que contou com a presença do presidente do Zimbábue, Canaan Banana, realizada em Harare a 29 de agosto último, o livro foi descrito como o "documento individual mais significativo de toda a literatura de resistência escrita no Quênia". O romance foi publicado pela editora *Heinemann Educational Books East Africa*, em 1983.

Wanjau, que passou sete anos na prisão durante a luta dos mau-mau contra o colonialismo britânico nos anos 50, disse no discurso que pronunciou ao receber o prêmio, que havia pro-

metido escrever o livro a seus companheiros de prisão. Falando em *kikuyu* e auxiliado por um tradutor que vertia suas palavras para o inglês, o escritor de 63 anos de idade acrescentou que o êxito não lhe pertencia, e sim aos que "lutaram pela independência do Quênia". Wanjau escreveu cerca de 30 livros em *kikuyu* e atualmente dirige sua própria editora, a *Gakaara Press* e, ao mesmo tempo, edita uma revista cultural *Kikuyu na Mumbi* (símbolos masculino e feminino respectivamente na tradição *kikuyu*), que é publicada mensalmente.

O detentor do prêmio foi descrito como "um irmão mais velho" por um dos mais renomados escritores africanos, o também queniano Ngugi Wa Thiongo.

Ngugi, que visitou o Zimbábue por ocasião da 2ª Feira Internacional do Livro, que se realizou em Harare na última semana de agosto, rompeu a sua tradição em 1978, quando anunciou que não voltaria a escrever em inglês. Atualmente, Ngugi também escreve em *kikuyu* e realizou um grande trabalho na

popularização do emprego das línguas indígenas pelos jovens autores africanos, que em sua maioria possuem uma boa educação ocidental.

Literatura de resistência

Por sua vez, o conjunto de relatos breves de Ndebele, "Loucos e outros contos", mereceu o prêmio, segundo a avaliação do júri que o concedeu, por seu "humor delicado e sua sutil capacidade de observação e por sua precisa evocação da vida do povo e da brutalidade dos brancos".

É a primeira vez que um escritor sul-africano recebe esse prêmio, que há cinco anos vem sendo concedido.

O comitê de seleção do "Noma Award" explicou que apesar dos editores sul-africanos serem contrários ao boicote cultural das Nações Unidas contra o governo branco de Pretória, alguns deles haviam lutado contra enormes dificuldades para dar uma voz à literatura da resistência. A editora *Ravan Press*, de Johannesburg, que publicou o livro de Ndebele em 1983, foi citada como uma dessas exceções. Ao receber o prêmio, Ndebele, que

vive exilado no Lesoto, disse que a literatura negra sul-africana se caracteriza por uma tendência à descrição, mais do que para a definição.

O escritor, de 36 anos, afirmou que "descrever era observar, enquanto que definir era compreender". Escrever sobre a opressão é "demonstrar o óbvio", polemizou Ndebele, acrescentando que é mais importante "examinar como e por quê o povo segue sobrevivendo sob tais condições". Atualmente Ndebele é diretor do departamento de literatura inglesa da Universidade do Lesoto.

O prêmio "Noma" é concedido graças a um fundo de 100 mil dólares deixado pelo desaparecido editor japonês Shoichi Noma. Os juros gerados por essa quantia são entregues todos os anos como contribuição para o prêmio literário. O objetivo de Noma foi estimular a publicação de autores nativos por editores locais, revertendo assim a situação existente na maioria dos países em vias de desenvolvimento, onde os livros são em grande parte escritos por estrangeiros e publicados no exterior.

UMA APRENDIZAGEM MÚTUA

□ Ngugi é conhecido por seus romances *A Grain of Wheat* ("Um grão de trigo") – cujo tema central é a luta do Quênia pela independência e *Petals of Blood* ("Pétalas de sangue") – considerado como uma das mais fortes condenações ao neocolonialismo.

O escritor afirmou em uma conferência de três horas de duração em Harare durante a Feira do Livro, que "um dos mais angustiantes" períodos de sua vida, depois de haver escrito *A Grain of Wheat*, ocorreu quando não conseguiu escrever sobre "os camponeses e a classe trabalhadora" em "uma linguagem acessível a ambos os setores".

Entretanto, Ngugi deixou de escrever em inglês quando, uma década depois de iniciado o seu trabalho literário, cumpriu em 1978 um período de oito meses de prisão. Ngugi então começou a escrever seu primeiro romance de importância no

idioma queniano *kikuyu*, *Caitani Mutharaba Ini*, posteriormente traduzido para o inglês como *Devil on the Cross* ("O diabo na cruz"). A tarefa não foi fácil, segundo o escritor.

"O problema de como apresentar a mensagem a leitores com escassa educação foi ainda maior", disse. Ngugi optou finalmente pela sátira como o estilo literário mais próximo da tradição oral dos camponeses e trabalhadores de seu país, os quais desejava atingir com sua mensagem.

A publicação do romance provocou no Quênia um "processo de aprendizagem mútua". "Os jovens que depois de ter aprendido a ler e a escrever haviam perdido contato com seu idioma de origem, liam o livro para analfabetos mais velhos, os quais, por sua vez, explicavam a linguagem aos primeiros", afirmou Ngugi.

"A idéia de que autores africanos conhecidos escrevam em idiomas indígenas – ou que suas obras sejam traduzidas para estes – está ganhando força, apesar do pessimismo generalizado a respeito", acrescentou o escritor queniano.

KIZOMBA INTERNACIONAL DE ARTE NEGRA

Uma grande festa que mostrará as atividades artísticas culturais desenvolvidas em vários países africanos e comunidades negras de todo mundo vai acontecer, no Rio de Janeiro, de 16 a 25 de novembro. É a 1ª *Kizomba Internacional de Arte Negra*, um projeto idealizado por Martinho da Vila, Gilberto Gil e a cineasta Rose Lacrete, e que desde o início do planejamento conta com o apoio do secretário de Estado de Ciência e Cultura, Darcy Ribeiro.



Para Martinho da Vila, coordenador geral das programações, este é um desejo que veio de encontro aos objetivos e ideais de vários pesquisadores da cultura negra em nosso país. "O apoio foi total e teremos condições de infra-estrutura para que a 1ª *Kizomba* (festa) *Internacional de Arte Negra* atinja seus objetivos".

"Para isso, esclarece Martinho da Vila, vários contatos estão sendo feitos diretamente com diversos países e, já podemos confirmar a presença dos artistas exilados da África do Sul, Angola, Antilhas Francesas (Guadalupe, Guiana e Martinica), Cabo Verde, Congo, Cuba, Estados Unidos, Moçambique e Nigéria, que mostrarão, no Pavilhão de São Cristóvão e na Praça da Apoteose, suas manifestações artístico-culturais nas áreas de pintura, esculturas, cinema, literatura, música e religião. (*Salete Lisboa*)

1984 - Outubro - no. 71

PARTICIPAÇÃO DE ANGOLA NA 8ª BIENAL DO LIVRO DE SÃO PAULO: UM SUCESSO ACIMA DAS EXPECTATIVAS

Com uma grande afluência de público ao seu stand, a delegação de Angola encerrou sua participação na 8ª Bienal Internacional do Livro, realizada em São Paulo, do dia 24 a 26 de agosto, considerando-a um sucesso, que "demonstra o enorme interesse que o continente africano desperta entre os brasileiros". A delegação da Edil - a distribuidora nacional de publicações de Angola - representante do país na Bienal, não conseguiu satisfazer a procura de cartazes, selos, peças de artesanato, poemas, e até dicionários de *umbundo* e *kimbundo*, duas línguas nacionais angolanas. Surpresos pela excelente receptividade que tiveram no Brasil, os membros da equipe - composta pelo diretor da Edil, Ernesto Escórcio, e dois funcionários da empresa, Malanda M'Bemba e Djalma Meneses - reconheceram que não esperavam encontrar uma preocupação e curiosidade tão grande pelo que ocorre em Angola. Segundo Escórcio, a enorme procura deixou clara a necessidade de ampliar o intercâmbio entre os dois países e principalmente de "estabelecer uma embaixada angolana no Brasil".

A participação da distribuidora angolana na Bienal coincidiu com uma data muito importante para a empresa: naquele mês, a Edil completou seu quinto aniversário. Criada em 1979 para fazer chegar livros, revistas e jornais às massas populares - artigos até a independência praticamente restritos ao colonizador -, a distribuidora está hoje instalada em todas as províncias do país. Com 29 livrarias e atendendo a inúmeros clientes (como lojas, fábricas, etc), a Edil tem de

sempenhado um importante papel no sentido de tornar o livro mais acessível ao público angolano.

QUÊNIA: COMBATE AO ANALFABETISMO



O Quênia se propôs como meta para 1990 alcançar a completa alfabetização do país. "Queremos ser a nação líder na África no combate ao analfabetismo", assinalou Kenneth Mativa, ministro de Cultura e Serviços Sociais, declarando que o Quênia está disposto a adiantar-se aos objetivos fixados pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação) que estabeleceu o ano 2000 como prazo para acabar com o analfabetismo.

O ministro explicou que os professores do atual sistema escolar serão reciclados nos programas de ensino para adultos, para acelerar o processo.

Calcula-se que, todos os anos, desde o início da aplicação dos planos de alfabetização, 300 mil pessoas aprendam a ler e a escrever no Quênia, o que indica que a porcentagem de analfabetos se reduz anualmente em seis por cento. Os programas de ensino englobam todos os distritos e existem mais de 13 mil centros de reciclagem em diversos pontos do país.

Notas de Cultura

ÁFRICA DO SUL, O TEATRO DE RESISTÊNCIA



Formado em 1977, o grupo teatral *Medu* é no momento o mais importante movimento artístico criado por exilados sul-africanos na África Austral. Quase todos os seus integrantes tiveram que fugir para o exterior após serem perseguidos pela polícia *afrikaaner* por causa de suas posições anti-racistas. Hoje eles estão trabalhando em Botsuana.

Medu, que quer dizer "raízes" em língua *sepedi*, tem hoje seis grupos que se dedicam a tarefas que vão desde a animação teatral até a publicação de um boletim periódico de informações. No momento, a organização iniciou um trabalho cultural com crianças visando introduzi-las no folclore tradicional e reavivar assim a sua identidade étnica e cultural, numa época em que a penetração dos valores estrangeiros é extremamente intensa graças à televisão, ao cinema e às rádios.

AMÉRICA LATINA: CONCURSO SOBRE A LUTA E A ESPERANÇA

O Centro de Capacitação Social (CCS) do Panamá que, há mais de 15 anos vem editando publicações sociais, políticas e econômicas, entre as quais se destacam a revista *Diálogo Social*, está convocando para o seu 3º Concurso Latino-Americano. O

objetivo do evento é denunciar e destacar o perigo de intervenção que deixa intranquilo o continente latino-americano, principalmente a América Central, constantemente ameaçada pela presença militar norte-americana.

Também quer "denunciar a tortura, os desaparecimentos, o genocídio, as lutas e esperanças do povo latino-americano por novas e solidárias sociedades". Por isso, o tema do concurso é "América Latina: luta e esperança, pela paz, a vida e a autodeterminação dos povos".

As inscrições estão abertas desde 1º de setembro passado e se encerram a 31 de janeiro de 1985.

Regulamento

Os concorrentes podem enfatizar o assunto segundo o gênero de que participem. A criatividade é um elemento importante que os participantes podem utilizar, conforme as situações políticas, sociais ou econômicas da região ou país onde reside o concorrente. Podem participar todos os latino-americanos que residem em seu país de origem ou no estrangeiro, assim como os não-latino-americanos que tenham vivido na América Latina por, pelo menos, um ano.

Os concorrentes do gênero *plástico* poderão participar das modalidades de caricatura, desenho e cartaz. Serão aceitos como mínimo dois trabalhos e, como máximo, quatro, por modalidade. As dimensões dos trabalhos apresentados serão 8"x10" (polegadas), para desenho e caricatura, e 14"x17" para cartaz. A técnica fica a critério exclusivo do autor.

Para os gêneros literários, pode-se concorrer nas modalidades *ensaio*, *conto*, *poesia* e *testemunho*. Os participantes ensaístas

podem apresentar um trabalho inédito de 25 laudas (páginas de 8,5"x11") como mínimo e 110 como máximo, com um original e duas cópias. Na modalidade *conto*, serão aceitos os trabalhos com um mínimo de quatro contos inéditos (um original e duas cópias). Para *poesia*, os participantes podem entregar um poemário com um mínimo de 15 laudas e um máximo de 50. Enviar original e duas cópias. Na modalidade *testemunho*, os concorrentes poderão apresentar, com base nas realidades e características de seu país, um trabalho que deve ter um mínimo de 25 laudas. Devido ao fato de que o testemunho é um relato recriado da realidade, se aceitará o uso de recursos descritivos. Duas cópias devem acompanhar o original.

Os prêmios consistirão numa contribuição simbólica. Nesse sentido, a editora entregará um certificado de reconhecimento a todos os participantes, 300 dólares aos trabalhos vencedores, uma coleção de publicações editadas, além de uma assinatura anual da revista *Diálogo Social*. A editora dará um presente adicional ao ganhador, segundo o gênero.

O júri será designado pelo CCS e será integrado por personalidades das artes plásticas, das letras e do jornalismo panameño e latino-americano. Os trabalhos deverão ser assinados com pseudônimos. Em um envelope fechado, deverão vir sobrescritos o pseudônimo e o título do trabalho. Dentro do envelope, devem estar os dados pessoais do autor, seu endereço pessoal e uma fotografia tamanho 3x4.

Inscrições e mais informações, escrever para: Centro de Capacitación Social, 3º Concurso Latino-Americano, Apartado Postal 9A - 192. Panamá.



O presidente Alfonsín, na abertura da conferência em Mar del Plata

Latino-americanos exigem negociação política em 85

Os onze governos mais endividados do continente aumentam as pressões sobre os credores ao exigirem um diálogo político no primeiro semestre do ano que vem

Horacio Verbitsky

Os 11 países do Consenso de Cartagena (ver cadernos nº 68) resolveram, em Mar del Plata, Argentina, “convidar governos de países industrializados para um diálogo político direto que seria preferivelmente realizado no primeiro semestre de 1985”, e assinalaram que esse encontro entre “credores e devedores é imprescindível para se conseguir compreender inteiramente o problema e para se chegar a esse entendimento. A falta de diálogo impediria colocar em marcha a cooperação necessária entre as partes para resolver conjuntamente a crise”.

A declaração foi divulgada na sexta-feira, 14 de setembro passado. Na segunda, dia 17, depois do final de semana, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, declarou que o único foro apropriado para o tratamento multilateral da dívida externa latino-americana de 350 bilhões de dólares era o Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial. “Dissemos que apoiamos a discussão caso por caso e continuaremos mantendo consultas bilaterais. Não há nada mais a dizer”, concluiu Regan. Em Londres, o ministro de Finanças britânico, Nigel Lawson,

adotou a mesma posição, considerando injusto um tratamento especial para os devedores latino-americanos e encaminhando-os “cordialmente” ao Fundo Monetário Internacional.

Desse modo, as duas partes reproduziram um esquema que se mantém sem variações substanciais desde 1982, quando o México jogou seu balde de água fria sobre o sistema financeiro internacional, ao anunciar uma moratória unilateral.

A partir daí, os bancos restringiram drasticamente a renovação de créditos aos países da América Latina, enquanto exigiam o pagamento pontual de todos os vencimentos. Consequência: 30 bilhões de dólares foi o saldo líquido de capitais que a região exportou em 1983, caindo, com poucas exceções, numa recessão generalizada e desemprego, com conflitos sociais que as revistas norte-americanas reproduzem em grandes fotografias a cores. O chanceler argentino ironizou o fato, dizendo que se tratava de um Plano Marshall ao contrário.

As duas estratégias

A reunião de cúpula dos sete grandes países industrializados do Ocidente decidiu em Williamsburg em 1983 o tratamento bilateral, caso por caso, da dívida externa latino-americana. Por seu lado, os latino-americanos — sob o peso do endividamento incontrolável e do impacto da atitude norte-americana nas Malvinas — começaram a coordenar seus esforços, por iniciativa do então presidente do Equador, Oswaldo Hurtado. O peruano Jaime Alzamora, presidente do Sela (Sistema Econômico Latino-Americano), e o uruguaio Enrique Iglesias, presidente da Cepal (Conferência Econômica para a América Latina), elaboraram um documento comum para coordenar a ação internacional dos países da região, descartando a ne-

gociação só com os bancos, para procurar também um diálogo com os países credores. O documento recomendou também a criação de um centro latino-americano de informação sobre o financiamento externo para assessorar os governos na renegociação.

Em janeiro desse ano, se reuniram em Quito (ver cadernos nº 63) os chefes de estado de 26 países da América Latina e Caribe ou seus representantes, e ratificaram a validade das ações conjuntas e do acordo na tomada de posições para fortalecer a capacidade de resposta da região em um diálogo político global com os credores. Porém, não puderam concretizar a proposta do Sela e da Cepal. Em vez de criarem o centro de informação ou um grupo coordenador com cinco ou sete países, como alguns propuseram, diluíram entre os diferentes organismos regionais as tarefas do ambicioso Plano de Ação aprovado.

O grupo coordenador se formou de fato em 19 de maio, quando os presidentes da Argentina, Colômbia, Brasil e México emitiram uma declaração conjunta denunciando o sombrio panorama para as aspirações ao desenvolvimento e as tendências democráticas, criado pelos sucessivos aumentos da taxa de juros preferencial (*prime rate*) nos Estados Unidos e as simultâneas medidas protecionistas, e convocaram uma reunião de seus ministros de Relações Exteriores e de Finanças. A 6 de junho, os mesmos presidentes, mais os do Equador, Peru e Venezuela, enviaram uma carta incisiva aos governos dos países mais industrializados do Ocidente.

Alfonsín, Figueiredo, Betancur, Hurtado, De La Madrid, Belaúnde e Lusínchi reivindicaram um diálogo construtivo entre os que devem e os que querem cobrar, e propuseram abordar “de maneira integrada e coerente os problemas da economia mundial,

reconhecendo as inter-relações que os vinculam em um mundo interdependente”. Negaram a idéia de que os problemas só podem ser resolvidos “através do contato com os bancos ou a participação isolada dos organismos financeiros internacionais”, invocaram “critérios de justiça e equidade” para a “definição de políticas e ações integradas nos campos do financiamento, da dívida e do comércio”, dentro de “um esquema de responsabilidade compartilhada”.

Suaviter in forma sed fortiter in re, (do latim: suave na forma, duro no conteúdo) o documento não comoveu Reagan, Thatcher, Mitterrand, Craxi, Trudeau, Nakasone e Kohl, que três dias depois na reunião de cúpula em Lancaster House, Londres, ratificaram que cada caso devia ser tratado separadamente, defenderam o papel do FMI como auditor, exaltaram as políticas de ajuste (quanto mais dolorosas melhor) e prometeram generosidade nos prazos e nas taxas de refinanciamento àqueles que demonstrassem maior coragem para apertar os cintos de seus governados.

Apesar da dura declaração de Londres e das pressões diplomáticas exercidas sobre os onze latino-americanos, e que Belisario Betancur denunciou em seu discurso inaugural, o Consenso de Cartagena se atreveu a insistir na “consideração política da questão da dívida a nível internacional” e a exigir “mudanças na política econômica de alguns países industrializados”, numa clara alusão aos Estados Unidos. Além disso, concordou-se em criar a Secretaria Permanente do Comitê de Acompanhamento da Dívida Externa Regional, que não tinha podido ser formada em Quito devido à oposição mexicana.

A declaração enfatizou “as consequências políticas e sociais” da dívida e a “co-responsabilidade de devedores e credores”, e

pediu a “drástica e imediata redução das taxas de juros”, além da renegociação plurianual dos vencimentos.

Sobem os juros

Menos de 48 horas após a reunião de Cartagena, os bancos norte-americanos elevaram novamente suas taxas de juros de 12,5% para 13% ao ano, aumentando o pagamento de juros da América Latina numa cifra que varia dos três aos cinco bilhões de dólares a cada 12 meses.

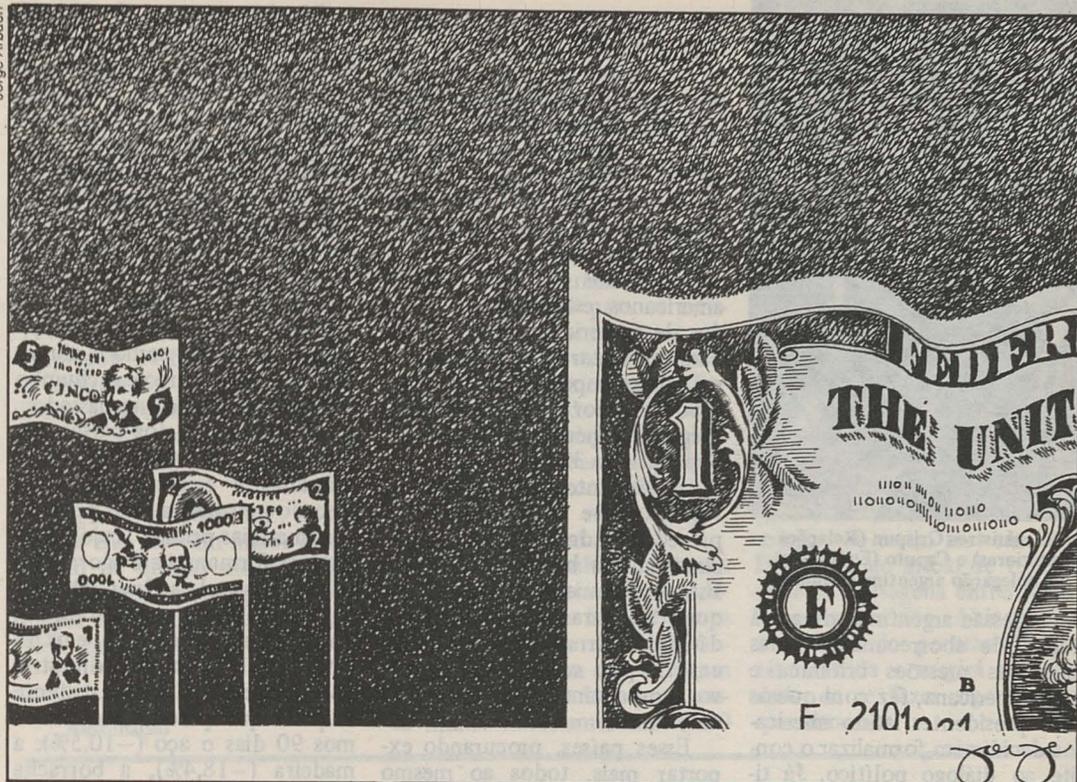
Houve quem interpretasse a medida como uma resposta direta ao Consenso, do tipo “dobro a aposta e vamos ver quem ganha”. Outros entenderam que ela obedecia à lógica interna da política econômica dos Estados Unidos. As letras do Tesouro norte-americano estavam sendo colocadas a 12,5% (taxa passiva), de maneira que a única opção para um aumento da taxa ativa¹ era acabar com o *spread* bancário. Foi como uma bofetada. Como a inflação nos EUA, tomando o mês de junho como referência, foi de apenas 2% nos últimos 12 meses, a taxa nominal de 13% equivale a uma taxa real de 11%, a mais alta em meio século, e dez vezes maior do que a taxa média das décadas de 60 e 70.

O ponto 23 do Consenso de Cartagena declarou a disposição dos signatários de se reunir com os países credores, mas não formalizou o convite porque o chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro defendeu a realização de sondagens prévias para evitar o risco de um impasse.

Em agosto, o Mecanismo de Acompanhamento e Consulta realizou uma sessão em Buenos Aires e não avançou nesse pon-

¹Taxa passiva — a taxa de valorização dos títulos e papéis emitidos pelo governo.

Taxa ativa — taxa de juros dos empréstimos bancários.



to, que ficou adiado para a reunião ministerial de Mar del Plata.

Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não esconderam, nesse intervalo de tempo, o seu desagrado diante do possível convite e exerceram todo tipo de pressões sobre as chancelarias latino-americanas. Em Washington, o secretário de Estado adjunto para assuntos latino-americanos e ex-embaixador no Brasil, Anthony Langhorne Motley, chamou um a um os embaixadores dos onze países para comunicar o veto norte-americano à reunião de credores e devedores. A dois meses das eleições presidenciais, a última coisa, ou penúltima, que Reagan desejaria é abrir um debate sobre a dívida latino-americana, porque qualquer concessão dos bancos a seus devedores terminaria sendo paga pelos contribuintes norte-americanos, através de maiores impostos. Os republicanos procuram

evitar a acusação de que são o governo dos ricos, e como na realidade são o governo dos ricos, tampouco se interessam por uma solução que implique perdas para os bancos. Em Londres, Margareth Thatcher reiterou em caráter privado aos latino-americanos, o que já havia dito em público ao terminar a conferência de cúpula dos sete: *Não, não e não.*

Prêmios e castigos

Por outro lado, desde o encontro de Lancaster House, os países industrializados colocaram em prática uma estratégia divisionista da frente adversária, favorecendo a renegociação mexicana e brasileira e endurecendo sua posição em relação à Argentina.

Em seu discurso inaugural da reunião de Mar del Plata, o presidente argentino encarou de fren-

te essa situação ao assinalar a instauração de "um mecanismo de prêmios e castigos para debilitar a solidariedade regional" e afirmou que "o fantasma de uma interrupção dos pagamentos até agora só foi afastado à custa do empobrecimento de nossos países" e que "o serviço da dívida significou no ano passado cerca de um-terço das exportações e mais de 3% do produto da região". Raúl Alfonsín lembrou que, na década passada, as Nações Unidas decidiram que os países avançados deveriam destinar 1% do seu produto nacional para os países em desenvolvimento, mas na prática foram as nações do Sul que mandaram dinheiro para os ricos do Norte, e não 1% e sim 3% ao ano. "Essa situação não é passageira — defendeu ele — sobretudo se se achar que ela vá ser resolvida por si mesma e que nenhuma intervenção pública é necessária".



Os ministros Grispun (Relações Exteriores) e Caputo (Economia), da delegação argentina à reunião

A pressão argentina, somada à reação de aborrecimento pelas ostensivas pressões britânica e norte-americana, fez com que os onze presidentes latino-americanos decidissem formalizar o convite ao diálogo político. Já tinham sido feitas sondagens com os sete participantes da reunião de Lancaster House e com outros países industriais da Europa: Áustria, Espanha, Suécia e Holanda, e se esperava dessa forma pressionar, indiretamente, Washington e Londres.

A armadilha do ajuste

A aplicação simultânea a 40 países das antigas receitas de ajuste do FMI, projetadas não para uma crise global, mas para desequilíbrios transitórios e individuais, produziu resultados catastróficos nas economias envolvidas, e muito benéficos nos Estados Unidos.

Os efeitos do ajuste nas economias latino-americanas são altamente expressivos, segundo o relatório anual do Banco Mundial:

— entre 1983 e 1984, o PIB global da região caiu em 3,4% e o PIB per cápita em 6%, no ter-

ceiro ano consecutivo de queda. O nível atual é o de 1976.

— As piores quedas do PIB por habitante afetaram o Peru (14,3%), Bolívia (8,7%), Brasil (7,1%), Equador e Uruguai (6,3%) e México (4,7%).

— A relação de intercâmbio da região sofreu uma nova deterioração de 7%.

— 16 dos 28 países latino-americanos estabeleceram acordos de austeridade com o FMI, para aumentar as exportações e reduzir as importações. Isso provocou a maior recessão e desemprego na América Latina desde a depressão de 30.

— Mediante esse sacrifício a região obteve um superávit sem precedentes de 31 bilhões de dólares na sua balança comercial. Essa economia forçada nem sequer deu para pagar os juros da dívida externa, que aumentou em 7% pela contratação de novos empréstimos para pagar os anteriores.

Esses países, procurando exportar mais, todos ao mesmo tempo, só conseguiram uma queda espetacular no preço de seus produtos. A Argentina, com sua produção de cereais, não foi tão prejudicada pelos preços do trigo (que diminuíram em 0,6% no último ano e em 1,6% se considerarmos o último trimestre) quanto pela produção norte-americana que recuperou parte das posições perdidas no mercado soviético. O cobre e o açúcar chegaram a seus níveis mais baixos em uma década, o que explica que governos tão diferentes como os do Chile, Peru e República Dominicana figurem entre os "duros" no Consenso de Cartagena, e Pinochet ameace com a suspensão dos pagamentos. O preço do açúcar é hoje a décima parte do que se pagava em 1974. As exportações peruanas e chilenas de cobre perderam 23,6% de seu valor no último ano e 12,5% no último trimestre. A libra-peso vale a metade do que há uma década.

O colapso é geral. Os 332 dólares que se está pagando por cada onça de ouro constituem o preço mais baixo em dois anos, sendo que a diminuição foi de 19% em um ano. Iludidos pelos altos rendimentos financeiros, os investidores abandonam o ouro e outras mercadorias com valor especulativo e as empresas reduzem seus estoques de matérias-primas devido ao alto custo financeiro para mantê-las. Os estoques de metais como o alumínio, a prata, o zinco e o chumbo caíram em 40% no ano passado.

A impotência dos países que dependem de suas exportações primárias é evidente ainda no caso do petróleo, a mais preciosa das matérias-primas, cujos produtores formam o até agora mais eficiente cartel, a Opep. Os preços do petróleo cru caíram em quase 7% no último ano, e os do diesel em 15% em um trimestre, porcentagem não muito distante daquela que perderam nos últimos 90 dias o aço (-10,5%), a madeira (-18,4%), a borracha (-16,9%) ou o algodão (-18,2%).

O subsídio aos Estados Unidos

A economia norte-americana se beneficia com a sobreoferta e a baixa de preços, que lhe permite combinar expansão com deflação, justo o contrário da inflação com recessão, que atinge os latino-americanos em geral.

Entre 1973 e 1983, os Estados Unidos criaram 14 milhões de novos empregos (13,2%) e reduziram seu desemprego a 7,5%, enquanto a Europa perdia três milhões de empregos (-2,9%) e o desemprego superava os 10% em todos os seus países, com ápices perigosos próximos a 15% na Grã-Bretanha e Itália. Isso significa tensões sociais, greves, manifestações de rua e derrotas eleitorais dos partidos governantes, como se verificou na recente renovação do Parlamento Europeu. Na América Latina, há 170

milhões de desempregados e não vale a pena insistir em suas consequências políticas, sociais e morais.

Contra a idéia generalizada, nem a tecnologia de ponta do *Silicon Valley* (informática, robótica, aeronáutica, genética) nem as indústrias tradicionais, pesadas ou leves, nem a construção, explicam o auge do emprego nos Estados Unidos. Em 1984, por exemplo, a indústria empregou 19,6 milhões de norte-americanos, ou seja 1,5 milhões a menos que em 1979, e apenas 13% do emprego foram produzidos em empresas de tecnologia de ponta.

Segundo a revista *Inc*, as 100 firmas que tiveram maior crescimento no último ano nos Estados Unidos, empregaram uma média de 506 trabalhadores cada uma, com um aumento de 835%

nos últimos cinco anos. E, de acordo com *Fortune*, as 500 maiores empresas industriais reduziram sua mão-de-obra em 10% (2,2 milhões de trabalhadores) no mesmo período.

Onde ocorre então a expansão de empregos? Nos serviços, que empregam 3,5 vezes mais gente que a indústria. Entre 1979 e 1982, aumentaram em 20% os empregos para os artistas, escritores e animadores e já existem 50 mil instrutores esportivos. O maior aumento de trabalhadores na década de 70 ocorreu entre os empregados de lanchonetes (2 milhões), secretárias (um milhão), caixas (556 mil) e enfermeiras (501 mil). Ou seja, empregos não produtivos.

Contudo, nenhuma dessas questões foi mencionada na declaração final de Londres, nem atraiu o interesse do FMI, embora todos saibam que a origem do problema é o indecente gasto militar norte-americano (300

bilhões de dólares em 1985), chave central do déficit orçamentário de 200 bilhões, cujo financiamento com crédito no mercado de dinheiro eleva as taxas e de juros e a transferência de rendas do resto do mundo para os Estados Unidos.

Compreende-se que a Reagan não interesse falar do assunto nos dias que antecedem sua reeleição, que deverá em grande parte ser um resultado deste generoso subsídio que o Terceiro Mundo e a Europa lhe pagam.

É previsível, em compensação, que aceite sentar-se à mesa de negociações depois do dia 6 de novembro, nem que seja só para dizer não, com seu melhor sorriso. Se assim for, em Santo Domingo, no início de 1985, os onze de Cartagena enfrentarão a hora da verdade. A inutilidade dos raciocínios persuasivos ficará estabelecida e surgirá a necessidade de se fazer algo mais do que discursos. ●

² Automação

Jornal do País

Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral (Cr\$ 12.000,00); trimestral (Cr\$ 6.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

Notas de Economia

AÇÚCAR: DURO GOLPE NA AMÉRICA CENTRAL



A decisão norte-americana de reduzir as quotas de açúcar importado da América Central fará com que vários países, entre eles Honduras e El Salvador, enfrentem enormes dificuldades em sua balança comercial. Honduras ficará com 60% de sua produção de 200 mil toneladas sem mercado, já que os Estados Unidos comprarão em 84/85 apenas 50 mil toneladas. Já no caso de El Salvador, a redução da quota norte-americana foi de 15,4%. A decisão dos EUA de diminuir as suas compras de açúcar atinge diretamente as economias de 41 países do Terceiro Mundo, que enfrentam grandes problemas na sua balança comercial porque os preços do produto atingiram o seu nível mais baixo dos últimos 20 anos no mercado internacional.

A LONRHO VOLTA À TANZÂNIA

A transnacional *Lonrho* se prepara para reinvestir no mercado da Tanzânia, seis anos depois de ser expulsa do país por atividades consideradas anti-patrióticas, e por colocar obstáculos à luta de libertação da África Negra. Os bens da *Lonrho* foram nacionalizados e agora podem ser parcialmente devolvidos. A transnacional, que atua também no Zimbábue, Namíbia, Zâmbia, África do Sul e Malawi, pretende

investir entre 9 a 14 milhões de dólares principalmente no setor agrícola da Tanzânia. Quando foi expulsa do país, a empresa controlava 15 importantes instalações na área das plantações de chá e na indústria. O retorno da *Lonrho* faz parte dos projetos do governo Julius Nyerere visando atrair a participação de capitais estrangeiros para complementar a ação de empresas estatais socializadas na economia tanzaniana.

A EUROPA DEVE MAIS DO QUE A AMÉRICA LATINA

Apesar da imprensa ocidental classificar os latino-americanos como os mais endividados do mundo, a realidade mostra o contrário. Segundo um informe do *American Express Bank*, a dívida externa dos países europeus ocidentais é de 490 bilhões de dólares, enquanto a de todos os países da América Latina atinge a cerca de 350 bilhões de dólares.

O endividamento europeu é considerado uma consequência da política econômica do governo Reagan, que através da elevação das taxas de juros atraiu para o sistema bancário norte-americano uma enorme soma de recursos. Os europeus, portanto, foram obrigados a tomar empréstimos nos bancos norte-americanos para resolver problemas imediatos, face à ausência de capitais disponíveis.

O país mais endividado do Velho Mundo é a Alemanha Ocidental (76,8 bilhões de dólares), seguindo-se a Inglaterra com 65,5 bilhões. Mas ao contrário da América Latina, os países capitalistas da Europa têm fortes reservas monetárias, o que diminuiu o total da dívida líquida (empréstimos menos reservas).

SUPERÁVIT MEXICANO

A balança comercial do México registrou um superávit de sete bilhões e setenta e dois milhões de dólares no primeiro semestre deste ano, marcando um aumento de 6,7% em relação a igual período no ano passado. As exportações entre janeiro e junho totalizaram 11,7 bilhões de dólares e as importações 4,6 bilhões. O crescimento das vendas externas foi provocado basicamente pelo aumento das exportações de produtos não petrolíferos, que registraram um acréscimo de 34,5%, especialmente no setor agropecuário (algodão, feijão, legumes e hortaliças) e na indústria extrativa (cobre, zinco e sal). Entre as exportações manufaturadas, os melhores índices foram obtidos pelo camarão congelado, café e têxteis. As exportações petrolíferas cresceram 7,1%.

RECORDE AGRÍCOLA NA ÍNDIA

A safra agrícola da Índia no período 83/84 registrou uma produção total da ordem de 151 milhões de toneladas de grãos, a mais alta de toda a história do país. A meta fixada pelo governo indiano era de 142 milhões de toneladas. O recorde registrado na safra atual representa um aumento de 17% em relação à produção agrícola de 1982/83. O setor que registrou melhor comportamento foi o das oleaginosas. Apesar da safra excepcional, classificada pelas autoridades como uma "verdadeira segunda revolução verde", em várias regiões da Índia continuam focos de fome endêmica devido a problemas de distribuição de alimentos, bem como à prioridade dada pelo governo às exportações de cereais.

ZIMBÁBUE: A AGRICULTURA SE RECUPERA



ONU/Contact

O Ministério da Agricultura de Zimbábue anunciou que o país precisará importar nos próximos meses apenas metade do que necessita para seu consumo interno. A recuperação da agricultura de Zimbábue ocorre após três anos consecutivos de seca, que transformaram o país de exportador em importador de grãos básicos, principalmente o milho. A agricultura representa 18% do PNB de Zimbábue, ou seja 45% das exportações e 1/3 das rendas externas do país. A melhoria da safra permitirá que o governo importe apenas 280 mil toneladas de grãos, com uma economia de aproximadamente 50 milhões de dólares. Se as previsões forem confirmadas, a agricultura de Zimbábue voltará em 85 a um nível levemente superior ao das exportações de 1980, quando o país se tornou independente e apresentou uma safra recorde.

MOÇAMBIQUE: A ENTRADA NO FMI

O governo moçambicano foi aceito como 148º membro do Fundo Monetário Internacional na reunião do organismo realizada em Washington no final de setembro passado. Moçambique

também passou a fazer parte do Banco Mundial, o que habilitou o país a receber créditos e financiamentos para reequilibrar o seu balanço de pagamentos. O acordo com o FMI foi acelerado depois da assinatura em março passado, do acordo de Nkomati, com a África do Sul.

Os entendimentos com o Fundo e com o Banco Mundial vão agora facilitar as negociações do governo moçambicano com investidores internacionais interessados em aplicar capitais nessa ex-colônia portuguesa, independente há nove anos e que, desde 1975, segue uma orientação socialista. O governo norte-americano tinha prometido aumentar os financiamentos a Moçambique, caso esse país africano entrasse para o FMI.

ARGENTINA: ACORDO COM O FUNDO É INSUFICIENTE



O governo argentino vai necessitar de mais dez bilhões de dólares nos próximos dois anos para poder saldar débitos externos de curtíssimo prazo. O restante da dívida de 45 bilhões de dólares da Argentina começará a ser pago no final da década de 80 ou no começo dos anos 90, depois do acordo firmado no final de setembro passado entre o governo do presidente Raúl Alfonsín e o Fundo Monetário Internacional.

O acordo foi obtido após 10 meses de cansativas negociações, através das quais a Argentina tentou resistir de todas as formas à aceitação do receituário recessivo aplicado pelo Fundo a todas as nações endividadas. O recuo do governo Alfonsín não foi total, mas mesmo assim ele terá que reduzir as despesas públicas, conter os aumentos salariais, reduzir as importações e intensificar as exportações. De imediato, o FMI autorizou um crédito de 1,4 bilhão de dólares e deu o sinal verde para que os bancos internacionais negociem novos empréstimos para a Argentina.

PORTUGUAL: CRÉDITOS ÀS EX-COLÔNIAS

As linhas de crédito abertas pelo governo de Portugal para as suas cinco ex-colônias na África atingem, no momento, um total de quase meio bilhão de dólares. Angola é o país que recebeu mais créditos do Banco Central português, com um total de 216 milhões de dólares. Seguem-se Moçambique (201 milhões), Cabo Verde (26 milhões), Guiné-Bissau (22 milhões) e São Tomé e Príncipe (9 milhões de dólares).

O governo moçambicano deve receber um crédito adicional de 43,5 milhões de dólares, o que o transformará no principal beneficiário dos empréstimos concedidos por Portugal na África e elevará o total de financiamentos concedidos às ex-colônias para cerca de 521 milhões de dólares. A Guiné-Bissau deve receber também um crédito de um milhão e meio de dólares através de uma operação tripartite da qual participam também os Estados Unidos. O mesmo sistema tripartite deve ser aplicado para um crédito a Moçambique, em valor ainda não fixado.

Religião

Vaticano e Casa Branca

Uma estranha aliança

A ofensiva da Santa Sé contra a chamada Teologia da Libertação faz parte de um esforço político mais amplo para tentar impedir transformações sociais no Terceiro Mundo

Manfred von Conta*

Padres que aconselham camponeses a resistir contra a expulsão de suas terras; freiras que reúnem nas favelas das grandes cidades latino-americanas a população que protesta contra a negligência das autoridades; missionários que explicam para os "bóias-frias", nas plantações de açúcar e café, a lei trabalhista e o funcionamento de sindicatos, além da Bíblia; bispos que indicam advogados para sequestrados e desaparecidos e passam informes para o exterior sobre assassinatos e torturas nos porões dos quartéis — tudo isso são fatores sérios de desestabilização da segurança e da ordem das estruturas de

poder existentes. Por isso, os conselheiros de Reagan, que formularam, em maio de 1980, no chamado "Documento de Santa Fé", as linhas mestras da futura política para a América Latina do seu candidato à presidência dos Estados Unidos, acharam ne-

* O autor é correspondente no Brasil da revista alemã *Stern*.



O "Tio Sam" e o papa: favores mútuos contra a Teologia da Libertação

cessário combater a divulgação da Teologia da Libertação no clero latino-americano.

Mas só agora, quatro anos depois, quando Ronald Reagan se candidata à reeleição, essa posição foi adotada também pelo Vaticano. No dia 7 de setembro, a Santa Congregação para a Doutrina da Fé abriu, sob o comando do cardeal alemão Josef Rat-

zinger, um processo inquisitório contra o franciscano brasileiro Leonardo Boff. O teólogo, de 46 anos, é acusado de graves desvios e de uma interpretação errada da Bíblia — tomando no banco dos réus o lugar de todos aqueles padres que querem Cristo não só como um símbolo metafísico de uma salvação eterna, como também interpretam sua resistência

contra o exército de ocupação romano como um apelo eterno à resistência contra qualquer forma de arbitrariedade e abuso de poder no aqui e agora. Com o franciscano Boff, são acusados todos aqueles que vêm no êxodo dos judeus da escravidão egípcia um sinal de que a palavra bíblica da "redenção" também significa "libertação": libertação de uma exploração, repressão e perseguição totalmente terrenas.

A volta aos "bons tempos"

A decisão de processar um teólogo latino-americano em lugar de toda a Teologia da Libertação é um dos muitos fatos que fizeram o papa João Paulo 2º e Reagan se aproximarem nos últimos três anos no seu afã de estabelecer uma restauração religiosa e política. Essa aproximação levou, no início de 1984 — a primeira vez desde o início do século —, a uma troca de embaixadores entre Washington e o Vaticano. Tanto Reagan quanto o papa têm o mesmo desejo: fazer voltar o mundo aos anos 50. Naquela época, os Estados Unidos podiam usar ilimitadamente o seu monopólio absoluto de grande potência — e a autoridade eclesiástica do Vaticano ainda não tinha sofrido as reformas do Segundo Concílio (1962-65).

Nesse caminho comum, um dos pontos mais importantes foi o apoio que o Vaticano ofereceu ao presidente dos Estados Unidos no seu esforço para impedir uma condenação da sua política armamentista nuclear pela comunidade dos 285 bispos católicos norte-americanos: o cardeal Ratzinger e o secretário de estado do Vaticano, monsenhor Casaroli, procuraram influenciar as discussões internas dos bispos sobre a Carta Pastoral publicada finalmente em março de 1983. Transmitiram aos bispos norte-americanos a preocupação do papa e dos bispos europeus, sobretudo dos alemães, de que uma

Agência O Globo



A autoridade papal ficou abalada com as reformas do Concílio Vaticano 2º, em prol de uma igreja popular

condenação de qualquer uso primeiro de armas nucleares enfraqueceria o poder defensivo da Otan. Eram contra a exigência de uma interrupção da fabricação de novas armas atômicas, apesar dos bispos considerarem o uso indiscriminado de meios nucleares destrutivos contra a população civil, como "crime contra Deus e a Humanidade". Mesmo sob pressão, os bispos norte-americanos opinaram que uma guerra atômica não poderia ser considerada justa "por qualquer cristão". A surdez que a Confe-

rência Nacional dos Bispos dos Estados Unidos mostrou frente às advertências do Vaticano foi, entretanto, respondida pelo papa com a nomeação de John O'Connor — velho capelão militar e veterano da guerra do Vietnã — como arcebispo de Nova Iorque, e do reacionário Bernard Law, de Missouri, como bispo de Boston. A função dos dois foi opor seu "realismo" às tendências pacifistas do clero americano. Reagan, por sua vez, colocou-se ao lado do papa na questão do aborto, e ameaçou a ONU com o cancelamento do financiamento aos projetos de política populacional, que permitissem a interrupção da gravidez como meio de controle da natalidade.

Na troca de favores, o papa convidou os bispos de El Salvador, abalado por uma revolução sangrenta, para uma visita a Roma, com o objetivo de desfazer a convicção de que a guerra civil seria motivada pela miséria crescente e pelo terror dos latifun-

diários. Para o papa, os responsáveis são os "agentes de Moscou", que devem ser combatidos militarmente, a exemplo do que acredita também Ronald Reagan. Depois da visita a Roma, os bispos salvadoreños abriram mão, este ano, da celebração tradicional do dia do assassinato do arcebispo Oscar Romero, venerado na América Latina como santo. Romero foi assassinado a 24 de março de 1980, por um pistoleiro do serviço secreto do governo salvadoreño durante a celebração de uma missa, porque tinha pedido insistentemente aos Estados Unidos que cessassem sua ajuda militar e entrassem em negociações pacíficas com os rebeldes.

Outro favor para a Casa Branca foi também a anulação de um acordo de 1981, que permitiu a quatro padres servirem ao governo revolucionário da Nicarágua como ministros e embaixadores, enquanto se abstivessem de exercer funções sacerdotais. Sob a ameaça de serem expulsos de suas ordens religiosas, os quatro declararam sua disposição de saírem do governo sandinista depois das próximas eleições. Eles também são adeptos da Teologia da Libertação e opositores do ar-

cebispo de Manágua, monsenhor Obando y Bravo, que não recebe advertências do papa, quando faz coletas entre empresários norte-americanos para financiar a resistência contra os sandinistas.

Terá consequências mais graves para o futuro, porém, a decisão do papa João Paulo 2º de liberar os conservadores do clero romano para um ataque, a longo tempo desejado, contra a Teologia da Libertação. Essa decisão não só é um favor prestado a Ronald Reagan, como também visa, sobretudo, a esvaziar discretamente algumas das reformas mais importante que o Concílio Vaticano 2º realizou, em 1965, na organização e nos dogmas da igreja católica, contra o voto do cardeal — hoje papa — que pertencia à minoria conservadora do Concílio.

O Concílio continha uma rebelião disfarçada dos dois mil bispos reunidos em Roma contra o eurocentrismo da Cúria do Vaticano. Documentos preparados pelos burocratas romanos foram deixados de lado em favor de rascunhos trazidos por eclesiásticos do Terceiro Mundo, entre eles o fundador da Conferência dos Bispos Brasileiros e Latino-

Americanos, o bispo d. Hélder Câmara. E finalmente também, provocou uma descolonização no seio da igreja católica. Os bispos do Terceiro Mundo conseguiram no Concílio o direito a uma maior independência de Roma. Sacerdotes não precisam mais estudar o jornal do Vaticano diariamente para saber o que devem pensar naquele dia.

O Concílio abria mão da idéia, até então dominante, de que a "fé católica" seria uma coleção de doutrinas petrificadas e irrevogáveis, cuja santidade é supervisionada pela burocracia da Cúria, juntamente com os donos do poder mundial ocidental. A partir de 1965, a humanidade pôde ser vista, pelos católicos, como um rebanho deromeiros em busca de uma integração ainda indefinida nos detalhes. Para os fiéis, foi aberta a oportunidade de uma participação ativa na decisão de questões temporais nessa eterna romaria humana. Em vários aspectos, não era mais preciso limitar-se ao consumo passivo de "verdades" decretadas em Roma.

Sobretudo na América Latina, esse afrouxamento da ordem hierárquica e da disciplina da fé significou a oportunidade, muito

O DOCUMENTO DE SANTA FÉ

As referências do Documento de Santa Fé à questão religiosa na América Latina estão contidas na segunda parte (subtítulo — Subversão interna) em duas proposições:

Proposição 2 — (...) Os ativistas radicais se aproveitam da pouca profundidade da compreensão da situação de diferentes países e da falsa concepção sobre alternativas políticas para alimentar uma corrente de desinformação que ridiculariza os nossos amigos e glorifica os nossos inimigos.

A manipulação dos meios de informação, através de grupos vinculados à igreja e outras camari-lhas encarregadas de conchavos em torno dos chamados direitos humanos, tem cumprido um

crescente e importante papel na derrubada dos governos autoritários, sim, mas pró-americanos, substituindo-os por ditaduras antinorte-americanas, comunistas ou pró-comunistas, de caráter totalitário.

Proposição 3 — A política exterior dos EUA deve começar a enfrentar (e não simplesmente reagir *a posteriori*) a Teologia da Libertação, tal como é utilizada na América Latina.

O papel da igreja na América Latina é vital para o conceito de liberdade política. Lamentavelmente, as forças marxistas-leninistas têm utilizado a igreja como uma arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando a comunidade religiosa com idéias que são mais comunistas do que cristãs. (Os trechos principais do Documento de Santa Fé foram publicados no número 38, dos cadernos do terceiro mundo).

desejada pela maioria do clero, de libertar-se da aliança tradicional entre bispos, generais e latifundiários. A rápida implantação do capitalismo nas ex-colônias depois da 2ª guerra mundial tinha produzido uma miséria crescente das massas, e conduzido a uma violência cada vez maior na resolução dos conflitos sociais. Até hoje faltam, na América Latina, aquelas instituições políticas que na Europa possibilitam um balanceamento pacífico dos interesses através de partidos, sindicatos e Parlamento. Daí, a razão pela qual muitos padres desejavam a faculdade de dar a si mesmos e à sua comunidade uma resposta à pergunta — “como o cristianismo e o dia-a-dia muito duro dos pobres podem conviver em harmonia?” — sobretudo depois que todas as esperanças em reformas de cunho cristão-democrático fracassaram no Chile, Venezuela, Guatemala e El Salvador, fracasso este, devido à resistência decidida e brutal dos oligarcas dominantes privilegiados. Muitos cristãos decepcionados já tinham se juntado à guerrilha, como Camilo Torres, que opinava ser obviamente necessário reagir violentamente contra uma injustiça mantida às custas de uma violência ainda maior.

A igreja popular

As liberdades dadas pelo Concílio Vaticano 2º tinham como consequência a possibilidade de os bispos latino-americanos escolherem o meio termo entre violência revolucionária e espera passiva da eternidade. Na sua Conferência de Medellín, em 1968, chegaram a uma interpretação da Bíblia que identifica a igreja, em primeiro lugar, com os pobres, camponeses, “bóias-frias” e favelados — quase 80% da população latino-americana. A partir de Medellín, os intérpretes da Bíblia nessa linha se serviram, guiados pelo padre Gustavo Gutiérrez, de uma linguagem em-

prestada ao marxismo: chamaram o conflito de interesses entre os donos das plantações de algodão, café e cana e os camponeses de “luta de classes”, e falaram do “imperialismo econômico das nações industrializadas”.

conservadores — maioria na Europa —, que vêem mundo e Igreja como um relógio que continuaria tranquilamente com o seu tic-tac até a eternidade, sendo os seus inoportunos perturbadores afastados.

Essa cisão traz como conse-



O ex-presidente salvadorenho Alvaro Magaña e Reagan, em Washington: maior intervenção em defesa da “democracia”

A grande massa dos católicos europeus nunca percebeu claramente que essa posição — que enfoca os problemas da religião não mais pela perspectiva da Europa Central, mas sim pela experiência diária terceiro-mundista — tinha levado a uma polarização dentro do clero. De um lado, estavam os teólogos progressistas, como Gutiérrez ou o alemão Karl Rahner, e que são a maioria na América Latina. Para eles, a vida da humanidade é um processo contínuo de mudanças nas relações de dominação nas estruturas sociais, nas tecnologias e mecanismos econômicos, que obrigam a repensar continuamente os conceitos morais e religiosos. Do outro lado, estão os

quência, por exemplo, o fato de que um católico alemão ao dar seu donativo após a missa dominical, poder estar, sem saber, financiando projetos da organização *Adveniat*, tais como uma igreja paroquial imponente ou o edifício do seminário de uma diocese conservadora do Terceiro Mundo. Ao passo que se seu donativo for entregue a *Misereor*, outra organização eclesial, ele estará promovendo a realização de projetos da Teologia da Libertação, tais como: uma cooperativa de camponeses, um seminário para futuros líderes sindicais ou a construção de uma sala de reuniões numa favela.

Imediatamente depois da reunião de Medellín, os conservado-

res começaram, sob a liderança do cardeal Baggio, prefeito da Congregação dos Bispos, a sua contra-reforma interna: tomaram providências para que na eleição do secretário-geral da Conferência dos Bispos Latino-Americanos, em 1972, saísse vencedor o candidato do Vaticano, representante da ala conservadora, o bispo auxiliar de Bogotá — López Trujillo. Ele não só afastou de todas as instituições da igreja sob sua influência, os teólogos da libertação, como também tomou a iniciativa de exigir que o Conselho Mundial das Igrejas Protestantes não mais financiasse projetos apoiados pela Teologia da Libertação. Como instrumento de combate ideológico fundou a revista *Tierra Nueva*, e pediu ao cardeal de Colônia (Alemanha Federal), Joseph Höffner, o financiamento de um grupo de estudos que chegou à conclusão, depois de dois anos de trabalho, que a Teologia da Libertação era um vírus perigoso que deveria ser combatido. O papa João Paulo 2º demonstrou então sua gratidão, promovendo Trujillo a cardeal, “em consideração por seus valiosos serviços”.

As comunidades de base

Mesmo assim, depois da Conferência de Medellín, rapidamente o vírus se espalhou por todo o continente. A igreja católica brasileira converteu-se num reduto dos teólogos da libertação. Com 358 bispos, é a maior igreja do continente e segue quase unanimemente a linha combatida pelo Vaticano, com exceção de uma meia dúzia de dissidentes. Assim, o Brasil conta com o maior número de comunidades de base cristãs: 80 mil das 150 mil unidades latino-americanas desse modelo de cristianismo primitivo.

Nessas comunidades, juntam-se moradores de favelas e povoados para discutir, com a Bíblia na mão, as possíveis medidas na sua situação concreta, contra o

94 - terceiro mundo

Sebastião Salgado/Gamma



As comunidades de base debatem o dia-a-dia das populações

desemprego, fome, analfabetismo, mortalidade infantil, arbitrariedade policial ou tudo aquilo que se relacione com suas preocupações cotidianas. Às vezes, essas comunidades refletem opiniões bastante originais sobre o conteúdo da Sagrada Escritura, comparando, por exemplo, Herodes com o ministro brasileiro do Planejamento, Delfim Netto. Uma teologia que vem de baixo, uma “igreja do povo”, na qual os padres progressistas se identificam mais como representantes da fé do seu rebanho frente à hierarquia clerical, do que executores a mando do papa, frente a um rebanho sem voz.

O papa chamou o cardeal Ratzinger, de Munique, para chefiar a instituição do Vaticano que vigia a pureza da fé, não só para que ele se contraponha à reviravolta das estruturas hierárquicas do clero, como também para salvar a igreja dos problemas políticos que a identificação dela com os pobres e oprimidos trazem para os ricos e opressores. A igreja, no entender do papa, deveria ser indiscriminadamente “para todos”. Com essa

finalidade, Ratzinger deve retirar a imagem de Jesus da vizinhança dos conflitos sociais terrenos, e colocá-la de volta na metafísica celestial.

O cardeal Ratzinger começou tentando enquadrar aqueles que tinham articulado teologicamente a metamorfose do Cristo sofrido, pregado na cruz, em combatente da reforma social. Ratzinger pediu à Conferência dos Bispos do Peru que julgasse o padre Gustavo Gutiérrez, alimentando o libelo de acusação com artigos publicados anonimamente na imprensa de direita do Peru. Os bispos discutiram o caso durante um ano e meio, mas — depois de ouvirem uma carta de defesa escrita pelo teólogo alemão Karl Rahner — ficaram divididos e não conseguiram maioria contra o réu.

O caso Boff

Depois dessa derrota, o cardeal alemão concentrou suas atenções sobre o brasileiro Leonardo Boff. Apesar de existir o costume, a partir do Segundo Concílio, de deixar o julgamen-



O motivo real do processo contra Boff (à esq.) movido pelo cardeal Ratzinger (à dir.) nunca foi mencionado no julgamento

to de um padre, que poderia ter errado na sua fé, nas mãos dos bispos de seu próprio país, Ratzinger mandou julgar o caso diretamente em Roma. Para ele, estava claro como os bispos brasileiros opinariam a respeito do assunto. Para demonstrar o posicionamento da cúpula da igreja brasileira, os arcebispos de Fortaleza e São Paulo — respectivamente, d. Aloísio Lorscheider e d. Paulo Evaristo Arns —, acompanharam Leonardo Boff na sua viagem a Roma.

O motivo real do processo contra Boff nunca foi mencionado durante o julgamento. É o medo do Vaticano de perder a sua autoridade para uma crescente “igreja popular” e ver a cristandade católica dividida politicamente. O próprio papa, há tempos, decidiu em assuntos do Terceiro Mundo não escutar a opinião dos missionários tradicionais como os jesuítas, franciscanos e dominicanos, passando a procurar conselhos na *Opus Dei* — a organização de leigos que nasceu na Espanha do ditador Franco e veio à luz através de um gigantesco escândalo financeiro, pelo qual desviou através de uma de suas empresas, a Matessa, grandes somas de dinheiro dos cofres públicos para financiar as suas “santas obras”. A

Opus Dei não se interessa pela grande massa da população, pois visa apenas chegar perto do poder, nos andares superiores de ministérios, bancos e grandes empresas industriais.

As acusações contra Boff limitam-se a sutilezas teológicas, como a pergunta se é lícito ler a palavra “redenção” também como “libertação”, se os “pobres” da Bíblia são idênticos àqueles famintos do Terceiro Mundo classificados por um assistente belga de Ratzinger, o padre Hamer, como “os chamados pobres”.

O foco da acusação, para os conservadores, se concentra no uso indevido do vocabulário marxista na divulgação de textos teológicos. Mas, para os católicos progressistas da América Latina, não existe dúvida sobre a existência dessa luta de classes; é um fato inquestionável do dia-a-dia, e por isso parece absurdo querer condenar alguém que dá nome aos bois. Na América Latina, ainda está viva a lembrança da observação de Nelson Rockefeller durante sua visita ao continente, realizada em 1970, a pedido de Nixon. Nessa ocasião, o banqueiro lembrava saudosamente o antigo papel da igreja que tinha garantido, durante 400 anos,

a estabilidade política da região através da sua aliança íntima com latifundiários e militares. Tanto Reagan quanto o papa gostariam de ver esta aliança restabelecida. Mas o clero brasileiro enfrenta a ofensiva romana contra a Teologia da Libertação com calma. Joana D’Arc e Galileu também seriam condenados em processos semelhantes para mais tarde serem gloriosamente reabilitados. Na opinião da maioria do clero brasileiro, seria irreversível a decisão tomada há 16 anos em Medellín de optar em favor dos pobres e oprimidos. Irreversível porque a multidão dos fiéis organizados em comunidades de base nunca tinha ouvido falar até agora de uma “Teologia da Libertação”. Assim, não vão se sentir tocados por uma condenação a esse estranho nome. A práxis se mostraria ainda desta vez bem mais forte do que qualquer teoria.

Entre Ronald Reagan e o papa João Paulo 2º só existe divergência profunda num único ponto: o Vaticano justifica a sua ofensiva contra a Teologia da Libertação pela necessidade de manter nitidamente separados religião e política. Já Ronald Reagan declara, na sua campanha eleitoral, que religião e política são inseparáveis. ●

Humor



(Extraído do jornal cubano *Granma*)

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.